



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

LORENA BRITO DA SILVA

**IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA VIOLÊNCIA NOS MODOS DE VIDA DE
PROSTITUTAS POBRES**

**FORTALEZA
2014**

LORENA BRITO DA SILVA

**IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA VIOLÊNCIA NOS MODOS DE VIDA DE
PROSTITUTAS POBRES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de Concentração: Processos de mediação: trabalho, atividade e interação social.

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Moraes Ximenes

**FORTALEZA
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- S581i Silva, Lorena Brito da.
Implicações psicossociais da violência nos modos de vida de prostitutas pobres / Lorena Brito da Silva. – 2014.
167 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2014.
Área de Concentração: Processos de mediação: trabalho, atividade e interação social.
Orientação: Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes.
- 1.Prostituição – Barra do Ceará(Fortaleza,CE). 2.Prostitutas – Barra do Ceará(Fortaleza,CE) – Atitudes. 3.Violência contra as mulheres – Barra do Ceará(Fortaleza,CE). 4.Mulheres pobres – Barra do Ceará(Fortaleza,CE). 5.Psicologia social. I. Título.

CDD 306.742098131

LORENA BRITO DA SILVA

**IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA VIOLÊNCIA NOS MODOS DE VIDA DE
PROSTITUTAS POBRES**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de Concentração: Processos de mediação: trabalho, atividade e interação social.

Aprovado em: 28/07/2014

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Verônica Morais Ximenes
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dra. Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dra. Claudia Andréa Mayorga Borges
Universidade Federal de Minas Gerais

À Carioca (em memória).

AGRADECIMENTOS

E é tempo de agradecer à todo amor, inspiração e incentivo que me foram FUNDAMENTAIS para a concretização deste sonho pessoal e coletivo. Profundamente agradeço:

A toda as deusas, “santos, encantos e axés” que abriram os caminhos e me protegeram e me guiaram nesta caminhada;

A minha amada Bahia, que “me deu régua e compasso”, e que em sua caótica e bela dinâmica fortaleceu meu coro para que eu pudesse encarar os desafios, as novidades, as surpresas de viver em uma nova terra;

Ao Ceará, por ter abertos todas as portas para que eu entrasse! Terra que me deu oportunidade, amigos, aprendizados e cenários belíssimos para eu construir uma vida nova;

A meu chã, meus amores, minhas raízes Saionara, Jorge e Rafael, por e com vocês cheguei aqui hoje. Mesmo sem entender direito o que seria mestrado ou compreender as razões que me levam a estudar este tema vocês SEMPRE foram o combustível para esta conquista. Os amo imensamente e agradeço por estarem comigo e entenderem os momentos que precisei silenciar e ir pouco à Bahia... Lili, Bira, Sandra, Bia, Lucas, Willian isso também vale para vocês! Agora, enfim, estaremos mais juntos! Prometo! ;)

Aos Silva e aos Nessim, sangue que corre nas veias e a base de afeto e história que me fortalecem. Não esqueço os olhares e os incentivos nas nossas despedidas quando vim para o Ceará, assim como não esqueço cada sorriso e abraço nos reencontros;

A Iracilda, minha linda Dona Irá, junto com a doce Nonói (que já partiu) é a imagem feminina de mais força, encanto e sabedoria. Te amo por todas as vidas! Seu carinho me fortalece!

Á Fátima, minha sogrinha, pelo exemplo de garra e determinação. Agradeço o acolhimento e o incentivo. Estendo a Dona Livramento, Sara, Wagner e Débora meus sinceros agradecimentos por me deixarem sentir o gostinho de família;

A Verônica Moraes Ximenes, minha orientadora, pela presença atenta, firme e cuidadosa. Serei eternamente grata por ter me aceitado, ainda sem me conhecer, no mestrado e por ter confiado em mim na realização desta pesquisa. Sei que trouxe um tema e uma perspectiva de trabalho novo, mas seu olhar e sua parceria foram centrais nesta caminhada. Gratidão!

A Veriana de Fátima Rodrigues Colaço, pelas contribuições em diferentes momentos do mestrado e nas Bancas de qualificação e de defesa. Obrigada pela disponibilidade!

A Claudia Andréa Mayorga Borges, pelas riquíssimas contribuições na qualificação que me fizeram reencontrar com o feminismo e aprofundar questões centrais para mim. Fico muito feliz por ter aceitado o convite!

A Jesus Pascual, exemplo de educador! Sua contribuição ao longo do mestrado me inspirou e encorajou para a docência. Agradeço pela generosidade e profundidade;

A Renata Camarotti, minha eterna orientadora. Foi quem me ensinou de Psicologia Comunitária e me fez me apaixonar por minha profissão. Estará presente em cada passo que eu der na Psicologia!

A Helder Hamilton, o mais disponível e acolhedor profissional deste Mestrado. Sua disponibilidade e competência são um apoio fundamental na trajetória do Mestrado. Estendo também à Cícero, Dona Fátima e Gil pela simpatia e pelo cuidado.

A Cezar Wagner de Lima Góis, por sua imensa contribuição na minha formação profissional. Foi lendo seus textos que conheci a Psicologia Comunitária no Ceará e passei a sonhar em viver aqui e conhecer de perto o NUCOM;

Ao Núcleo de Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Ceará (NUCOM/UFC), o lugar que sempre quis estar e estive! Referência em Psicologia, em comprometimento, em ética, em amorosidade. Aqui fortaleci a crença em uma atuação dialógica, política e afetiva e onde tive a base para construir o meu lugar no Ceará. O NUCOM alimenta sonhos e isso me inspira!

Aos Nuconianos, exemplo de irmandade e parceria de trabalho e vida! Obrigada por me aceitarem neste grupo potente e serem tão generosos e afetuosos. São tantas gerações e amores... Vamos lá: Alan, Mateus, Yárita, Ana Paula, Marília, Janaina, Aparecida, Bruno, Lívia, Bruna, Eveline, Raissa, Nady, Denise, Jader, foi delicioso viver o NUCOM com vocês. Também, Úrsula, Nara Góis, Gilmário, Emanuel, João Paulo, Luana, Flora, Léo, Rozane, Leandro, os admiro demais pelas trajetórias construídas.

A Camis, Jeje, Laris, Gabis, Felipinho... meus primeiros orientandos! Que orgulho! Que parceria! Amo vocês!!!!

A Barbarela Nepomuceno e James Moura Jr, meus musos! Sou profundamente agradecida pelo carinho, leveza e a consultoria profissional e de vida desde o processo seletivo. Que coisa boa foi conhecer vocês! Com vocês aprendo sobre criticidade e bem viver...

A Elívia, Alana, Carla Eveline, Lelé, Ronaldo e Zelfa, queridos amigos de Nucom e de pesquisa! Com vocês pude ter uma vivência acadêmica que inspira em profundidade teórica e amorosa. A coerência e o comprometimento com a Psicologia e a vida me marcaram!

A turma do Mestrado acadêmico em Psicologia da UFC 2012.1, pelos diálogos e aprendizados respeitosos, criativos e críticos. Foram muito prazerosas nossas tardes e nossas festinhas! Em especial, aos colegas que se tornaram amigos amados: Vini, Isa, Divônica, Lua, Ju, Rafa, Irvina. Meus amores, tenham a certeza de que vocês me deram a segurança, o exemplo e a confiança para concluir a dissertação. Nosso zapzap foi a mais deliciosa companhia nas madrugadas de criação!

A Vinício Brígido, por ser meu muso e meu parceiro nesta caminhada. Marrentinho, com você senti o cuidado, a segurança e cumplicidade com toda sua potência. Sua referência em minha vida é para além do Lattes...

Aos amigos professores das Faculdades Luciano Feijão (FLF) e Vale do Jaguaribe (FVJ), pela parceria de trabalho e companheirismo. Em especial, meu amor ao Coletivo Mundiça que encheram minha vida de cor e aprendizados: Claudia, Vini, Jana, Juju, as gêmeas Roberta e Patrícia, e Gilson.

Aos psicoloucos, pela amizade e pela nossa história. Nossa parceria é linda, e foi entre nós que nos construímos Psicólogos! Que sorte a nossa, hein?!?! Nani, Zedi, Dani, Olavim, Celi, Martinha, Lady Lisa, Sam e Kerol... Obrigada!

A Dinha, Carol e Cath, minhas amigas de tanto tempo e fases, “por onde for que ser seu par”!

A Caroline Pinheiro, minha irmã de tantas vidas! Nas an.danças da vida sua presença me fortalece e me faz Ser Mais! O melhor abraço do mundo é aqui...

A Pedro, meu amigo vermelho de muitos carnavais e encontros estudantis. Entre cuidado, implicância e presença, fica o meu amor! Obrigada por me apresentar a Barra do Ceará e a equipe maravilhosa do posto Lineu Jucá! Você e Mayrá (nega linda), são da família que construí nesta terra! Gratidão pela amizade e proveitosas discussões políticas.

A Dra. Tatiana Fiuza, a médica de família mais gente, sensível e competente que já conheci.

As mulheres do Projeto Força Feminina, em especial a COOPERÁGUIA, pela capacidade imensa de se reinventarem! Vocês são a motivação e a inspiração primeira para realização desta investigação. Conhecer vocês, as ladeiras do Pelourinho/Salvador me transformaram e reafirmaram a luta em favor de uma vida mais bela, mais digna, mais justas!

A Fernanda Priscila, Louraine, Iviane, Valter, Luciana, Ir. Ivoni, Ir. Pilar, Iv. Manuela, Tereza, pela dedicação e comprometimento com o outro. Vocês estiram em cada memória e reflexão que fiz nesta pesquisa. Minha primeira e mais amada e potente equipe de trabalho. Amo vocês! Sempre!

A Raquel, Nati, Irene, Bia, Ana, Luana, Lu, Francélio, Dênis por possibilitarem que essa pesquisa acontecesse. Vocês e suas histórias mexeram comigo e me fizeram acreditar na potência de vida, na capacidade de criar e recomeçar sempre. Conhecer a Barra pelos olhares e ao lado de vocês não poderia ter sido melhor;

A FUNCAP, por possibilitar a realização desta pesquisa e a minha sobrevivência no Ceará. Obrigada por nunca ter atrasado! ;)

A todos que contribuíram de modo direto e indireto para a construção desta dissertação, meu muito obrigado!

E por fim, com toda profundidade e serenidade, agradeço eterna e apaixonadamente ao meu Jon, meu amor, meu bem! Nego, como sua presença me inspira e me dá segurança. Ter seu olhar, sua confiança e seu incentivo me encham de esperança na vida e de coragem para realizar um trabalho ético e cuidadoso. Obrigada por estar comigo, meu companheiro de vida!

É pela paz que eu não quero seguir admitindo...

Hoje foi um dia triste.
Choveu em Salvador. A polícia parou e o clima de insegurança começa a se instalar. O Pelourinho esteve mais silencioso que de costume. Boa parte da equipe do Projeto Força Feminina estava em atividades externas...

Hoje foi um dia triste e senti um vazio.
Vazio porque hoje mais uma mulher morreu nessa cidade. Mais uma dentre várias.
Hoje mais uma mulher foi enterrada nessa cidade. Dentre várias...
Hoje foi enterrada mais uma mulher que morreu por conta da violência contra as mulheres. Mais uma mulher foi espancada, violada... Mais uma mulher vítima de estupro - e isso não foi destaque na mídia nacional.
Ela era pobre, negra, não estudou, era usuária de crack, era prostituta.
E o vazio no Pelourinho se fez eco... silêncio... ninguém gritou por essa morte.
Nem mesmo sua filha, no enterro da mãe conseguia gritar...
o choro engasgava a garganta...
quem escutaria?

...

Escutei. Sei que outras pessoas que ali estavam escutaram...
O que fazer com o que se escutou?
sentir... dor... profunda
sentir...dor...revolta
sentir...dor...bandeira de luta.

Não à violência contra À mulher!
Não à desigualdade social!
Não à exclusão e opressão!

O Projeto Força Feminina e as mulheres do pelourinho seguirão suas vidas...
mas estão em luto...
E quero profundamente que o luto se faça luta!

*Luz e vibração positiva, Carioca!
Seja paz!*

Lorena Brito da Silva, Salvador, 01/02/2012 - 23:40hs.

RESUMO

SILVA, Lorena Brito da Silva. **IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA VIOLÊNCIA NOS MODOS DE VIDA DE PROSTITUTAS POBRES**. 2014. 167f. Dissertação (Mestrado). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará.

Esta dissertação surge do interesse de estudar a prostituição feminina e a violência, dois fenômenos polissêmicos e complexos. Especificamente, essa relação está sendo abordada no contexto da baixa prostituição ou baixo meretrício, o qual é caracterizado por uma relação dialética entre a experiência da prostituição e o contexto da rua, potencializando uma série de vulnerabilidades e de modos de sociabilização. A violência reflete a lógica histórica e privada de silenciamento e reprodução ainda que ocorra em espaço público, não existindo, especificamente no que diz respeito à violência contra prostitutas, dados representativos no país. Os modos de vida são o cenário privilegiado para o estudo das implicações psicossociais da violência por revelarem as condições simbólicas e materiais de produção de subjetividades, de organização da vida e das relações nas zonas de prostituição. Diante dessas questões, surge como pergunta de pesquisa, como as implicações psicossociais da violência impactam no modo de vida das prostitutas em situação de pobreza? O objetivo geral do estudo é compreender as implicações psicossociais da violência no modo de vida de prostitutas pobres. Os objetivos específicos são: descrever os modos de vida de mulheres que exercem a baixa prostituição; compreender os sentidos construídos sobre a violência; analisar os modos de enfrentamento à violência construído pelas prostitutas. A pesquisa é de natureza qualitativa, tendo sido desenvolvida junto a sete mulheres que vivem e batalham na Barra do Ceará (Fortaleza). O caminho investigativo teve uma perspectiva etnográfica, tendo sido realizados como procedimentos metodológicos de construção de dados a observação participante, a visita dialógica, a entrevista individual e a técnica dos objetos geradores. Para análise de dados foi realizada a Análise de Conteúdo Temática proposta por Bardin, com o auxílio do *software* ATLAS.ti 5.2. As 57 categorias de análises encontradas foram organizadas em três grandes categorias intituladas de “Modos de vida de prostitutas pobres”, “sentidos sobre violência na prostituição”, “expressões psicossociais da violência no modo de vida”. Como principais resultados, percebeu-se que a dinâmica da baixa prostituição está engendrada com a dinâmica territorial, estando os códigos e regras da zona de prostituição em constante disputa e acordo com a comunidade. A violência articula-se como uma teia relacional que acaba por impedir o reconhecimento do outro (classe, gênero ou etnia) mediante o uso da força física ou simbólica, minando as possibilidades de diálogo, por um lado, e criando outros códigos, formas de interação e performances sociais, por outro. Como principais modos de enfrentamento estão analisar o perfil do cliente e as condições para realização do programa, estabelecer uma rotina e uma organização pessoal de trabalho, participar de espaços e grupos religiosos, estar vinculada a casa ou bares específicos, manter laços de parceria na zona de prostituição.

Palavras-Chave: Prostituição Feminina. Violência. Modos de vida. Psicologia Social.

ABSTRACT

SILVA, Lorena Brito da Silva. **PSYCHOSOCIAL IMPLICATIONS OF VIOLENCE IN THE WAY OF LIFE OF POOR PROSTITUTES**. 2014. 167f. Dissertation (Master). Humanities Center, Federal University of Ceará

This dissertation is result of the interest on studying female prostitution and violence, two polysemic and complex phenomena. Specifically, this relationship is being discussed in the context of low prostitution or low meretricious, which is characterized by a dialectical relationship between the experience of prostitution and the context of the street, powering a series of vulnerabilities and ways of socializing. The violence reflects the historical and private logic of silencing and reproduction although it occurs in public space, not existing specifically, as regards to violence against prostitutes, representatives informations on the country. The ways of life are a privileged scenario to study the psychosocial implications of violence, for revealing the symbolic and material conditions of production of subjectivities, of organization of life and relationships in areas of prostitution. In view of these issues, the research question arises as to the psychosocial implications of violence impact the way of life of prostitutes in situations of poverty? The general objective of the study is to understand the psychosocial implications of violence in the way of life for poor prostitutes. The specific objectives are: Describe the lifestyles of women exercising the low prostitution; Understand the meanings constructed on violence; Analyze ways to deal with violence built by prostitutes. The research is qualitative and has been developed with 7 women who live in Barra do Ceara, a neighbourhood in Fortaleza. The investigation had an ethnographic perspective, having performed as methodological procedures and data construction, participant observation, dialogical visit, the individual interview and the technique of generating objects. For data analysis was performed the Qualitative Analysis of Bardin, with the assistance of ATLAS.ti 5.2 software. The 57 analysis categories were organized into three broad categories entitled of "Ways of life of poor prostitutes", "Meanings about violence in prostitution", "Psychosocial expressions of violence in the way of life". As main results, we notice that the dynamics of the low prostitution is engineered with the territorial dynamics, with the codes and rules of the prostitution area in constant dispute and agreement with the community. The violence is a relational web that seeks to prevent the recognition of the other (class, gender or ethnicity) using physical or symbolic force, undermining the possibilities of dialogue, on one hand, and creating other codes, forms of social interaction and performances, on the other. As main forms of facing are: analysis of the profile of the customer and the conditions for implementing the program, establishment a routine and a personal organization of work, participation in religious groups, partnership with specific bars or home, maintaining ties of partnership in the zone of prostitution.

Keywords: Female Prostitution. Violence. Ways of life. Social Psychology

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Cine-prive no centro de Fortaleza	30
Figura 2: Trajetória no campo de pesquisa	32
Figura 3: Localização da Avenida José Lima Verde	54
Figura 4: Lado “boêmio” da Av. José Lima Verde	55
Figura 5: Lado “domiciliar” da Av. José Lima Verde	55
Figura 6: Vista do encontro do Rio Ceará com o Mar.	56
Figura 7: Ponto de ônibus.	58
Figura 8: Calçadão da praia da Barra.	59
Figura 9: Rua Vinte de Janeiro.	61
Figura 10: Objeto Gerador. Fantasias Raquel.	79
Figura 11: Objeto Gerador. Fantasias Raquel.	79
Figura 12: Objeto Gerador. O ponto de Luana.	90
Figura 13: Objeto Gerador. O palco da performance.	91
Figura 14: Objeto Gerador. Altar para pomba gira.	92
Figura 15: Objeto Gerador. O ponto de Lú.	94
Figura 16: A favela medonha de Raquel.	97
Figura 17: Marcas materiais e simbólicas da violência.	104
Quadro 1 – Relação entre objetivos, grandes categorias e os instrumentos	23
Quadro 2 – Caracterização das entrevistadas	45

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
APROCE	Associao das Profissionais do Sexo do Ceará
CUCA	Centro Urbano de Cultura, Artes, Ciência e Esportes
DC	Diário de Campo
E	Entrevista
ESF	Estratégia de Saúde da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
PPF	Projeto Força Feminina
PM	Polícia Militar
PSF	Programa Saúde da Família
SACS	Sociedade das Adolescentes Cabeças
SER	Secretaria Executiva Regional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	NOTAS DIALÓGICAS I.....	19
3	CAMINHOS METODOLÓGICOS	20
	3.1 Conceção e tipo de pesquisa.....	20
	3.2 Procedimento metodológicos de construção de dados	22
	3.3 Trajetória de construção do campo de pesquisa	27
	3.4 As mulheres.....	35
	3.5 Análise de dados	46
	3.5 Compromissos éticos e políticos da pesquisa.....	48
4	NOTAS DIALÓGICAS II	50
5	PROSTITUIÇÃO FEMININA E MODOS DE VIDA: O COTIDIANO DA BATALHA NA BARRA DO CEARÁ.....	52
	5.1 A ZONA de prostituição: o encontro da história, da atividade e do território.	53
	5.1.1 Av. radialista José Lima Verde ou simplesmente rua da praia.....	54
	5.1.2 Rua Vinte de Janeiro ou rua da casa de Bia... ..	60
	5.2 Prostituições: entre sentidos e teorizações	64
	5.3 “Eu não sou puta, eu sou prostituta!”	77
	5.4 Os Modos de vida das prostitutas.....	87
	5.4.1 O cotidiano de vida das prostitutas	88
	5.4.2 As vivências em condições de pobreza	97
	5.4.3 As representações sobre a violência na Barra	100
6	NOTAS DIALÓGICAS III	104
7	VIOLÊNCIA EM REDE: MARCAS SIMBÓLICAS E MATERIAIS	105
	7.1 Algumas questões sobre a relação da prostituição e da violência... ..	105
	7.2 Conceituação e problemáticas da violência.....	108
	7.2.1 Violência estrutural e o indispensável diálogo com a pobreza.....	112
	7.2.2 A violência de gênero como uma violência cultural	119
	7.3 Ensaando uma concepção das implicações psicossociais da violência	125
	7.3.1 Os sentidos construídos sobre violência	130
	7.3.2 As marcas das implicações psicossociais da violência.....	136
	7.3.3 Os modos de enfrentamento ou “os escudos da prostituição”	139
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
	REFERÊNCIAS.....	151
	APÊNDICES	161
	ANEXOS	165

1 INTRODUÇÃO

As inquietações e curiosidades de minhas andanças enquanto mulher, estudante e psicóloga no campo sócio-comunitário, no contexto dos movimentos sociais, em especial nos movimentos de mulheres dão sentido a esta dissertação. Nessa caminhada muitos são os encontros existenciais que me tocam profundamente e me fazem buscar compreender e intervir na realidade de pobreza e opressão que envolve o cotidiano do povo no nosso país, sobretudo, as mulheres que vivem nas periferias e guetos urbanos.

Destaco a participação no Núcleo de Estudos e Práticas Psicológicas (NEPPSI) da Universidade Salvador (UNIFACS) onde iniciei as primeiras atividades de extensão, problematizando o velho e ainda atual enquadre privatista da Psicologia. Ao longo de dois anos entrei em contato com trabalhadoras de cooperativas populares que compartilhavam privações econômicas e sociais e que juntas desafiavam e ousavam construir outras possibilidades de trabalho e organização comunitária. Conheci a Psicologia Comunitária e pude aprofundar a compreensão e atuação nesse espaço, dialogando com as questões macrossociais e particulares que perpassavam os modos de vida e significação das pessoas.

Ainda na graduação estagiei em uma Organização Não Governamental (ONG) que tinha como objetivo o trabalho com mulheres em condições extremas de pobreza. As visitas domiciliares e caminhadas em diversas comunidades de Salvador possibilitaram ver e sentir o cheiro dessa realidade. A desordem que configura as suas ordens me impressionaram e possibilitaram aprender que o fato de terem sido gestadas em uma realidade de pobreza não anula os potenciais de vida, de criação de arranjos saudáveis e solidários de resistência, contrariando assim as (anti)lógicas sociais (GÓIS, 2008). Dialoguei também com questões relacionadas ao feminismo: a privação do espaço doméstico, o machismo e a violência contra a mulher, a sexualidade, a corporeidade e a maternidade.

Dentre as atuações como psicóloga destaco a experiência no Projeto Força Feminina (PFF)¹, onde conheci, estranhei e me aproximei do universo da prostituição. Ao longo de pouco mais de dois anos acompanhando os arranjos criativos, os saberes e os gritos de tantas mulheres, desenvolvendo abordagem de rua, grupos de encontro e cuidado, conversas existenciais e organização política, alguns elementos que merecem destaque: histórias marcadas por violações, privações, coragem, criatividade e solidariedade. Foi a partir dessa

¹ O projeto Força Feminina é uma pastoral social que atua com mulheres em situação de prostituição no Centro Histórico de Salvador há aproximadamente 15 anos. Informações em www.oblatas.org.br.

atuação que o estudo da violência, sobretudo contra as mulheres, fez-se prioridade, pois, foi possível compreender suas implicações nos processos de sociabilidade, saúde e construção de projetos de vida.

Nesses espaços de atuação fortaleci a crença na Psicologia, enquanto prática ética-política de libertação, considerando que isso “envolve tanto uma ruptura com as cadeias da opressão pessoal como com as cadeias da opressão social” (MARTÍN-BARÓ, 2011, p. 192). E ao adentrar o Mestrado em Psicologia da UFC, senti a necessidade de sistematizar e aprofundar tais questões surgidas no campo da prática, problematizando e construindo uma práxis questionadora, ética e humanizada.

Entre os vários encontros com diferentes grupos de mulheres, os que desenvolvem a atividade prostitucional me inquietam. Andar pelas ruas dos centros e pontos turísticos das cidades já não é a mesma coisa, pois as configurações dos corpos e negociações com os clientes, o comércio gerado ao redor dos hotéis e pontos de prostituição, a presença dúbia da polícia (que ora protege, ora ameaça) saltam aos olhos. Ao observar a organização sexista e machista de nossa sociedade (SAFFIOTI, 2004), percebo que essas mulheres participam das mesmas condições históricas e culturais que tantas outras, porém, associam-se condicionamentos de marginalização-exclusão que as submetem às mais distintas e diferentes situações. Dessa forma, fez-se necessário desmistificar e problematizar as relações de gênero e opressão que marcam seus modos de vida, as contradições do mundo do trabalho, aspectos da violência estrutural e da pobreza (SILVA, 2010).

A prostituição feminina é um território simbólico polissêmico e vem adquirindo ao longo da história diversas concepções. A partir de referenciais teórico-metodológicos das Psicologias da Libertação e da Histórico-Cultural, compreendo a prostituição considerando a relação entre essas mulheres e as dimensões sócio-econômica-cultural da realidade, entendendo que a prostituta não é o fenômeno da prostituição, mas se constrói, a partir das vivências desta atividade (ROSTAGNOL, 2000; BARRETO, 2012). Em uma relação dialética com o lugar em que vive e as relações estabelecidas, medeada pela atividade prostitucional que exerce, a consciência dessas mulheres vai se construindo (VIGOTSKY, 1984; LEONTIEV, 2004) e elas passam a significar sua história e seu mundo.

Nessa pesquisa foi abordado o contexto da baixa prostituição ou baixo meretrício, o qual é caracterizado por uma relação dialética entre a experiência da prostituição e o contexto da rua, potencializando uma série de vulnerabilidades e de modos de sociabilização. Surge como um lugar de anonimato e de interrelações, de insegurança e de estratégias de cuidado e proteção, de exposição e de não-ditos, onde nos pontos de programa preenchem seus

cotidianos. Isso revela que além de uma prática comercial há uma trama que entre interações e mediações constrói sentidos, significados e sentimentos. Esse lugar (TUAN, 1983) apresenta-se como um lócus de construção da vida coletiva e individual, em meio às ambiguidades de um espaço de comércio, de moradia.

Esse mesmo lugar também é cenário para uma série de vulnerabilidades da configuração do trabalho e dos modos de relação. Dentre essas, destaco a pobreza, que para além de aspectos monetários, revela condições adversas de sobrevivência material e simbólica, e multidimensionalmente (SEN, 2010) é marcada por correntes ideológicas de marginalização e de culpabilização pelo vivido (CIDADE, MOURA JR; XIMENES, 2012) que se expressam por processos de estigmatização, exclusão, violência, abuso e negação de direitos básicos.

Ainda nesse contexto, o fenômeno da violência é pensado enquanto modo de relação social que acaba por impedir o reconhecimento do outro (classe, gênero ou etnia) mediante o uso da força física ou simbólica, minando as possibilidades de diálogo, por um lado, e criando outros códigos e performances sociais, por outro. Martin-Baró (2003) problematiza os aspectos ideológicos embutidos na violência, em sua correlação com as estruturas sociais e com os interesses de classe de determinados grupos, o que acaba por interferir no tecido social e nos modos de vida. Estudar sobre a violência em Psicologia remete a compreender as implicações desse fenômeno nos modos de vida e de significação das subjetividades dessas mulheres, problematizando as lógicas das agressões simbólicas e físicas, os processos de silenciamento, estigmatização, os modos de sociabilização e enfrentamento.

O próprio fato da violência contra a prostituta se encontrar velada no universo da violência contra a mulher desperta um questionamento. A implementação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) tem proporcionado um avanço na proteção e na garantia dos direitos da mulher e um tensionamento cotidiano às situações de violência. Inclusive ao ampliar a proteção para além da casa e do vínculo direto familiar, considerando o deslocamento e a estadia ao trabalho, bem como os demais trânsitos sociais da mulher, abre a análise para relações íntimas de afeto. Contudo, inquieta-me perceber que podemos ter dados e políticas específicas para mulheres negras, índias, camponeses, presidiárias, entre outras, e não ter informações sobre as prostitutas. O que tem sido considerado doméstico? Familiar? Por que as mulheres têm dificuldade em denunciar as violências sofridas? Ainda é preciso problematizar a abrangência deste aparato jurídico, questionando as dificuldades morais de denúncia e responsabilização dos agressores.

Essa violência reflete a lógica histórica e privada de silenciamento e reprodução ainda que ocorra em espaço público, não existindo dados representativos para este segmento no país. Nos primeiros contatos no bairro da Barra do Ceará, campo dessa pesquisa, traços dessa “invisibilidade” surgiam nos relatos sobre as relações com os clientes e a presença intimidadora da polícia, onde as narrações cotidianas se davam entre sorrisos, naturalidade e “aparente” aceitação. O que está incluído no programa? Quais os limites entre a performance sexual e as situações de violência? De qual violência estamos falando? Acredito que essas sejam questões a serem compreendidas no caminhar investigativo.

Ainda que se configure como código de defesa e coersão no universo da prostituição, percebe-se que na baixa prostituição a violência é legitimada e perpassa suas diferentes relações constituintes, tendo reverberações na vida dessas mulheres que ultrapassam a prática prostitucional. Assim, delimito como **problema de pesquisa** a naturalização da violência no modo de vida de mulheres que exercem a prostituição em situação de pobreza. A partir dos estudos de Diniz (2009), Silva (2006) e Pinheiro (2006), tal processo impacta a percepção das prostitutas frente às situações de violência surgidas na prática de sua atividade, relacionando-se com a postura, com o modo de pensar e de agir, enfraquecendo o estranhamento diante desse fenômeno.

Molina e Kodato (2005) e Esposito e Kahalle (2006) criticam a escassez dos estudos sobre prostituição feminina e a forma como se encontram distribuídos em dois grandes polos: 1) associados com a delinquência social, em forma de desvio sexual; 2) compreensão da prostituição como efeito pós-traumático resultante da exposição à pobreza e à violência. Para as autoras, os demais estudos majoritariamente associam a prostituição à sobrevivência material ou à obtenção de substâncias ilícitas.

Através da revisão teórica, percebemos que muitos dos estudos acabam por reproduzir estereótipos e pouco têm contribuído para uma melhor compreensão e intervenção nessa realidade. Silva (2006) ressalta que, embora haja muitos estudos sobre a prática da prostituição, existe uma escassez de pesquisas que articulam a subjetividade dessas mulheres, a pobreza e suas implicações nos modos de vida. Quando destacamos nesses estudos as categorias violência e pobreza não as consideramos como efeito ou causa da prostituição, mas reconhecemos que esses são elementos engendrados histórica e simultaneamente na baixa prostituição e questionamos a normalidade/naturalização dessa configuração, justificando-se assim a necessidade de aprofundar as reflexões desse território simbólico e descortinar as violências que perpassam o cotidiano.

Em meio às situações de violência, exploração e morte no desenvolvimento da atuação tanto no Centro Histórico de Salvador, como na Barra do Ceará em Fortaleza, campo desta pesquisa, eram notórias as dificuldades dos projetos, equipes e políticas públicas disponíveis em compreender e acompanhar tais questões. Além de questões epidemiológicas e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST'S) o trabalho junto a essas mulheres exige políticas voltadas para o enfrentamento da violência e para o fomento da educação e da garantia de direitos – sendo a ausência dessas políticas outra forma de violência (PINHEIRO, 2006).

Diante de tais questões, destaco como **pergunta de partida**, como as implicações psicossociais da violência impactam no modo de vida das prostitutas em situação de pobreza? O **objetivo geral** foi compreender as implicações psicossociais da violência no modo de vida das prostitutas em situação de pobreza. Os **objetivos específicos** foram descrever o modo de vida de mulheres que exercem a atividade prostitucional em situação de pobreza, compreender os sentidos construídos sobre a violência e analisar as formas de enfrentamento as situações de violência por parte das prostitutas.

A pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro são apresentados os percursos metodológicos desta investigação, que é de natureza qualitativa. Seu desenvolvimento ocorreu junto a mulheres que vivem e batalham na Barra do Ceará, durante os meses de julho de 2012 e dezembro de 2013. Em uma perspectiva etnográfica, foram utilizadas a observação participante, as visitas dialógicas, a entrevista individual e a técnica de objetos geradores como procedimentos de construção de dados. O material obtivo ao longo da pesquisa foi cuidadosamente analisado a partir da Análise de Conteúdo Temática proposta por Bardin, com o auxílio do *software* qualitativo Atlas TI 5.2.

Os capítulo seguintes apresentam o encontro dos conteúdos teóricos com os dados construídos na pesquisa, articulando percepções, reflexões e problematizações. O segundo capítulo, intitulado “Prostituição Feminina e Modos de vida: a vida e a batalha na Barra do Ceará” versa sobre prostituição feminina e seus aspectos laborais, jurídicos, sociais e éticos a partir de um olhar feminista. Descreverei os pontos de programa e os diferentes perfis que transitam pelo local, buscando compreender a dinâmica do território e os desdobramentos disso na vida das mulheres entrevistadas.

O terceiro capítulo nomeado de “Violência em rede: Marcas simbólicas e materiais da violência” é o momento em que problematizo a relação da prostituição com a violência. Inicialmente, será trabalhado o conceito de violência tentando compreender sua presença no cotidiano das entrevistadas. Em seguida, são tecidas considerações sobre as implicações

psicossociais desta convivência com a violência e os sentidos construídos pelas participantes. Por fim, são analisados os modos de enfrentamento da violência construídos pelas mulheres deste estudo.

Ao final, nas considerações finais, os resultados encontrados são discutidos a partir dos objetivos de pesquisa e dos percursos metodológicos adotados. Também são apontadas novas questões que emergiram e os principais desafios para não cairmos em armadilhas psicologizantes e naturalizantes (BARRETO; PRADO, 2010).

Dessa forma, convido você à leitura de um escrito que pretende tanto dar visibilidade as vivências e aos saberes das mulheres prostitutas, como questionar as concepções e posturas frente à realidade da prostituição, denunciando situações de privação e violência que se encontram naturalizadas e invisibilizadas nos cotidianos destas mulheres. Em meio às problematizações de fundo mais teórico, compartilharei intervalos-atos poéticos, de livre expressão. Essas pausas, ou costuras carregadas de sentido, é o que estou chamando de notas dialógicas e revelam de maneira ainda mais pessoal, os arranjos e os modos de compreensão das questões que envolvem esta pesquisa.

2 NOTAS DIALÓGICAS I

O QUE ME INSTIGA?

Corpos, territórios e códigos: o significado do lugar e de si em relação.

O Dito e o oculto,

O exposto e o mascarado,

O visto e o escondido.

Dia e noite: os sons e os personagens que transitam...

Os silêncios e os invisíveis, o barulhento e o escancarado... Cheiros...

Aproximação, percepção e sensação: quais saberes brotam dessa inserção? (sobre o campo, sobre os corpos, sobre @s outr@s, sobre mim: mulher, cidadã, pesquisadora).

Quero identificar possibilidades de existência e resistência!

O QUE FAZER?

Imersão atenta, observadora, visceral – o que marca?

Entender o bairro e os trânsitos corporais e marginais...

Conhecer os principais e os singulares pontos...

Pontos de encontro, de sociabilidade, de desafios...

Perceber o desconhecido!

COMO FAZER?

Percorrer a Barra do Ceará – tanto de dia, como de noite;

Percebendo cenários, personagens, códigos...

Visitar pontos comerciais, públicos e domiciliares.

Entrar em locais/guetos...

Olhar, ouvir e escrever!

Etnografia – Diário de campo.

(Lorena Brito da Silva, 22 de janeiro de 2013,

Diário de Campo (DC). Chuvas de ideias sobre processo de inserção).

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Depois de quase dois anos de trabalho, escrever sobre os caminhos metodológicos desta pesquisa é uma tarefa complexa e uma gratificante oportunidade de repensar uma trajetória permeada de encontros, aprendizagens, surpresas, frustrações, inspirações. Envolve o resgate, sobretudo, de memórias afetivas. Afinal, me dispus a adentrar em uma cidade e em um território novo e extremamente intenso: A Barra do Ceará. Este lugar mexeu comigo, tanto por conta de sua configuração prostitucional, como pela dinâmica comunitária e pelas relações de poder nos contextos urbanos. Mexeu com meus medos e inseguranças mais profundos no que diz respeito a ser mulher, ser pesquisadora e cidadã, e com uma força e coragem que nem sabia que possuía para me inserir, me vincular. Me apaixonei pela beleza do encontro do rio com o mar e pelas mulheres que tive a oportunidade de conhecer e conviver. Especificamente neste capítulo, problematizo a concepção de fazer pesquisa, apresento os procedimentos de construção e análise de dados, as categorias de análises, descrevo a Barra do Ceará e as mulheres que conheci, e pontuo o compromisso social e ético da pesquisa.

3.1 Concepção e tipo de pesquisa

Inspirada nas atuações em Psicologia Comunitária compreendo o processo de pesquisa como encontro, aproximação, interlocução e problematização de questões cotidianas. Considerando a centralidade do diálogo e da práxis, percebo seu potencial em possibilitar uma leitura de uma realidade social e de apontar caminhos interventivos. A perspectiva da pesquisa qualitativa é adotada neste estudo, objetivando a compreensão dos significados e dos sentidos que as mulheres prostitutas construíram sobre a violência, sobre seus modos de viver e suas relações sociais e considerando os elementos históricos, cognitivos, corporais, afetivos, materiais e simbólicos. Destaco quatro pressupostos centrais que embasam tal concepção: A historicidade (VYGOTSKY, 1984); a participação colaborativa (MONTERO, 2007); a processualidade (FLICK, 2009) e o potencial criador e inovador (SCARPARO, 2008).

No que diz respeito à historicidade, em uma relação dialética, a materialidade e os reflexos psíquicos constroem quem somos e os lugares que habitamos. Ao estudar fenômenos humanos, datados em uma história e inseridos em uma cultura, os processos de mediação das relações estabelecidas entre os sujeitos e o mundo são fonte de construção de significados

(VIGOTSKY, 1984). A perspectiva histórico-cultural possibilita uma abordagem do objeto de estudo ancorada nos ambientes/ lugares ocupados, nas atividades desenvolvidas, nos sentidos construídos e nas relações estabelecidas, reconhecendo a capacidade dos participantes de contribuir com a percepção e interpretação de suas realidades.

Olhar para a prostituição feminina na Barra do Ceará envolve conhecer a história do lugar em sua relação com a atividade, bem como os caminhos que levaram as mulheres até a Barra e a Prostituição. Como essas histórias se desdobram em códigos culturais e hábitos? Como as relações são permeadas pelo cotidiano do lugar? Quais os significados construídos e compartilhados? E os sentidos? Ao longo dos anos, existiram diferentes representações da Barra? E da prostituição? Enfim, a historicidade mais que a memória de fatos distantes, revela os “como’s”, os porquês e os caminhos que constroem e significam as coisas.

A premissa de que a vivência pessoal e coletiva das participantes possibilita que as mesmas sejam fonte e problematizadoras do objeto de estudo, é coerente com as teorias e ferramentas metodológicas utilizadas, em concordância com Montero (2007) quando ela aponta que um processo investigativo ético busca facilitar a participação, e conseqüentemente, a conscientização e a transformação, mobilizando todos os participantes. Mais que informantes, as mulheres tornaram-se interlocutoras diretas, e nos nossos encontros conversamos sobre a vida, sobre como encaram sua história e o que esperam de si e do mundo.

Esses valores vêm reger o “quefazer” do psicólogo e marca profundamente a relação entre os profissionais (agentes externos) e os moradores da comunidade e/ou grupo específico (agentes internos), considerando uma relação direta entre a produção do conhecimento e as transformações que constroem o cotidiano das realidades (MONTERO, 2007). Considero que a pesquisa qualitativa é uma experiência artesanal e colaborativa (MINAYO, 2010), em que a partir da vinculação busca-se construir um conhecimento processual, original, ético e político.

Assim, o próprio objeto, os conceitos, as questões na pesquisa qualitativa vão se refinando ao longo da pesquisa, revelando uma característica primordial deste tipo de pesquisa: a processualidade. Flick (2009) aponta que esse modelo de pesquisa rompe com a tradição positivista e quantificadora de definir conceitos e testar hipóteses, sendo o campo e o objeto de estudo os indicadores dos rumos da pesquisa. O papel de quem pesquisa é parte importante deste processo, “seja em termos de sua própria presença pessoal na condição de pesquisadores, seja em termos de suas experiências no campo e com a capacidade de reflexão que trazem ao todo” (FLICK, 2009, p. 9), visto que essa capacidade de leitura da situação e

dos indicativos dados contribui para a adaptação do delineamento e abordagem do objeto de estudo.

Scarparo (2008, p.16) atenta para a faceta “dialogal e provocadora de estranhamentos” que o ato de pesquisar possui, sobretudo diante da possibilidade de sempre ampliar o horizonte dos cenários, pessoas e questões. Pesquisar estaria intimamente ligado ao compromisso com a criação, com a produção de mudanças e deslocamentos nas formas de conhecer, considerar, elaborar, questionar. Desse modo, tanto tive o interesse de aprofundar as questões iniciais que me trouxeram ao Mestrado, como também me desafiei em aprimorar tais questões a partir do momento que passei a olhar o meu objeto de pesquisa de outro lugar, por outras perspectivas.

3.2 Procedimentos metodológicos de construção de dados

O caminho investigativo teve uma perspectiva etnográfica, objetivando uma progressiva aproximação e reconhecimentos dos contextos, dos rituais, das relações que constituem os cotidianos de vida e trabalho. Angrosino (2009) aponta a possibilidade de se obter uma visão ampliada de aspectos sociais e culturais compartilhados, a partir de uma inserção e uma vinculação fortalecida com a comunidade, da descoberta de afinidades, do estabelecimento de parcerias. Reconheço os desafios de utilização deste método antropológico em sua plenitude, principalmente diante das especificidades do contexto e do objeto em questão. Contudo, deixei o campo e as relações “falarem” e busquei descrever de forma ampla os códigos, os costumes, as redes e, sobretudo os estranhamentos e as dificuldades existentes (ROMANELLI, 1998).

Para tanto, foi adotada a Observação Participante (OP) para manter-me presente no ambiente-palco da pesquisa, buscando construir os dados fundamentalmente a partir da relação com as mulheres e da participação em seus cotidianos. Para alguns autores, a OP é entendida como um método de investigação, mas especificamente em Angrosino (2009) ela é compreendida como uma postura do pesquisador, um estilo pessoal, que envolve uma busca pela aceitação no lugar e entre os participantes da pesquisa, e uma abertura para adaptação diante das adversidades do processo. A OP é mais que mera observação e descrição da realidade, ela em sua práxis envolve observar participativamente, dialogando, refletindo, avaliando, sociabilizando e transformando (MONTERO, 2007). O observador-pesquisador observa os cenários e os inter-relacionamentos em que está inserido, ativamente presente, ao mesmo tempo em que modifica e é modificado pela vivência.

Assumir uma perspectiva de pesquisa mais etnográfica e pautada em uma OP envolve adotar procedimentos metodológicos coerentes com a facilitação e com a criação de zonas de encontro e elaboração no campo. Quem realiza a pesquisa é “ao mesmo tempo participante subjetivo da comunidade e observador objetivos da fonte” (ANGROSINO, 2009, p. 34), necessitando ter um período de tempo extenso em campo e utilizar um modelo multifatorial de construção de dados (adotando a triangulação de técnicas e instrumentos). Ainda que houvesse inicialmente um desenho metodológico alinhado ao objeto e ao objetivo geral, foi a partir da OP que os processos metodológicos foram definidos. Segue no quadro 1 a relação entre os objetivos específicos, as grandes categorias e os instrumentos metodológicos:

Quadro 1 – Relação entre os objetivos específicos, suas grandes categorias e os instrumentos.

OBJETIVOS	GRANDES CATEGORIAS	INSTRUMENTOS
Descrever o modo de vida de mulheres que exercem a baixa prostituição	- Modo de vida das prostitutas pobres; - Expressões psicossociais da violência no modo de vida;	Diário de campo, Visitas dialógicas, Mapeamento psicossocial e Observação Participante.
Compreender os sentidos construídos sobre a violência.	- Sentidos sobre violência na prostituição;	Entrevista em profundidade, Técnica dos objetos geradores.
Analisar os modos de enfrentamento à violência construído pelas prostitutas.	- Modos de vida de prostitutas pobres; - Expressões psicossociais da violência no modo de vida	Observação Participante; Entrevista em profundidade.

Fonte: Elaborado pela autora

O primeiro momento investigativo foi constituído pelo processo de inserção comunitária, composto pelas conversas iniciais, pela participação nas atividades locais, pelas visitas e caminhadas comunitárias e pelo mapeamento da comunidade e dos pontos de prostituição. O Método Dialógico-Vivencial da Psicologia Comunitária (GOÍIS, 2003) influencia o olhar e a intenção em campo, propondo uma correlação entre a investigação e a facilitação dos processos, sendo a inserção um instrumento de ressignificação dos saberes e práticas, mediado pelas relações.

Para que a pesquisa pudesse se concretizar era fundamental uma vinculação, uma inserção intensa, e decidir por Fortaleza como campo não foi fácil,

Afinal, em Salvador, em meio ao caos do Centro Histórico, eu me sentia confortável por estar na minha cidade, com segurança do Projeto Força Feminina e da proximidade com um grande grupo de mulheres. Contudo, ancorada na pseudo-experiência que já tinha, aceitei o desafio... Rapidamente percebi que o caminho seria longo e demandaria de mim capacidade de articulação e de investimento emocional... (DC 11, 03/02/2013).

A distância entre Salvador e Fortaleza é um mundo: de contatos, paisagens, pessoas, gírias, dinâmicas comunitárias. Contudo, foi importante me estranhar e me desapegar de certas seguranças e garantias, estando aberta e sempre atenta ao que surpreende e ao que toca (ANGROSINO, 2009). Trouxe comigo de Salvador a aprendizagem e um olhar mais refinado para o território e uma disponibilidade existencial de vinculação e relação com as mulheres – sabia que mais que um campo, eu estaria construindo uma relação de confiança, entrega, parceria.

Em julho de 2012 fiz minha primeira visita à Barra do Ceará a partir do contato com um psicólogo que anos antes havia feito a Residência Multiprofissional em Saúde no território. Conheci a equipe de Residência Médica de Saúde da Família e os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do posto de Saúde Doutor Lineu Jucá que realizam um acompanhamento comunitário bastante articulado, e que, com a coordenação de DST/AIDS da Prefeitura, haviam desenvolvido atividades específicas com profissionais do sexo da região. Assim, a partir de visitas institucionais e participação em reuniões internas da equipe foi pactuando uma parceria.

Percebi que a contrapartida para facilitar minha entrada no território seria uma “atenção da Psicologia” – associada à saúde mental. Aos poucos fui problematizando esse lugar restrito, e passei a realizar uma média de 2, 3 visitas por semana, participando das atividades comunitárias, dos ambulatórios específicos (crianças, adolescentes, idosos), das campanhas da vigilância epidemiológica, dos estudos de casos, das reuniões de supervisão da equipe da residência médica, acompanhando a SACS (Sociedade das Adolescentes Cabeças)². Desse modo, comecei a andar pelas ruas, entrar nas casas das pessoas, recolhê-las e ser reconhecida, identificar progressivamente os códigos corporais e as expressões que davam a este lugar um ritmo e um sotaque próprio. As visitas constituíram-se como um espaço potente de reconhecimento e “produção de palavras e expressão de gestos criados e criadores de sentidos e afetos entre os sujeitos denunciadores da realidade e anunciadores do mundo” (CAVALCANTE, 2011, p. 79).

² A SACS é um grupo formado por meninas, com idades entre 7 e 12 anos, moradoras da Barra. Surgiu em 2010 como um espaço de encontro e cuidado, trabalhando temas transversais a saúde: sexualidade, participação social, articulação comunitária, autocuidado. Semanalmente elas se encontram com a presença da médica de família e juntas articulam ações a serem desenvolvidas em suas famílias e na comunidade.

A realização de visitas ao centro da cidade³ também contribuíram para me inserir nesse universo simbólico da prostituição neste lugar. Eu precisava me desnudar das marcas de Salvador e me envolver com a experiência local: tipos de corpos, sons e cores das ruas, perfis e configurações da prostituição. Fiz isso, acompanhada de colegas da turma de mestrado, em dias e horários diferentes. Também, com esse mesmo grupo, comecei a percorrer o cenário cultural, assistindo peças e shows performáticos, que contribuíram também para o resgate da poesia e a estética que mobilizam e é base para este fazer. Os desafios da pactuação do campo acabam às vezes por me esmorecer, desanimar, e me afastar do prazer de investigar – eu sabia que perder isso era perder a chance de vinculação nesse contexto.

Inicialmente, foi construído um instrumento para um mapeamento prostitucional. Esse instrumento seria distribuído entre os ACS para mapear suas respectivas áreas de cobertura, porém percebemos que a equipe não tinha condição de somar mais essa ação às demandas existentes. Assim, optamos por um mapeamento psicossocial processual, de modo a potencializar essa metodologia de facilitação comunitária (LIMA; BOMFIM, 2012), e sistematizei o mesmo ao longo da inserção.

Enquanto eram realizadas as visitas e facilitávamos os grupos acompanhados pela equipe de saúde, fui entendendo mais da dinâmica psicossocial da Barra, dos aspectos sociais e culturais que permeavam os modos vida, da relação tensa da comunidade com a polícia e o tráfico, do modo como os espaços de prostituição são descentralizados, naturalizados e integrados à economia e às atividades comunitárias, bem como das maneiras de sociabilização e lazer dos moradores do bairro. Cavalcante (2011) propôs uma visita dialógica, coerente com os aspectos éticos e estéticos do diálogo para Paulo Freire, buscando “não reproduzir as posturas técnicas – a visita do saber que pretende ser disseminado – e assistencialistas – a visita enquanto gesto de uma relação de dependência – da colonialidade do poder e do saber” (p. 80). Mais do que uma técnica de coletar dados, visitar me aproximou simbólico e afetivamente das pessoas e dos lugares e ressignificou muito do imaginário.

Depois que qualifiquei o projeto de mestrado, em junho de 2013, fui modificando minha postura em campo. Se até então estava deixando o campo fluir de maneira mais livre, realizando o que Angrosino (2009) classifica como entrevista etnográfica – conversas abertas e esporádicas – passei a ser mais diretiva nas abordagens para participação da pesquisa. A entrevista foi outro instrumento metodológico primordial para a sociabilidade e fluxo de

³ Essas visitas aconteceram na companhia de dois grandes parceiros da turma do mestrado que também pesquisam sobre o campo sexualidade. Vinício Brígido, que investiga a configuração laboral e marginal da prostituição masculina, e Juliana Sampaio, que estuda o acesso das travesti às políticas de saúde.

informações, convidando as participantes a voltar-se a si, em suas memórias, vivências e compreensões de mundo (ROMANELLI, 1998).

O entrevistar é um processo interativo de caráter reflexivo e simbólico, permeado de sentimentos e afetos, configurando-se como recortes da experiência vivida e geradora de conhecimentos, elaborações. Rech (2008, p. 78) salienta que “a entrevista aplicada na investigação social, dispensa regras fixas e técnicas sofisticadas, exigindo procedimentos criativos, recursos verbais, manejos dos bloqueios emocionais e na eficiência da comunicação interpessoal”.

[...] no desenrolar da entrevista senti uma abertura maior de Raquel comigo, contudo, ainda é possível perceber a dificuldade dela em pensar e narrar sua história. As frases ainda são curtas e para sair de respostas monossilábicas eu preciso insistir, retornar, dar opções iniciais de respostas... Inclusive, preciso deixar de entrevistar para que a entrevista aconteça. É uma certa novidade em falar livremente sobre sua vida, seu dia-a-dia – acredito ser um movimento comum, visto que o ritmo do cotidiano pouco possibilita elaborações. Também percebo que a presença do gravador inibiu as falas, visto que a naturalidade de uma conversa está atravessada por um gravador. Fica muito claro esse desconforto quando desligo o gravador, e assim que guardo o aparelho no bolso ela relata duas situações de sua vida de maneira mais detalhada (DC 24, 14/10/2013).

Durante outubro e dezembro de 2013, realizei as entrevistas “gravadas” com 4 mulheres, no seguinte formato: Ocorreram dois encontros formais com cada mulher, com um intervalo mínimo de 15 dias. Esse procedimento foi adotado depois que realizei uma entrevista e visitei na mesma semana a mulher, e pude perceber que as questões giravam nos mesmos pontos. Em supervisão, atribuímos isso a uma dificuldade minha de manejar o aprofundamento das questões trazidas diante de uma ausência de um tempo analítico para uma compreensão dos jogos simbólicos e elementos não ditos. Assim, estabelecemos esse período para elaborar e dirigir a conversação de modo a garantir a expressão de informações relevantes.

Foi utilizada a técnica de entrevista em profundidade (DUARTE, 2006), que é caracterizada como “uma técnica dinâmica e flexível, útil para a apreensão de uma realidade tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para a descrição de processos complexos os quais está ou esteve envolvido” (DUARTE, 2006, p.125). A entrevista assim possibilita reorganizar as experiências vividas e o acesso a situações e emoções muitas vezes pouco elaboradas, sendo por isso um “tempo psicossocial” (RECH, 2008, p.77), marcado pela cultura, pelo tempo e pela mobilização afetiva, tendo em sua profundidade um aspecto terapêutico.

Para o primeiro momento da entrevista utilizei a Técnica de Objetos Geradores (RAMOS, 2004), que consiste em um desdobramento das palavras geradoras de Freire (2004), onde objetos carregados de sentido para o sujeito (fotografia, roupa, miniaturas, dentre outros) medeiam afetivo e intelectivamente a pronúncia de seu mundo, de sua história de vida (APÊNDICE 1). A intenção ao utilizar esses elementos lúdico-interativos é facilitar o diálogo, vinculação e revelação de si, motivando reflexões sobre as tramas de vida das mulheres (CAVALCANTE, 2011). Ainda de acordo com Cavalcante (2011), essa técnica possibilita que os participantes tragam referências e metáforas do seu mundo simbólico, sendo o objeto um intermédio para contar as histórias pessoais.

Não pude deixar de me afetar pelas escolhas dos objetos e percebi que falar sobre eles deslocava as mulheres para outro nível de relato, onde elas interagiam, teatralizavam e criativizavam suas histórias. Assim que fazia a proposta, sentia um olhar surpreso, que traduzi como um questionamento do sentido desta atividade. Contudo, falar sobre o objeto possibilitava um momento de quase catarse “*vixi, acho que me empolguei, falei demais, quanta maluquise*” (NATI, E2, 6/12/2013), disse depois de segurar seu objeto em mãos e descrevê-lo.

A entrevista em profundidade teve um formato semiestruturado, e foi composta por uma matriz, uma espécie de roteiro com questões-chaves (APÊNDICE 2), que surgiram do problema de pesquisa e possibilitou a amplitude do tema a partir das respostas dadas pelo participante (DUARTE, 2006). As questões chave foram refinadas e amadurecidas a partir das conversas iniciais, tendo como base a proposta caleidoscópica de análise de Coelho (2009), atentando para diferentes eixos do problema de pesquisa: modo de vida, vivência na prostituição, da relação com membros da zona e da comunidade, situações e modos de enfrentamento da violência.

3.3 Trajetória de construção do campo de pesquisa

A construção do campo de pesquisa foi se fortalecendo ao longo do período de inserção e de vinculação, tendo respeitado critérios acadêmicos, pragmáticos, afetivos e simbólicos (ANGROSINO, 2009). Um fator desafiador no processo de inserção foi o processo eleitoral de 2012 que foi bastante intenso na cidade, e especialmente na Barra do Ceará – a densidade demográfica da região da cidade, a faz estratégica para o desempate nos votos. Esse processo demandou da equipe mais habilidade para mediar as questões políticas

(internas na prefeitura e locais do bairro), e influenciou a diminuição das ações no bairro, impactando diretamente na pesquisa. O campo praticamente ficou paralisado entre outubro e dezembro, e as ações planejadas para o período foram adiadas, acontecendo apenas visitas esporádicas com a equipe.

Em meio a essa dificuldade, tentei abrir, paralelamente, outra possibilidade de campo. Não tive sucesso ao tentar me aproximar de outros setores governamentais que faziam abordagem de rua. Contatei também outros pesquisadores da área que realizam pesquisas no centro de Fortaleza, e senti o peso da competição acadêmica, pois para alguns deles “abrir o campo” para um estranho poderia significar a perda de espaço para a própria pesquisa. Diante de tantas incertezas, senti a dificuldade de investigar um tema complexo sem uma articulação maior. A primeira vontade foi retornar o campo para Salvador, afinal o tempo de espera para o campo acontecer não era coerente com o tempo para a conclusão de uma pesquisa de mestrado.

Analisando hoje, depois da tensão vivenciada, fica a sensação de que essa complexidade, e dificuldade é justamente um dos encantos e um dos fatores que me levaram a essa investigação. Todas essas tentativas de inserção e o processo de articulação são etapas cruciais para a pesquisa de campo (FLICK, 2009), visto que ela não se dá de forma linear e essa parceria solidificada pode contribuir com as mudanças de rumos e recomeços necessários para as adaptações que o objeto de pesquisa vai sugerindo ao longo da investigação – principalmente no meu caso, onde o campo não estava “pronto” e eu iria desbravar uma aproximação com um grupo social marginalizado.

Mais do que o território possível para a realização, no sentido de que “só tinha como ser esse”, a Barra do Ceará tornou-se cenário por congregar uma série de elementos potentes para uma boa investigação: é um lugar histórico de Fortaleza, sendo o Marco Zero da cidade – um bairro antigo marcado por velhos problemas e desafios e por um forte sentimento de apropriação e laços sociais. Entre as décadas de 1930 e 1940 funcionou na foz do rio Ceará um hidropuerto e até a década de 1960 uma zona portuária e de comércio forte, responsáveis pelo trânsito de pessoas e mercadorias, aproximando e intensificando uma zona de prostituição no território. Com o deslocamento do centro comercial, político e residencial para outra região da cidade, a Barra deixou de receber incentivos e interesses do governo, da elite e dos grupos econômicos, o que contribuiu para uma estagnação no desenvolvimento local enraizando e mantendo até hoje alto índices de pobreza, falta de saneamento e solidificação de um tráfico de drogas organizado. O território possui uma equipe antiga, engajada e reconhecida de Saúde da Família, que em meio às dificuldades da realidade local conseguiu

estabelecer bons vínculos e garantir um modelo de atenção e cuidado, sendo uma referência para a comunidade e uma mediação para o desenvolvimento de ações no local.

Essa configuração territorial e histórica coopera para a escolha de “um lugar em que a questão acadêmica que se está investigando tenha a maior probabilidade de ser vista de forma razoavelmente clara” (ANGROSINO, 2009, P. 47). Essas características de algum modo são compartilhadas por outras zonas de prostituição, o que ainda de acordo com o autor, contribui para que as questões aqui percebidas possam ser comparadas e/ou relacionadas a outras fontes de investigação. Também, outro fator que faz da Barra do Ceará o lugar desta pesquisa foi a presença da equipe de profissionais que contribuiu para que os obstáculos de acesso fossem minimamente diminuídos possibilitando o desenvolvimento da pesquisa.

A Barra compõe uma Fortaleza que não está no glamour da Beira-Mar – e possivelmente muitos turistas podem “conhecer” a cidade e nem se quer cruzar suas ruelas, pois pelo formato horizontal do revelo e construções, você pode transitar e não enxergar os aglomerados de pobreza que se escondem por trás das “ruas principais” da cidade.

A cidade de Fortaleza/ Ceará possui uma população estimada em 2,5 milhões de habitantes (IBGE, 2011), estando localizada no litoral atlântico, com 34 km de praias, sendo a cidade mais populosa do Ceará (quinta do Brasil) e a capital de maior densidade demográfica do país. No turismo, por conta da localização geográfica estratégica em relação às rotas aéreas internacionais, e pela beleza e fama do litoral do estado, em 2010, foi a capital do Nordeste mais procurada por viajantes nacionais e no cenário geral do país ocupou a 4ª colocação. Contraditoriamente, estima-se que 3,8% da população viva com até R\$ 70,00 e 11,8% com até ¼ de salário mínimo, o que equivale à R\$ 127,5 (IBGE, 2011).

Fortaleza sustenta economicamente parte do fluxo econômico gerado pelo turismo no estado, encontrando-se também um forte apelo à atividade turística e sexual, constituindo-se em polo central do turismo sexual (junto a outras cidades nordestinas como Salvador, Natal, Recife) – por traz das cortinas encontram-se, sobretudo, práticas fomentadoras de exploração sexual de crianças e adolescentes e de suas variadas formas de violência e afronta aos direitos humanos (FORTALEZA, 2011). No que diz respeito à prostituição, pode-se perceber que a atividade acontece de maneira descentralizada pela cidade, destacando-se as regiões do Centro, da Praia de Iracema, do Serviluz, da Barra do Ceará e do Castelão. A partir das visitas realizadas no período de inserção ao centro da cidade, tanto de dia, como de noite, pude perceber que a configuração no local tem contornos bastante diferentes quando acontecem de dia ou de noite.

A noite, tudo é muito “claro”: a prostituição ocorre escancarada tanto nos espaços públicos, onde cada trecho do centro corresponde a um ponto específico dos diferentes grupos – mulheres, homens, travestis e criança ocupam territórios diferentes, e de uma maneira geral as ruas são muito escuras, como nos espaços privados dos cinemas, bares e boates. De dia, a prostituição de rua fica mais discreta, ocorrendo entre os trânsitos pelas praças do centro e principalmente nos bares, casas de massagem e cines-privês – durante o dia a prostituição se camufla pela dinâmica da cidade, onde você não sabe quem faz e quem procura os programa, e quem simplesmente circula pelas ruas.

Figura 1: Cine-privê no centro de Fortaleza.



Fonte: Arquivo pessoal.

Na imagem, uma cena cotidiana, naturalizada e curiosa. Em frente aos cines-privê do centro da cidade está localizado um ponto de ônibus intermunicipal. O local retrata uma dúbia significação e mais do que os estereótipos, percebemos diferentes sentidos e padrões de uso para este espaço. Na Barra do Ceará esta sensação é intensificada quando avistamos os espaços comunitários e de lazer. Já havia caminhado pelo bairro anteriormente quando vim a primeira vez à Fortaleza, pois o por do sol é encantador, porém caminhar com o objetivo de fazer pesquisa me fez atentar para elementos que naquela tarde em 2008 não foram percebidos. Deparei-me nas visitas investigativas com uma grande quantidade de motéis espalhados em um curto espaço territorial – distribuídos entre as residências na rua principal da praia são mais de 35 estabelecimentos que possuem ao redor distintos pontos de programa. Foi possível ver inúmeros locais que são pontos de prostituição: bares, esquinas, bordéis, casas de massagem. Assim, somada a complexidade dos elementos ditos sobre este lugar, também contribuiu para o estabelecimento da Barra como local de pesquisa o fato do território possuir uma zona de prostituição enraizada e bem distribuída.

Fortaleza é distribuída em sete Secretarias Executivas Regionais (SER) e a Barra do Ceará está localizada na SER 1, no extremo oeste da cidade, que é composta pelos bairros mais pobres da cidade, possuindo alta vulnerabilidade social, problemas de habitação irregular, desemprego, uso abusivo e tráfico de drogas e a presença dos equipamentos sociais (públicos e comunitários), ainda pouco capilarizados no território (FORTALEZA, 2011). O Mapa da criminalidade e violência (FORTALEZA, 2011) destaca que a SER 1 é região historicamente desprovida de investimentos em serviços e equipamentos públicos, o que a diferencia da região leste da cidade de Fortaleza (Beira Mar). Ainda assim, esse local é fecundo de expressão cultural e de resistência proveniente dos movimentos sociais urbanos e da existência de programas e projetos governamentais ou não governamentais, a exemplo de políticas de saúde, de juventude, além de projetos sociais e pastorais.

A história da Barra do Ceará é marcada por um desencontro de informações e argumentos. Oficialmente, Fortaleza tem 287 anos, tomando como referência a ocupação holandesa, as margens do Riacho Pajeú. Segundo o historiador Adauto Leitão, a Barra é o bairro mais antigo de Fortaleza, tendo tido a primeira sede da Câmara Municipal há mais de 315 anos. Inicialmente, a Capitania do Siará não havia sido explorada pelos europeus até o ano de 1603, tendo sido a partir de 1604 inaugurado o Fortim de Santiago na Barra – este lugar posteriormente foi conhecido como Forte São Sebastião e hoje a favela Morro de Santiago ocupa este território. Promessas políticas e religiosas revelam o interesse de transformar o morro em um polo religioso com a construção da Colina de São Sebastião.

O Bairro hoje possui grande extensão territorial e populacional (81.104 habitantes), tendo o rendimento médio mensal de R\$ 398,61, ocupando em um ranking de distribuição de renda de 199 bairros, a posição 103 (IPECE, 2012). Destacam-se outros números do mapa de criminalidade e violência, que revelam algumas características do local, a saber: o bairro ocupa a primeira posição da SER I em números absolutos de relações conflituosas ao registrar 787 conflitos em 2009, concentra 20,1% das ocorrências da Regional (3.914 no total). No que diz respeito a roubos, aparece com 85 registros em 2009, com uma significativa queda em relação aos registros de 2008 (114) e aos de 2007 (105). Em 2009, o bairro foi responsável por 33,8% das mortes violentas da Regional. Do número total de bairros de Fortaleza, em 2012, 48,25% de homicídios ocorreram em 20 bairros (grandes conglomerados que articulam baixa escolaridade e alto percentual de pobreza); 73,23% do total destes homicídios aconteceram em 40 bairros, e só na Barra do Ceará foram registrados 70 casos (IPECE, 2013). Este lugar reflete a realidade nordestina, onde de maneira ambígua as riquezas naturais e

culturais, que encantam pela beleza dos encontros do rio com o mar, “convivem” entre a pobreza econômica e as desigualdades sociais.

Lembro-me que nas primeiras caminhadas pelo território da Barra do Ceará, ao ouvir as histórias de uma ACS quando passávamos por uma viela conhecida como “gueto”, local marcado pela presença organizada do tráfico e onde era proibida até a entrada das equipes de saúde, fui sentindo novamente a sensação de insegurança, de medo, de encantamento, por estar diante de território que, assim como o centro histórico em Salvador, carregava consigo o estigma de pobreza e violência. Ao avistar os locais, que ela descreveu como bares de prostituição, tive a sensação de estar em

Um mundo habitado em uma frequência muito diferente da minha, afinal no alto da minha moradia de classe média não existe escancaradamente uma rua ao redor do meu prédio que eu não possa andar porque um traficante proibiu. Muito louca a segurança daquelas pessoas ao andar em um lugar que eu me vi totalmente vulnerável e insegura. Fica forte mais uma vez a sensação de que as pessoas que eu considerava marginal são nativas daquele território e a estrangeira, a de fora, a estranha sou eu (DC 4, 23/08/2012).

Era bastante curioso que enquanto eu buscava investigar sobre as implicações da violência no modo de vida das prostitutas, eu me via o tempo todo entrando em contato com situações de violência: morte de jovens, batidas policiais, com o receio do assalto, com a investida que os clientes davam em mim no ambiente da prostituição, e com os meus próprios medos e receios. Foi importante perceber e dar espaços para as minhas inseguranças, porque ela tanto me lembrava da função desnaturalizante da minha presença, como também da minha condição de agente externa, estrangeira ali. Não tentar camuflar ou negar contribuiu para a superação e fortalecimento da minha relação com a comunidade, e rondaram as minhas relações e suas repercussões estarão presentes nas análises realizadas.

A figura 2 revela minha trajetória ao longo desse tempo em campo.



Fonte: Adaptação do mapa no Google Maps.

Estão destacados em vermelho os caminhos percorridos que se relacionam com o território prostitucional do bairro. Poderia descrever cada rua, cada pessoa, cada diálogo, pois esses acontecimentos me marcaram e foram muito importantes, o que faz da tarefa de selecionar os elementos que entrarão nesta dissertação seja delicada. Sei que cada encontro e percepção marcaram-me e contribuiu para as elaborações e sentidos construídos.

No ponto 1, está o Conjunto Polar. Área residencial, onde se encontram majoritariamente casas bem estruturadas e alguns estabelecimentos comerciais e igrejas. Especificamente, distribuídos por dois quarteirões existem 5 motéis e ao redor de cada um existem pontos de prostituição – quanto mais programa for feito, maior desconto as mulheres tem nos quartos. Durante o dia, apenas mulheres ocupam os pontos: na Avenida Coronel Carvalho (principal), ficam as mulheres mais jovens, normalmente trajando roupas mais curtas (a maioria de biquíni) e extremamente magras. Nas ruas secundárias e mais internas, as mulheres são mais velhas, mais corpulentas, vestidas com roupas mais discretas e carregando sempre grandes bolsas. À noite, as mulheres dividem as ruas principais com travestis.

O ponto 2, destaca a Av. Francisco Sá, avenida extensa que sedia muitas fábricas e galpões da cidade. Assim, é comum avistarmos grandes paredões, intercalados por algumas casas e conjuntos de prédios. No trecho próximo à praia pode ser observado três principais pontos de prostituição: A partir das 16 horas, nas paredes dos muros ficam encostadas algumas mulheres sempre muito atentas aos movimentos da rua. Elas são adultas, trajam roupas discretas, normalmente com os cabelos bem penteados. Do outro lado da rua, próximo a dois pontos de ônibus, as mulheres apresentam um movimento curioso: quando pessoas se aproximam dos pontos elas começam a caminhar (aparentando estar de passagem). Também carregam bolsas de lado, porém suas roupas são um pouco mais justas ao corpo e aparentam ser adultas, não passando dos 40 anos. Seguindo na avenida, em frente ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado do Ceará (SENAI/CE), um grupo de adolescentes mora em uma barraca de lona. Elas são extremamente magras, utilizam pouquíssimas roupas, quase sempre estão com os cabelos bagunçados e visivelmente fazem uso de bebidas alcoólicas e crack, e a partir dos relatos dos moradores “estão para tudo”: fazem programas, revendem drogas e praticam pequenos assaltos, principalmente no turno da noite.

O ponto 3, representa a Av. Radialista José Lima Verde. Na primeira etapa, anterior a ponte Ulisses Guimarães, que liga Fortaleza à Caucaia, é possível encontrar a maior concentração de motel da região, tendo praticamente todos os imóveis esta função (os demais

estabelecimentos são em sua maioria bares e pontos para venda de peixes). Nessa parte da avenida é possível encontrar muitas mulheres, quase todas muito magras e sempre vestidas de biquíni e short. Aqui, diferentes dos pontos anteriormente citados, as mulheres não ficam em pé pelas ruas, estando em sua maioria sentadas nos bares ou em algumas calçadas.

O número 4, ainda representa a Av. Radialista José Lima Verde, no trecho posterior a ponte, sendo habitado de modo diferente pelos moradores da Barra. E pela importância deste lugar para a pesquisa, descreverei detalhadamente sua configuração ao longo da pesquisa. É aqui que fica os bares de Ana e onde Lu e Luana batalham⁴. Esta região é o ponto mais antigo de prostituição da Barra, tendo alguns bares que pertencem aos mesmos donos a mais de 40 anos. É importante frisar que não é em todos os bares que acontecem programas, mas existe um código local que as pessoas que por ali circulam estão abertas e a procura de algo.

O trecho do ponto 5, na Av. Leste-Oeste está localizado o CUCA (Centro de Cultura e Arte Che Guevara), um equipamento da política pública para juventude da Prefeitura de Fortaleza, onde realizei algumas entrevistas e participei dos ambulatórios do adolescente ao longo da pesquisa. Antigamente neste local estava situado o clube de regatas da Barra, ponto de lazer tradicional da cidade. No início desta rua, embaixo da ponte, é comum, em diferentes horários, a polícia realizar revistas de pessoas que circulam a pé, ou fazer abordagem nos ônibus, carros e motos.

O ponto 6, é a localização da Rua Vinte de Janeiro também será mais bem descrita, pois nela está localizada a casa de massagem, lugar onde Bia e Raquel trabalham. A rua é bastante residencial, asfaltada e normalmente é deserta, com pouca circulação de pessoas. Por aqui, também é possível encontrar alguns motéis e terrenos baldios.

O trecho 7, é a área do bairro extremamente curiosa e tensamente movimentada. No Morro de Santiago encontra-se uma comunidade muito pobre que há mais de 10 anos é reconhecida como uma zona de tráfico de drogas organizado, grupo conhecido como “Ratos do Morro”. Do outro lado do campo de futebol, a menos de 200 metros do morro está localizada uma base da polícia militar. É muito comum encontrar um clima de “guerra fria”, onde se sabe da circulação e das tramas do tráfico e da briga entre as gangues, e constantemente aos arredores do local a polícia realiza fortes batidas policiais. Também nessa região muitos acordos de conta são travados e é comum que os corpos das pessoas mortas fiquem expostos. Não se percebe nesse lugar prostituição, o que mais chama atenção além dessa relação polícia-tráfico é a presença de uma grande quantidade de casas pelas ruelas –

⁴ Participantes da pesquisa que em breve serão apresentadas.

como é próximo da rua principal, as ruas são asfaltadas e mesmo sendo muitas as casas, elas são organizadas.

A região 8, é a localidade onde Irene e Nati residem, e onde foram realizadas inúmeras visitas domiciliares acompanhando as equipes de saúde da família. Aqui as ruas são muito estreitas, não necessariamente saneadas, e as casas são muito pequenas e com pouco acabamento. No território, a única política pública efetivamente presente é a ESF, sendo a equipe de saúde bastante inserida, com acesso às diferentes ruas e casas. Aqui, a densidade demográfica é alta, tendo muitas casas em pequenas ruas e uma grande quantidade de pessoas dividindo as moradias. É comum a presença de pequenos estabelecimento vendendo alimentos, bebidas, doces, moveis, roupas e calçados. Comumente encontramos crianças brincando nas ruas, bem como muitos homens reunidos em rodas de conversas – as mulheres, avistamos principalmente pela manhã fazendo serviços domésticos e/ou transitando com as crianças.

Posteriormente ao período de inserção, dois lugares no bairro mostraram-se possíveis e potentes para uma aproximação cotidiana e uma vinculação com as mulheres. A av. Radialista Lima verde, em especial 3 bares localizados lá, e na Rua vinte de Janeiro, uma casa de massagem, construíram-se como o campo de pesquisa. No próximo capítulo descreverei minimamente suas curvas e configurações, fazendo o exercício de compreender como as implicações psicossociais da violência são tecidas em uma rede-território complexa. Esses pontos foram os espaços onde focalizei minha atenção e tive a oportunidade de vivenciar bons encontros, entrevistas e conversas que serão fonte majoritária dessas análises.

3.4 As mulheres...

Assim como foram muitos os caminhos percorridos, foram muitas as pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa e poderiam ser considerados “sujeitos da pesquisa”. Flick (2009b) pontua a necessidade de construir critérios bem definidos para os participantes, considerando que essas pessoas envolvidas devem representar o universo maior que constitui o fenômeno a ser pesquisado e devem estar inseridos nas condições relacionadas à pergunta de pesquisa. Desse modo, ainda segundo o autor, haverá pessoas que participarão de modo indireto, contribuindo para uma ambientação no cenário, para uma compreensão dos modos de relação e para ter acesso a percepções e opiniões mais livres sobre o fenômeno.

Também, outras pessoas participarão de modo mais direto, a partir de conversas mais formais, tendo um papel mais aprofundado na construção dos dados e nas análises.

Convivi com diferentes pessoas, considerando os moradores da comunidade, as prostitutas, as cafetinas, as donas e os donos de bares e clientes, os profissionais da equipe de saúde da família e da coordenadoria de DST/AIDS. Foram muitos os momentos de diálogos, caminhadas e visitas que compartilhados, contudo as palavras gravação e gravador causavam um afastamento instantâneo, e mesmo quando as gravações ocorreram, ao desligar o aparelho os relatos aconteceram de maneira mais leve, mais solta, mais singular.

As interações mais informais foram os momentos onde pude me aproximar e dialogar sobre diferentes temas, conhecendo diferentes impressões. Foi um desafio estabelecer uma vinculação que ultrapasse conversas coletivas e informais, diante de uma resistência muito grande das mulheres de participar de uma maneira mais sistemática. Ainda no período da qualificação do projeto de dissertação foram escolhidos como critérios para participação das mulheres os seguintes aspectos:

- Serem mulheres adultas, com mais de 18 anos;
- Aceitar o convite para a realização da entrevista em profundidade;
- Vivenciar a prostituição na Barra do Ceará – levamos em consideração um período superior a três anos, por perceber que esse tempo é significativo para elaboração das vivências e para a criação de modos de vida adaptados ao contexto da prostituição;
- Ter condições de se autorizar a partir da assinatura do Termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE 3).

A partir das interações que foram acontecendo ampliamos o perfil das entrevistadas por conta da necessidade de compreender o fenômeno de outros ângulos. Mais do que o local onde a prostituição acontece, a Barra solidificou-se como um cenário-palco para as interações entre o território, a atividade, os símbolos culturais e o cotidiano das entrevistadas. Por fim, 4 mulheres permitiram e aceitaram gravar as entrevistas. Além delas considerarei outras 3 mulheres como participantes diretas da pesquisa ainda que não tenha seus relatos gravados – as suas falas e posturas virão a partir dos relatos contidos no diário de campo da pesquisa⁵. Segue sínteses das entrevistas e um perfil das mesmas.

⁵ No ato de pactuação das entrevistas informei que elas poderiam nomes fictícios para garantir o sigilo de suas identidades e esse processo por si só foi bastante interesse. Como a grande maioria já utiliza nomes da batalha, quase nunca revelando os de batismo, algumas prontamente aceitaram e sugeriram outros codinomes e outras preferiram manter os próprios nomes já escolhido por elas anteriormente. Assim, informo que os nomes aqui utilizados são de escolha das mulheres não cabendo informar se são ou não “reais”.

3.4.1 Raquel

“Gardênia branca no cabelo dela
 Gardênia branca no cabelo, assim
 Dizem que é mulher da vida
 Mas vale mais que ouro para mim
 (...)
 Ela é mulher da vida
 Mas não é puta, não
 Traz a linda flor branca
 Dentro do seu coração!”⁶

Raquel é uma mulher de 36 anos, natural de Maranguape/ CE, baixinha, dos cabelos compridos e loiros alaranjado, de olhar forte e intimidador. Fala pouco, observa muito e transforma-se ao subir no palco como stripper. Desde os 15 anos, vive na prostituição, “*Acho que uns 16 anos. Entre idas e vindas. Parei uma vez dois anos e depois voltei, continuei, e parei mais 1 ano e voltei ano passado quando eu conheci aqui. Passei mais tempo aqui [prostituição] do que em outras da vida*” (RAQUEL, E1, 01/10/2013), disse ela em entrevista. Esteve em algumas cidades do nordeste e por diferentes pontos no centro de Fortaleza – principalmente em boates. Há aproximadamente quatro anos trabalha na casa de massagem, e entre idas e vindas, revela ter encontrado a sua segunda casa. Conheci Raquel na primeira visita que fiz ao Emanuelle Drink’s, onde já se queixava de alergias emocionais – sua mão começa a descascar e em pouco tempo está em carne viva –, tendo encontrado na Umbanda o cuidado e a tranquilidade que precisava.

As entrevistas gravadas foram concedidas depois de mais de um ano de conversas e negativas, tendo ocorrido em outubro de 2013. As mesmas aconteceram no seu local de moradia e trabalho, transitando entre o espaço do terreiro de Umbanda e a Casa de Massagem. No 1º encontro seu padrinho, pai de santo do terreiro, visivelmente ficou ouvindo nossa conversa nos primeiros 20 minutos. Era evidente que ele estava querendo ter uma noção do rumo da entrevista e aparentemente tendo permitido a continuidade, se afastou sem maiores interferências. Raquel estava falando pouco, parecia estar travada... era novo ser perguntada e conversar sobre tantos detalhes da prostituição tendo um aparelho de gravação em sua frente. Mas, assim que desligamos o gravador, trouxe uma infinidade de memórias e revelou principalmente situações de violência, fato pouco aprofundado anteriormente.

Na segunda entrevista, já tivemos um pouco mais de tranquilidade para o desenvolvimento da conversa, tendo recebido, somente no final, a visita de Bia para um bate-papo. Raquel iniciou a entrevista monossilábica, mas foi permitindo-se narrar suas histórias

⁶ Trecho da música Gardênia Branca, Filipe Catto (2011).

com mais detalhes e mais profundidade. A mulher foi enfática ao defender a compreensão da prostituição como um trabalho e de se considerar uma prostituta, não uma puta, diferenciando ao considerar que presta um serviço e que não está transando por um churrasco ou cerveja.

Em suas entrevistas pude ter muitos elementos para a compreensão da dinâmica da prostituição e da multiplicidade de configurações. No desenrolar desses encontros, percorríamos o espaço do terreiro de umbanda, as salas de feitura e dos orixás, e ao falar sobre sua espiritualidade conheci uma Raquel mais tranquila, segura e sorridente. Em um dos encontros, onde apresentou seu objeto gerador fez uma performance no palco e apresentou com cuidado a coleção de fantasias e de sapatos de salto.

3.4.2 Nati

“Ela me conta que era atriz
E trabalhou no Hair.
Com alguns homens foi feliz,
Com outros foi mulher.
Que tem muito ódio no coração,
Que tem dado muito amor,
Espalhado muito prazer e muita dor⁷”.

Nati tem 32 anos, é mãe de 3 filhos, nasceu em Jijoca de Jericoacoara/CE e se criou na Barra do Ceará. É uma mulher alta, como se diz no Ceará é “bem feita” de corpo, pele branca, traços finos e com os cabelos pretos. Sua beleza se camufla na expressão cansada e desacreditada que acaba demonstrando nos primeiros contatos, contudo a partir da vinculação e maior aproximação pude conhecer diferentes e expressivas Nati’s. No primeiro dia que a vi, fui apresentada como “psicóloga” e ela se apresentou com “depressiva” por uma agente de saúde em uma visita domiciliar. Foi por conta do quadro depressivo que nos encontramos pela primeira vez, mas a partir da vinculação feita outros temas e outras histórias pautaram os temas dos encontros.

Nati possui um longo histórico de violência nas relações conjugais, relatando muitos episódios de agressão física. Chegou a prostituição por intermédio da irmã, depois que se separou do primeiro marido, sua “*maior decepção, no início era flores, companheiro, amorzinho... do meio pro fim, apanhava igual mala veia, como nunca apanhei do papai. Desgosto!. Sofri muito, muito, muito, muito*” (DC, 26/10/2013). Os primeiros encontros aconteceram na sua casa, e foram marcados pelas memórias das violências conjugais, e os demais momentos, quando passamos a gravar as entrevistas, ocorreram no CUCA, em divertidas tardes ensolaradas.

⁷ Trecho da música Tigresa de Caetano Veloso (1977).

Ela defende a ideia da prostituição não ser um trabalho e sim uma necessidade. Relata que estar com o namorado hoje (um italiano, motivo que a faz viajar muito para o País) a faz ter paz e não se sentir suja – modo como se sente ao realizar programas, pois sente ser tratada pelos clientes como um objeto para o sexo. Em meio a essa percepção, também traz memórias de alegria e prazer com cliente, porém acredita não ser algo que se deva planejar ficar por muito tempo. Uma das regras para a mulher é nunca se envolver com brasileiro, pois acredita que os mesmos são mais agressivos. Como não tem uma figura que agencia sua atividade, fala livremente sobre diferentes perspectivas, e tem uma elaboração interessante sobre suas vivências, refletindo bastante sobre sua história e sobre a configuração da prostituição.

Com Nati aprendi sobre o potencial de enfrentamento e de superação, bem como sobre coragem de viver, pois ainda que transite por momentos depressivos, ela tem uma garra e uma compreensão de sua vida muito profunda. Fala de suas vivências, seja de dor ou de amor, de modo intenso, poético e crítico, e não teve receio ao utilizar o gravador. Foi a mulher que melhor demonstrou as redes de enfrentamento contra violência que construiu ao longo da prostituição e que escancarou os modos de relação estabelecidas entre os pontos de prostituição, as mulheres e os clientes. Fizemos duas entrevistas entre os meses de novembro e dezembro.

3.4.3 Irene

“Foi nos bailes da vida
ou num bar em troca de pão,
Que muita gente boa pôs o pé na profissão,
(...)
Com a roupa encharcada
e a alma repleta de chão
Todo artista tem de ir aonde o povo está”⁸

Irene é uma mulher de 57 anos, natural de Fortaleza/CE, que viveu muitos anos em São Paulo/SP durante a infância e o início da vida adulta – período que a família migrou para o estado em busca de “uma vida melhor”. Em SP, casou-se e teve dois filhos, e assim que se separou retornou para Fortaleza com os filhos, a mãe e a irmã mais velha. No retorno, compraram uma barra de praia na Barra do Ceará e moraram todas na mesma casa, “*tentando dar certo na vida, sabe?*” (IRENE, E1, 5/11/2013), dizia. Em 1995 fez o concurso e desde então é agente de saúde na Barra do Ceará. É uma moradora e uma profissional extremamente inserida e envolvida com a comunidade, tendo um trânsito constante e cotidiano pela comunidade, sendo uma referência local afetiva e efetiva.

⁸ Trecho da música nos Bailes da Vida, Milton Nascimento e Fernando Brant (1981).

Quando iniciei a pesquisa Irene estava de licença médica por conta de uma hérnia de disco, doença acometida há 5 anos que tem dificultado o trabalho, já que caminhar pelas ruelas da Barra tem um impacto na sua saúde, o que fez com a mesma redimensionasse as visitas, diminuindo os fluxos semanais. O retorno dela foi importantíssimo para a execução da pesquisa, pois a sua área de cobertura é exatamente a área mais complexa de prostituição e tráfico na Barra, e ao longo de mais de 20 anos tem acompanhado, tanto como proprietária de uma barraca de praia e como agente de saúde, as transformações na comunidade e na “zona”.

Irene revela ter dificuldade em acompanhar as mulheres, pois *“o ritmo de vida delas, não combina com o trabalho do posto, assim, elas não param, né minha filha? Cada dia tão em um lugar, e todas elas já têm o acompanhamento na casa delas, sabe? Ai aqui, não querem nada”* (IRENE, DC 20, 19/09/2013). Irene revela ter uma linguagem fácil e só fala de prostituição se elas quiserem, se não, conversa sobre outros temas. De maneira geral, distribui preservativo, marca preventivo e consultas e tira dúvidas quanto a rede de saúde.

As entrevistas com Irene ocorreram em outubro e novembro, e contribuíram profundamente para um entendimento do território, tanto em suas transformações históricas e seus códigos culturais, como pelas lógicas e configurações de poder, diante de uma dinâmica tensa entre tráfico e polícia. Também, por ela conheci muitas mulheres e pude transitar pelos bares e pontos, em diferentes horários e dias da semana – era ela também quem me avisava os dias em que não poderia fazer visitas por conta dos conflitos locais.

3.4.4 Ana

“Garçom, olhe pelo espelho
A dama de vermelho
Que vai se levantar.
Note que até a orquestra
Fica toda em festa
Quando ela sai para dançar⁹.”

Ana é uma maranhense festeira e alto astral de 68 anos, radicada no Ceará a mais de 35, que tem uma história antiga, intensa e muito bem resolvida com a prostituição. Com 17 anos saiu à primeira vez de casa para viver em um bordel, ainda no Maranhão, e até os 25 transitou por diferentes cidades do estado, do Piauí e do Ceará. Chegou em Fortaleza e em pouco tempo começou a trabalhar como gerente de uma boate, estando hoje afastada e cansada de acompanhar “a agonia dessas mulheres” (DC 17, 10/09/2014), diz ela. É mãe de 3 filhos que sempre souberam de seu envolvimento com a atividade e relata sempre ter tido o

⁹ Trecho da música a Dama de Vermelho, sucesso na voz de Waldick Soriano.

respeito deles “*independente de qualquer coisa, eles sabem o duro que foi dar tudo, pois nunca tive homem para me dá nada, sabe? Fui eu por eu mesma*” (DC 19, 16/09/2013). Avó de 2 netos revela que hoje essa é a coisa mais importante e divertida em sua vida, sendo presente na criação dos meninos.

Hoje, tem 2 bares na Barra e uma churrascaria em um bairro próximo. Segundo ela, os três empreendimentos têm configurações bem diferentes. O bar da boa, local que fiz muitas visitas, é um bar que “*as mulheres adotaram como ponto de programa, eu não agencio ninguém, porque não dá mais dinheiro, elas não querem nada, só fumar droga, entende? Elas vão lá, ficam lá, só ganho algum trocado com cerveja* (DC 19, 16/09/2013)”. O outro bar, em frente a essa, é frequentado por moradores da Barra, e é onde nos fundos ela reside. E a churrascaria não tem nada a ver com nada, sendo um local “familiar”, onde tem musica ao vivo as vezes. Ana se divide entre a administração dos estabelecimentos, tendo uma presença mais constante na churrascaria, e os cuidados familiares – é ela quem resolve muitos problemas dos parentes, “*sou desenrolada, tem que fazer, vou e faço. Não enrolo, sabe Lorena? Por isso minha vida é uma loucura*”.

Por conta desse ritmo, realizar a entrevista com Ana foi um desafio enorme. Nos vimos muitas vezes, e ela sempre estava de saída para resolver algo ou chegando de um dos trabalhos e cansada. Foram muitas conversas por telefone até que as 8 da manhã de uma quarta-feira consegui gravar uma entrevista de pouco mais de 40 minutos em sua casa e em um domingo final da tarde outra entrevista de pouco mais de meia hora na churrascaria. Em ambas as entrevistas, Ana esteve bem a vontade e conseguiu se concentrar no momento – para minha surpresa, já que a mesma é muito inquieta. Como negociamos o tempo antes de cada encontro, ela conseguiu reservar o tempo para as situações. Os principais temas das conversas foram à prostituição na Barra e a relação das mulheres com drogas mais pesadas. Com Ana pude compreender mais a perspectiva histórica da prostituição no território e compreender um pouco mais da dinâmica da zona e da comunidade.

3.4.5 Luana

“O nosso lema é ousadia e alegria,
A nossa cara é pagode todo dia,
Cheio de estilo na pressão eu vou com tudo
Só espalhando ousadia pelo mundo”¹⁰

¹⁰ Trecho da música Ousadia e Alegria, de Pezinho, Thiaguinho e Gabriel Barriga (2012).

Luana é uma mulher de 36 anos, de poucas e diretas palavras, que carrega uma expressão facial séria, um olhar forte e de pouco contato. Divide seus dias entre a Barra, em um bar no final da rua da praia, e Maracanaú, onde vive sua família. Na primeira vez que a encontrei, foi em uma visita com a agente de saúde ao bar onde ela trabalha, percebi uma mulher que não se esquiva de dizer o que pensa, e que gosta de perceber quando causa um desconcerto nas pessoas por conta das coisas que diz. Nesse dia falou do modo como encara a prostituição como um trabalho, prazeroso e rentável – dizia, “*eu trabalhei com outras coisas, e poderia estar trabalhando, mas está bom aqui, gosto e não me envergonho disso*”. Luana tem um perfil que fala para sentir até onde pode ir com a pessoa, nunca foi afetuosa, mas em muitos momentos esteve inteira em nossas conversas. Em um dos papos, ela foi firme ao dizer

Olhe, eu não tenho paciência para enrolação, eu to aqui conversando, se senti que tao me medindo de cima a baixo, ou com receio do papo, eu me saiu. Se to na real, quero alguém na real também, se não perde a graça. Fácil. E isso é com todo mundo, com ciente, homi, patrão, visita, até com o papa (DC 15, 06/08/2013).

Isso revela da postura dela na vida: assertividade, diretividade e autenticidade. O fato de eu ser baiana e ter trabalhado no Pelourinho causou um interesse nela, pois ela já ficou um tempo em Salvador e conhecia um dos bares que eu acompanhei. Além da Bahia, ela passou por Alagoas, Pernambuco e Piauí. Na grande maioria dos encontros, a mesma mantinha a postura mais reservada, observadora, e poucas vezes permitiu-se uma conversa mais longa – respondia o que era perguntado e não rendia muita conversa se não estivesse confortável. Estava na conversa e de olho no movimento, se percebesse um cliente se aproximar, levantava-se e seguia para a abordagem. Luana foi por diversas vezes enfática nas negativas quanto uma gravação de entrevista, e deixei de aborda-la nesse sentido. Resolvi aproveitar os momentos de conversa e investigar o que fosse possível e trouxe Luana como informante direta nesta pesquisa, por ter percebido que em nossos encontros a sua diretividade me permitiu conhecer da dinâmica do bar que trabalhava e que não se negou em expor o que e como pensava, tanto no que diz respeito as suas motivações para a prostituição, como no modo como encara o cotidiano na barra e nas relações estabelecidas na zona.

Para minha surpresa, nos nossos encontros ela me apresentou a outras mulheres, compartilhou da sensação que sente ao subir no palco para um stripe- tease, falou sobre como é auxiliar na gerencia do bar e o incômodo que causa nas outras mulheres, e sobre sua relação com o crack e o álcool. A partir da mediação dela, ouvi muitos diálogos sobre os efeitos e consequências de um uso abusivo de drogas, bem como da dificuldade que é regular e cessar

o uso. Nossas conversas ocorriam no final da manhã, momento que ela estava acordando e se preparando para recomeçar os programas, e ocorriam no local onde realizava os programas.

3.4.6 Lu

“Oh meu amado!
Porque brigamos?
Não posso mais viver assim Sempre chorando...”

A minha paz
Estou perdendo
A nossa vida deve Ser de alegria
Pois eu te amo tanto...¹¹”

Lu foi uma das primeiras mulheres que conheci na Barra e uma das que pouco soube sobre a sua história. Não sei seu nome de batismo, apenas o de “guerra”, não sei ao certo onde nasceu e nem por onde passou. Porém, com ela tive oportunidade de ter conversas sobre o dia-a-dia na Barra, sobre a pobreza e a presença da violência, bem como sobre o modo como as pessoas enfrentam os desafios cotidianos. Com Lu, as conversas aconteciam sem muito tempo para acabar, logo após o almoço, embaixo de uma sombra na rua principal da praia, ela se sentava e ficava tomando cerveja enquanto via o movimento da rua e dos bares – a música citada no início era a canção mais ouvida e interpretada. Sabia tudo dos programas policiais e gostava das novelas da record, pois “*são mais realistas, sabe? É a miséria mesmo*”, dizia. Apesar de ter 41 anos, informação que tive quando Irene teve uma conversa com ela sobre o grupo de hipertensos do posto de saúde, aparenta ser muito mais velha e transmite pouca vitalidade. Sempre sentada, com sua cerveja, aparentemente fazia menos programas que as demais – Na verdade, como tem parceiros fixos de muito tempo, fica mais nos bares para sociabilizar, fazendo alguns programas no final do dia.

Lu era gerente de um dos bares de Ana até o ano passado, quando foi demitida por estar com “*pulso fraco, ela disse que me faltava pulso, por isso me afastou. Agora, aquelas mulheres não queriam trabalhar, só beber e sobrou para mim. Elas bebiam mais do que pagavam e deu problema*” (DC 17, 10/09/2013). Contudo, ela tem uma relação boa com Ana, e reside no outro bar ainda. Ela já transitou por diferentes bares da avenida da praia e há alguns anos prefere os bares de Ana por ter uma relação de parceria com a mesma.

Era notório que falar sobre o cotidiano e sobre outras pessoas era mais confortável para Lu, que sempre gaguejava e elaborava pouco ao falar de si. Sobre sua história, as frases eram curtas, distanciadas e pouco aprofundadas, era preciso retornar muito para ela dizer e

¹¹ Trecho da música Porque Brigamos, gravada por Diana em 1972.

comentar as frases que pronunciava. Percebi que ao longo das nossas conversas ela foi exercitando e expressando falas mais contextualizadas, que traziam mais seus sentimentos e percepções sobre sua vida. Lu representa uma infinidade de outras mulheres que conheci na Barra, mulheres com histórias fortes e memórias guardadas como segredos, escondidas muitas vezes de si mesmas. Com Lu, fui aprendendo a lidar com esses ritmos delas, refinando meu olhar para as sutileza e entrelinhas, e entendendo que as implicações das suas vivências marcam profundamente suas imagens e dificultam suas elaborações cotidianas.

3.4.7 Bia

“Não interessa o que ela fez
 Não interessa o que ela foi
 Hoje ela tá na Umbanda
 Hoje é ponto de luz

É Padilha é Mulambo
 É Navalha é Cigana
 Pombagira agita a saia
 E afasta a demanda¹²”

Bia é uma mulher de 52 anos e uma história de vida envolvente: é dona da casa de massagem e mãe de santo de um terreiro de Umbanda na Barra. Os dois estabelecimentos ficam na mesma rua, tendo um muro que as separa, e ela é responsável pela administração e funcionamento de ambos os lugares. A primeira vez que a vi, em uma visita realizada pela equipe do posto de saúde, fiquei intimidada com a força do seu olhar, mas a partir das conversas que tivemos fui aprendendo a lidar com o seu jeito forte e acabamos por estabelecer uma relação cordial e considerável. Pude transitar tanto na casa de massagem, como no terreiro, tendo acesso tanto aos quartos na casa, como as salas de feitura e altares no terreiro. O acesso a esses lugares eram mediados pela própria Bia ou por pessoas de sua confiança.

Bia iniciou a prostituição ainda adolescente, mas saiu com 21 anos, período em que se casou e recebeu a missão de ter as duas casas quando começou a se envolver com a religião, “naquele momento eu entendi que meu destino seria ser mãe de santo e ser dona da casa, para que outras meninas não passem pelo sufoco da vida que passei” (DC 10, 31/01/2013), me disse certa vez. Bia disse que percebeu que ficaria pouco tempo na batalha quando sofreu e viu muita mulher sofrer agressão – “Lorena, eu não tenho sangue para isso, ô eu saia ou matava um. Preferi sair” (DC 10, 31/01/2013). Sempre que chegava a casa de massagem, primeiro ia na casa dela e ela me levava ou pedia para alguém me levar a casa. E nesse

¹² Canção intitulada Pombagira, de autoria de Marco Ferreira.

encontro já iniciávamos uma prosa, principalmente sobre o terreiro, pois Bia tinha muito prazer de contar da sua fé e das contribuições para a vida de quem por ali passava.

Logo no início a postura de Bia era muito mais investigativa que a minha, e a minha insistência, combinado com o fato de já ter trabalhado com a temática, foi dando mais segurança a ela, no passo que fui ganhando mais confiança. Outro fato que facilitou meu trânsito e conversa com as mulheres, foi quando ela começou a realizar entrevistas para pesquisadores sobre Umbanda, fazendo com que ela percebesse a seriedade das pesquisas. Assim, cada vez mais percebi a postura dela flexibilizar e fui recebendo permissões para frequentar a casa de massagem em diferentes horários.

Bia avalia que a realidade na Barra hoje é bem difícil, por conta das brigas das gangues e da relação da polícia com a comunidade – segundo ela é muito intimidadora. Sobre a casa de massagem, hoje moravam poucas mulheres, pois por conta do envolvimento com drogas (principalmente com a venda) a dona da casa resolveu dispensar todas elas e começar do zero – segundo ela “*só queria agora trabalhadora, nada de drogada*”. Sobre a organização da casa, a dona diz que as regras são muito claras, pois não aceita desrespeito no ambiente.

Nas conversas com Bia, avalio uma contribuição imensa para pensar modos de enfrentamento à violência, pois Bia acabou por criar estratégias para acompanhar as mulheres que ficam em suas casas e as que fazem programas em locais combinados com os clientes. Bia, também, narrou sobre o histórico da Barra e como a prostituição no local foi se transformando ao longo dos tempos. Ainda que as entrevistas não tenham sido gravadas, no período de inserção tivemos tantas conversas que considero relevante sua participação na minha compreensão dos fenômenos investigados,.

Para sistematização das informações das mulheres entrevistadas, segue o quadro 2 contendo informações para caracterização das mesmas e relação com esta pesquisa.

Quadro 2 – Caracterização das entrevistadas.

Quem	Que faz/ Onde	Idade	Contribuição para pesquisa	Percepção da mulher	Fonte utilizada
Raquel	Prostituta em uma Casa de massagem da Barra	36	Vivência e dinâmica da prostituição	Fala regulada pela cafetina/ abertura para vinculação processualmente	Observação participante objeto gerador e entrevista,
Nati	Garota de programa em uma boate da Praia de Iracema	32	Pensar violências de gênero	Entrevistas como processo terapêutico	Entrevista, objeto gerador e observação participante

Irene	Agente de saúde na Barra	57	Dinâmica comunitária da Barra/ violência urbana	Prudência nos relatos e apropriação da história do lugar	Entrevista, objeto gerador e observação participante
Ana	Dona de Bar na Barra do Ceará	68	Histórico da prostituição na Barra	Resistência em falar, cansaço da prostituição	Entrevista e observação participante
Luana	Prostituta e auxiliar de gerente em uma casa na Barra do Ceará	27	Vivência na prostituição/ dinâmica e uso/abuso de drogas	Fala segura e consciente de suas escolhas e práticas	Observação participante
Lu	Prostituta na avenida na praia na Barra e ex-gerente de bar.	41	Prostituição na barra/ relação entre mulheres	Pouca elaboração e experiências de falar de si	Observação participante e objeto gerador
Bia	Dona da casa de massagem e mãe de santo	52	Histórico local da prostituição e estratégias de enfrentamento à violência	Centralizadora e impositiva ao falar do brega/ afetiva e vaidosa ao falar do terreiro de umbanda.	Observação participante

3.5 Análise de dados

Durante esse período, foram registradas em um Diário de Campo as conversas informais, as percepções do cotidiano, as observações e as interações em atividades. Esse material, que aparentemente pode ter um tom mais informal, compõe muito dos dados construídos e foram basilares para as análises feitas e para a compreensão do objeto de pesquisa (ANDROGINO, 2009). Somado a este material, as entrevistas foram transcritas e as fotografias dos objetos geradores foram impressas, e assim esse conjunto de informações foi criteriosamente lido e sistematizado, pois segundo Gil (2010) esse é um procedimento fundamental para familiarizar o pesquisador com as informações obtidas. A título de organização os materiais quando citados estão nomeados da seguinte forma: no caso das entrevistas virá o nome da mulher, mais a sigla E somada ao número 1 se for a primeira e 2 se for a segunda, seguida da data da realização da mesma (EX: RAQUEL, E1, 01/10/2013); para os diários de campo, a sigla será DC, somado ao número do diário e a data da escrita (DC 1, 05/07/2013).

Para a análise dos dados foi utilizada a Análise de Conteúdo Temática de Laurence Bardin (2011), que a partir de um conjunto de técnicas de análise das comunicações

possibilita pensar os conteúdos informados pelos entrevistados a partir das condições de produção e recepção das mensagens. Ao transformar elementos materiais e simbólicos em unidades temáticas de análise é possível estabelecer uma correlação entre as estruturas semânticas e as psicológicas e sociológicas dos enunciados (BARDIN, 2011), contribuindo para aprofundar as reflexões surgidas na investigação. Objetivamente após transcrição das entrevistas e sistematização dos diários de campo, com base nos objetivos específicos e em uma leitura flutuante foram estabelecidas as dimensões de análise. Assim, são retiradas as unidades de sentido dos discursos das entrevistas e são criadas as categorias de análise (MINAYO, 2010).

Ainda, foi associado aos procedimentos de análise o *software* Atlas Ti 5,2, ferramenta de análise qualitativa que possibilita a criação de gráficos e imagens de análise a partir do armazenamento de informações e registros dos processos de categorização criados pelo pesquisador (BAUER; GASKELL, 2008). Esse recurso tecnológico possibilita uma visualização e interação maior com os dados obtidos da pesquisa, potencializando sua organização e sociabilização, sem em momento algum anular a participação ativa do pesquisador no processo de análise (todas as categorias são criadas pelo pesquisador, o programa possibilita arranjos criativos de exposição dos dados).

Para Cidade (2012), o processo de análise é composto por três principais etapas, “a etapa de armazenamento e exploração dos dados; a etapa de categorização e a etapa de análise das interações observadas, sendo as duas últimas intimamente relacionadas” (CIDADE, 2012, p. 39). São criados assim banco de dados com as informações de cada etapa da pesquisa (diário de campo, entrevista) e cada banco de dados se organizam como unidades de análises, gerando assim os gráficos desses conteúdos. Apresentou-se como um desafio a utilização desse software, mas o mesmo surgiu como uma possibilidade de cuidado e organização na apresentação da análise.

No total deste processo emergiram um total de 57 categorias, revelando a complexidade que se apresentou no campo de pesquisa, a saber: Apoio da rede prostitucional, Apoio institucional, Apoio religioso, Atividades do cotidiano, Atuação da UBS, Visão de si Autocuidado, Códigos locais, Concepções sobre a prostituição, Concepções sobre a vida, Contato com drogas, Cotidiano, Cuidado em saúde, Dança, Diferenças entre bairros da cidade, Discriminação, Diversão, Escudos da prostituição, Experiência de privação, Humilhação, Lei Maria da Penha, Medo e insegurança, Objetos geradores, Participação em espaços religiosos, Pessoas do cotidiano, Pontos de prostituição, Prazer, Preconceito, Relação tráfico/ polícia, Relações afetivas, Relações comunitárias, Relações de amizade, Relações de

trabalho, Relações familiares, Renda, Representação da pobreza, Representação do cliente, Sentidos sobre violência, Tipos de prostituição, Trabalho, Tráfico de drogas, Uso abusivo de crack, Violência por parte colegas de trabalho, Violência por parte companheiros/companheiras, Violência por parte do cliente, visão sobre comunidade, visão sobre zona de prostituição, Visão sobre pobreza, visão sobre ser prostituta, Vivência de violência, Vivência de violência de gênero, Vivência de violência estrutural, Vivência de violência institucional, Vivência de violência psicológica, Vivência de violência territorial, Viver na Barra do Ceará, Com quem contar em situações de violência.

3.5 Compromissos éticos e políticos da pesquisa

A pesquisa acadêmica é constituída por tramites éticos e por comprometimento social e político. Envolve o processo de construção do projeto, em seu método, técnica e problematização do objeto a ser pesquisado, de inserção no campo e vinculação com a população participante. São momentos que requerem o cuidado, o respeito e a coerência no caminhar da investigação e que se encontram congruentemente com a base teórico-metodológica desse estudo.

No que tange aos aspectos éticos, o projeto qualificado e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFC, através da Plataforma Brasil, tendo sido aprovado com o CAE 16465813.3.0000.5054 e Parecer 382.246 (ANEXO A). O projeto foi apresentado à coordenação do posto Lineu Jucá, à equipe de residência médica e os ACS, o que possibilitou uma aproximação com a comunidade. Assim, após aprovação no Comitê de Ética, foi pactuada formalmente com as 4 entrevistadas a participação na pesquisa e no início da primeira entrevista o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO B) era lido, debatido e assinado por cada uma das mulheres e por mim.

Por fim, ainda fica como intenção, sociabilizar as conclusões da pesquisa junto às mulheres participantes, a equipe de saúde de família do Posto Lineu Jucá e de outros projetos e movimentos parceiros no acompanhamento e desenvolvimento de práticas de cuidado, além de moradores e grupos da comunidade. Também, pretendo divulgar os resultados em congressos e em publicações, contribuindo para a reflexão no ambiente acadêmico da Psicologia, das questões de gênero e do trabalho.

Essa investigação tem um tom de anunciar a realidade dessas mulheres e denunciar as situações de naturalização da opressão, de banalização da violência sofrida. Quando faço tal recorte desejo poder dar visibilidade à questão e inquietar os movimentos feministas, as

políticas públicas e as próprias mulheres quanto a tal realidade, buscando que ações surjam para a mudança. Esse estudo não pretende ser mais um banco de dados guardado em bibliotecas e sim criar ruídos e ecos nas ações dos equipamentos sociais e em futuras pesquisas.

4 NOTAS DIALÓGICAS II

Com ou sem calça jeans? Sobre ser mulher e pesquisadora tendo a zona como campo de pesquisa¹³.

Esse questionamento me acompanhou por boa parte do campo. Com ou sem calça jeans? Por traz desse questionamento estavam tantos outros: tentar parecer “nativa” e menos “estrangeira” no campo de pesquisa? Tentar me associar à equipe de saúde que transita pelo território? Afinal só eu, as profissionais da área de saúde usavam calças jeans – exceto as ACS, que como também moram no lugar, variava muito mais os tipos de roupa. As moradoras só utilizavam calça quando tinham algum compromisso muito sério no centro da cidade, fora isso, shorts e saias eram seus trajes. Não havia sentido algum usar jeans em um lugar tão quente e ensolarado, mas outras questões também se faziam presente nessa dúvida que se tornou escolha: Usei o jeans!

Por que eu queria garantir uma [pseudo]segurança ao transitar pela zona? Por que evitar mostrar meu corpo? A dúvida de que roupa usar revela um receio/ insegurança pessoal diante dos locais percorridos. E a questão não era as características do bairro... Afinal, sempre trabalhei em comunidades pobres e minha insegurança nunca era a roupa que eu usava. Eu chegava como “a tia que fazia um trabalho legal” ou “a Psicóloga do projeto ou do posto” (nesse caso psicóloga com P maiúsculo por conta do lugar social ocupado). Sempre entrei e sair com muita tranquilidade em diferentes horários confiante com a segurança da rede de apoio e dos locais que circulava.

A questão estava no fato de ser um lugar desconhecido e de eu não ser familiarizada com os códigos daquela Zona. Quem já esteve nesses lugares sabe que andar por esse território é ser olhar-vigiada, olhada-desejada, ouvir cantadas e sussurros, sentir em alguns locais uma ansiedade e frio na barriga quando alguém se aproximava. Também é ser abordada, tocada e receber proposta. Em Salvador já tinha vivido isso, mas confesso que a vinculação com as mulheres me blindava, “não toca nela não, deixa ela em paz, blábláblá”. Eu já comecei a atuação com a marca de ser educadora do projeto, antes de eu chegar na Zona, já tinha chegado o cargo que eu ocupava e a vinculação que o projeto tinha no território a mais de 15 anos. Lembrando-me disso hoje já não sinto a raiva que sentia quando elas me demarcavam em lugar bem específico – um não-lugar da prostituição, pode-se dizer.

Nas duas primeiras vezes que fui só em um ponto específico na Barra do Ceará me vi muito incomodada com os toques e olhares, e percebi que precisava mediar isso de um modo mais tranquilo, pois afastar os clientes delas poderia por em risco toda tentativa de vinculação.

¹³ Fiquei em dúvida se colocaria essa reflexão na dissertação. Porém, hoje aconteceu algo que me fez trazer para o texto essas questões. Recebi uma série de e-mails de alguém afirmando ter encontrado meu contato na internet e querendo saber se eu fazia programa ou trabalhava com isso. Pensei em responder, tanto para dar uma resposta tão agressiva quanto o conteúdo do texto ou para problematizar os sentidos e significados da prostituição com a/o cliente. Não respondi, além de estar sem tempo, não quis alimentar o fetiche de quem escreveu, mas fiquei pensando como o estigma da puta pega seja lá qual for sua aproximação com o tema e/ou prática e como as pessoas acham-se no direito de investir e ou apalpar o corpo alheio, principalmente se for de mulher. As estatísticas e as vivências estão aí...

Como não tinha ninguém para anunciar “ela não é puta”, me vi optando por usar calça jeans, evitar circular a noite só e blindar meu corpo de uma exposição maior. O fato da Zona está em um território marcado por muitos conflitos por poder entre o tráfico intensificava esse receio...

O lugar que o corpo da mulher ocupa na nossa sociedade suscitava essas questões: tá na pista é pra balanço! Não posso negar que me via sim mais exposta por ser mulher ali e sentia sim receio em entrar só em alguns bares e/ou percorrer sozinha à noite o trajeto até o ponto de ônibus. Mesmo com medo, sempre fui, mas com alguns “cuidados”... Só fui à noite acompanhada de algum ACS e depois quando ia diretamente para a casa de massagem. Fora isso, ia de dia... a luz do dia compôs o look proteção junto com o Jeans.

E isso foi ficando muito claro no meu processo reflexivo-analítico de campo. Decidir usar jeans, mesmo sabendo que isso demarcava um posicionamento e um afastamento. Isso, infelizmente, principalmente nos primeiros momentos de visita, fazia com que houvesse silêncio com minha chegada ou afastamento de algumas mulheres. Porém, progressivamente isso foi se revertendo a partir da nossa vinculação – a calça era só mais um símbolo das nossas distâncias socioeconômicas (tipos de roupa e necessidade de manter algum status), e isso não fechada nossas chances de conversa.

Na “necessidade” de eu ter que usar o jeans nós nos encontrávamos. Ao investigar violência contra a mulher eu sentia o receio de ser vítima. Afinal, nossos corpos estavam em jogo naquele território. Elas sabiam do meu receio e da minha exposição. Elas sabiam muito melhor do que eu transitar, chegar, sair, ousar, aceitar, negar. Eu não! Logo, precisei me blindar. Elas foram me dando dica das melhores horas para chegar, das ruas que deveria pegar, dos clientes que eu deveria me afastar ou me aproximar. Pelo menos na nossa relação o jeans foi deixando de ser uma barreira, era uma diferença, mas não um distanciamento como no início. O que até hoje não aprendi muito foi lidar tão bem com o meu corpo, com tanta segurança como elas lidavam... Não era o jeans que as blindavam de algum tipo de violência ou à distanciavam das pessoas, era a postura, a segurança do que queriam e do que permitiam – por isso, ao menos queria o título de não puta. Receios e inseguranças nós sentíamos, mas o meu limiar de incômodo e violação era bem menor.

Por um tempo senti raiva por perceber a distância! Por um tempo quis negar que ela não existia! Por fim, parei de tentar me explicar demais. Usei meu jeans sem tanta neura e passei a respeitar, admirar e lutar cada vez mais pelo direito daquelas mulheres em serem donas e seguras dos seus corpos. E talvez tenha sido isso que me fez hoje não ter receio de entrar e sair da Barra e daquelas zonas... e decidir colocar estas palavras na dissertação.

Lorena Brito da Silva,
Fortaleza, 25 de abril de 2014.

5 PROSTITUIÇÃO FEMININA E MODOS DE VIDA: O COTIDIANO DA BATALHA NA BARRA DO CEARÁ

A prostituição permeia o imaginário social das sociedades, causando inquietação, curiosidade, repúdio, desejo e estremecendo as lógicas entre a moral, o sexo e a liberdade do corpo. Dentre arranjos organizativos dessa realidade complexa, diversa e ambígua poderíamos falar de prostituições, visto que cada cultura e lugar a interpreta de maneira diferente, principalmente a partir dos significados sexuais, sociais, trabalhistas, que estruturam os modos de vida da população (MEDEIROS, 2006). A multiplicidade de características e de modos de inserção na cidade não permite uma análise unidimensional, generalizante, estática. É uma realidade caleidoscópica (COELHO, 2009), compostas por elementos econômicos, políticos, culturais, jurídicos, psicossociais, que traz em si aspectos globais e locais.

Coelho (2009), no exercício caleidoscópico propõe 4 dimensões-eixos: 1) Midiático-ficcional, constituída por dispositivos visuais e narrativos (telejornais, cinemas, romances, ficções, lendas) que representam as prostitutas. Essas histórias transitam entre a decadência, criminalização e culpabilização, por um lado, e a glamorização, sagacidade e vitimização por outro; 2) Jurídico-legal, que representa a diversidade das molduras legais sobre o fenômeno prostitucional, quase esse que acaba por normatizar a imagem da prostituição e reproduzir as representações naturalizadas da prostituta; 3) Discursivos-comuns, que envolvem e significam a sexualidade humana, sobretudo em padrões heteronormativos. Essa dimensão varia entre a privatização da intimidade, vinculada ao discurso do amor, da experimentação e da livre expressão da sexualidade e das normatividades das masculinidades e das feminilidades; 4) Discurso das ciências sociais, que contempla diversas tradições de pensamento, discursos ideológicos e ação política na construção de reflexões sobre a prostituição.

Faz-se como desafio se movimentar por essas diferentes lentes, sem se acomodar em um lugar que aparentemente permite uma análise completa. Esse conforto analítico não é coerente com a complexidade do tema. Neste capítulo será feito o esforço de problematizar o fenômeno articulando a literatura disponível com a experiência e saberes das mulheres investigadas: até onde o que temos produzido teoricamente diz dessas histórias? Como as teorias auxiliam num aprofundamento reflexivo? Como essas mulheres convidam a construção de outras lentes de análise?

5.1 A ZONA de prostituição: o encontro da história, da atividade e do território.

Considero ser importante compartilhar com quem lê esse texto algumas características das atividades, sociabilidades e perfis de pessoas que convivem, trabalham e dão vida e ritmo aos pontos de prostituição onde as mulheres entrevistadas batalham. Falar, pensar e compreender a prostituição passa pelo reconhecimento do território onde a mesma acontece, território esse marcado por redes de significado e história, pelos modos de interação, de lutas e de silenciamento (SANTOS, 1997). Assim, os sentidos e experiências das mulheres se encontram com as histórias e transformações desse lugar, onde elas constroem suas redes de apoio, suas visões de mundo, seus modos de viver.

As zonas ou pontos de prostituição, historicamente conhecidos como meretrício, são caracterizados como áreas específicas onde esta atividade ocorre e é aceita de algum modo, ganhando referência na cidade para o desenvolvimento da atividade (BARRETO 2008). Essa referência é construída processualmente, de forma que os códigos locais vão dando o tom da organização que a atividade vai ter no território e dialeticamente a presença da atividade vai caracterizando o território.

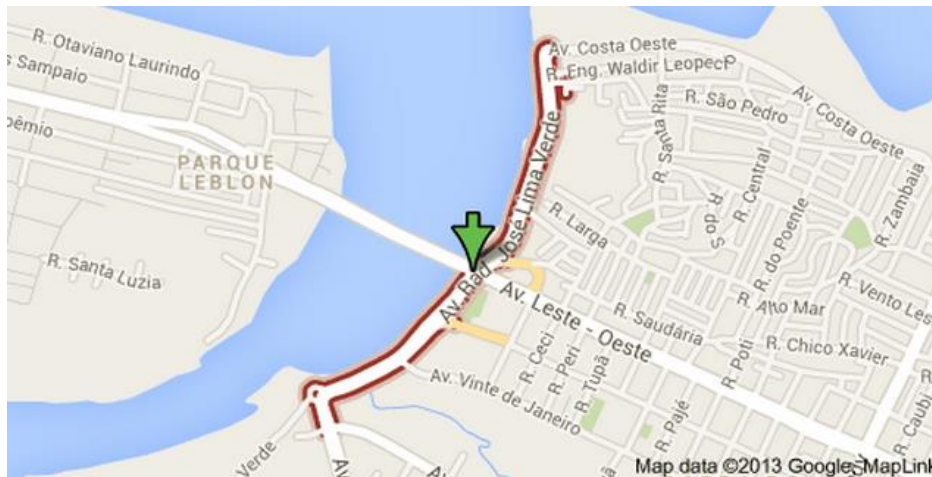
Existe uma lógica de tolerância que envolve a construção dos meretrícios: eles não são aceitos descentralizadamente na cidade, tendo localmente códigos específicos para seu funcionamento, configurando-se como zonas-guetos, ocupando um lugar de invisibilidade para as demais dinâmicas das cidades. A construção desses espaços de meretrícios, de territórios sexualizados, traz consigo associados ideais de pecado, perigo, sujeira, marginalizado, visto que a zona é o encontro de diferentes perfis estigmatizados que se organizam em leis extremamente próprias. O que eu acho mais curioso é que essa invisibilidade é extremamente complexa: os pontos vão ganhando contornos diferenciados a depender dos períodos do ano, dos turnos dos dias, das intervenções na cidade.

Na Barra do Ceará, como vimos no capítulo anterior, tem uma rede prostituição ampliada e bastante heterogênea. Descreverei dois pontos que são palco para o trabalho e vivências das mulheres entrevistadas e que ainda que estejam em um mesmo bairro, configuram-se como território de poder, prazer e vida diferenciados: A rua da praia/ boemia a céu *quase* aberto, e a rua discreta da casa de massagem.

5.1.1 Av. radialista José Lima Verde ou simplesmente rua da praia...

Ao longo dos quase 3 Km desta avenida é possível sentir diferentes sensações... Aqui, ao céu quase aberto convivem ou simplesmente partilham do território muita gente e muitos interesses. Seguem a descrição da rua e da apropriação de seus moradores e frequentadores.

Figura 3 – Localização da Av. José Lima Verde



Fonte: Google Maps (2013).

Esta zona se inicia logo após a ponte que interliga os municípios de Fortaleza e Caucaia e é marcado pela presença do Bar do Albertu's, um bar muito conhecido na Barra e famoso pela vista do pôr-do-sol na região. É aqui que se inicia a descrição de duas realidades que convivem cotidianamente em uma mesma trilha.

O primeiro quilômetro tem uma diferença bem demarcada: Na mão esquerda da avenida encontram-se inúmeros bares e casas de show, onde é constante o jogo de sinuca, as danças e cantorias. É aqui que muitos moradores da região participam das festas que normalmente acontecem no domingo e na segunda-feira – dias em que alguns trabalhadores autônomos, sobretudo taxistas, tiram folgas depois do trabalho nos fins de semana, e vem para a região descansar, se divertir e beber. Nesse lugar é difícil determinar quando a relação tem tom prostitucional ou não, ainda que aconteça programa. É comum a presença de jovens mulheres e é o único ponto onde podemos notar a presença das travestis na avenida – aqui elas convivem com as jovens mulheres e o clima é sempre de muita festa – em diferentes horários nos bares e na frente dos espaços de show tem gente dançando e fazendo uso de cerveja, cachaça e maconha. Os programas aqui variam entre 20 e 30 reais, e acontecem em motéis na própria avenida. Destaco o aspecto geracional das mulheres porque realmente nesta região

da avenida elas são muito mais jovens e apresentam um aspecto mais saudável e vaidoso – fato que com o caminhar pelo espaço percebemos que vai diminuindo.

Figura 4 – Lado “boêmio” da Av. José Lima Verde.



Fonte: Arquivo pessoal.

Do lado direito da Avenida, o lado “domiciliar”, onde depois de alguns metros de um grande depósito e um clube, encontramos muitas residências simples, de moradores antigos do local. Aqui é comum ver crianças sendo cuidadas por mulheres que aparentam ser mães, tias e avós, crianças brincando na frente de casa, pessoas estendendo roupas nas cordas improvisadas nas árvores, os moradores da barra transitando para os pontos de ônibus e escolas. Dificilmente você vai ver as pessoas cruzando esse acostamento, que mais parece um muro informal que divide mundos.

Figura 5: Lado “domiciliar” da Av. José Lima Verde



Fonte: arquivo pessoal.

Nas minhas primeiras inserções, caminhava por esse lado da rua, pois me sentia mais segura deste lado e aqui me sentia mais acolhida, pois minimamente era cumprimentada. Esse processo de familiaridade é um passo central e primordial para o desenvolvimento das atividades comunitárias, pois é a partir da vinculação que é possível reconhecer os códigos culturais compartilhados, identificar as atividades comunitárias e a dinâmica dos moradores (GÓIS, 2003). Esse processo inicial, de ter vinculação com um dos lados da avenida foi me dando a segurança e a confiança para me aproximar e continuar o trânsito por aqui.

Continuando a caminhada, chegamos a outro ponto muito distinto do local. Do lado direito tem um grande paredão de concreto, local que até pouco tempo atrás tinha um imenso barranco de areia, que faz a divisa entre a Avenida e o Morro de Santiago, que é uma favela na região, marcada pela falta de saneamento básico e pobreza, bem como pela presença de um tráfico de drogas bastante organizado e forte na região.

Nesse local era comum haver assaltos, pois as pessoas desciam e roubavam quem passasse pela via, e tiroteios entre grupos rivais e com a polícia. Andar por aqui me deixava um pouco insegura, tanto pela história sabida, como por realmente ser um local onde as pessoas evitam transitar. Tiveram dias, principalmente quando estava escurecendo, que andava quase que correndo por aqui...

O morro, como compartilhado em alguns diários de campo, é um local onde a equipe de saúde da família tem uma ação comunitária ativa e eu tive a oportunidade de realizar algumas visitas domiciliares. Essa foto foi tirada em uma dessas visitas, e diz da beleza e encanto deste lugar e da visão estratégica que os traficantes tem da região – observe embaixo os bares e casas de festa.

Figura 6: Vista do encontro do Rio Ceará com o mar.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Após o paredão, voltamos a ter muitas casas e bares dos dois lados, e é possível perceber a presença de um bar-motel. A dona do estabelecimento é uma senhora, que cozinha muito bem, e que sempre conversava sobre as mudanças que o local estava vivendo. Em seu bar-motel hoje não tem prostitutas fixas, pois segundo ela, *“ter garotas fixas é ter problema e tráfico (...) essas meninas não têm na vida uma coisa de comprometimento mesmo, sabe?”* (DC 13, 22/07/2013). Aqui, assim como no início da rua é comum o uso do álcool, porém com a maior presença no local comecei a perceber um uso maior de cocaína entre as mulheres aqui, diferente do trecho no início da rua.

Nessa região, a música é um pouco mais baixa, os bares têm cores mais discretas e encontramos a presença apenas de Jukebox (máquina que reproduz música ao inserir moedas). Aqui fica o Bar da Boa, estabelecimento de Ana onde Lú trabalha. Os bares possuem quartos, com higiene bastante precária, sinucas, e mesas e cadeiras plásticas. O perfil das mulheres muda sensivelmente, visto que elas começaram a aparentar mais idade, pouco se produzem para a batalha e dançam muito pouco. Elas costumam ficar conversando em frente dos bares tomando cerveja e sentadas em cadeiras de plástico. São mulheres que estão na região há muito tempo e que têm uma relação muito próxima com a comunidade. Ana e Lu estão aqui, por exemplo, a mais de 20 anos.

Os dois bares de Ana, um do lado da praia, e outro do lado das residências, têm sempre clientes bebendo e conversando. Em relação aos programas, o valor aqui varia entre 10 e 30 reais, não fica nenhum percentual para as donas dos bares – contudo é incentivado o consumo da bebida para dar o lucro para os bares. Os bares não possuem quartos, sendo por isso utilizado o bar-motel como ponto para o programa. No bar da boa, a frequência maior de cliente é no início da manhã – alguns deles, principalmente os clientes fixos, passam por lá antes de deslocarem-se para seus trabalhos – e durante a noite. No turno da tarde, poucos clientes aparecem, sendo mais frequente a presença rápida de motoristas de ônibus e cobradores, visto que ali perto é o final de linha de alguns.

Do lado direito é comum perceber residências que realizam alguns serviços como almoços, consertos de roupas e sapatos, mercadinhos. A presença da atividade prostitucional gera uma economia local, onde os moradores prestam serviços para o consumo prioritariamente das mulheres que por ali trabalham e vivem.

Por fim, não há mais construções do lado do mar e do outro lado tem casas e mercearias até a esquina com a Av. Costa Oeste. Buscando compartilhar um pouco das coisas vividas, em frente ao ponto de ônibus que eu utilizava todos os dias era possível avistar pessoas na praia, comendo churrasco e jogando conversa fora. As pessoas nesta faixa da praia

sempre eram as mesmas, tinha a sensação de ser um grupo de velhos conhecidos que se encontravam e tinham ali uma atividade de lazer e sociabilização.

Aqui, segue uma foto da vista do meu “singelo” ponto de ônibus. Em dias de muito sol meu desejo de apreciar o lugar diminuía, porém, na maioria das vezes esse visual não passava despercebido.

Figura 7: Ponto de ônibus.



Fonte: arquivo pessoal.

Seguindo um pouco mais, exatamente no cruzamento entre as duas avenidas (Radialista José Lima verde e Costa Oeste), fica um bar/ casa de show que merece destaque nesta descrição – Luana trabalha aqui. Ele é um estabelecimento bastante antigo que anteriormente era um point de festas na região. Hoje está extremamente descuidado do ponto de vista estético e higiênico e confesso que me causou a sensação mais desagradável no período da pesquisa. Antes de visitar essa região já tinha ouvido falar de lá como o lugar que “pode de tudo”, por conta da presença constante de pessoas fazendo uso de muitas drogas (maconha e crack, principalmente).

Quando elas estão em um período de uso mais abusivo de drogas ou tem algum desentendimento com as donas e donos dos bares (o que também é muito comum), as mulheres migram para este ponto e ficam por um período trabalhando e morando por aqui. No espaço há alguns quartos que tanto pode acontecer programa, como elas podem dormir. Também tem dois palcos, para striper e outro para *poledance*, e os programas variam entre 5 e 20 reais – contudo, Luana relatou que muitos dos programas são pagos com uma ou duas pedras de crack a depender da mulher.

A primeira vez que estive no bar fui acompanhada por Irene, em uma manhã de terça-feira, que é um dia de ressaca já que a noite de segunda é o dia de maior boêmia na avenida.

Depois de tentarmos chamar pela campanha e ninguém abrir a porta, percebemos que a mesma estava encostada e resolvemos entrar. Avistamos uma cena inquietante: Muitas pessoas deitadas pelo chão, em um sono bem profundo. Saímos do pequeno hall e passamos para o terreiro, e lá haviam muitas pessoas fazendo uso de crack e deitados pelo chão. Fiquei muito mexida, pois a sensação, sendo muito sincera, foi de “a visão do inferno”, naquele espaço de terra muitas pessoas em outra dimensão... Acredito que pelo efeito do crack no suor, urina e fezes, o odor era muito forte e tivemos dificuldade em continuar ali (DC 17, 22/07/2013).

Ainda que eu tenha retornado e encontrado outro clima no local, essa é lembrança que me vem do local e o cheiro ao pisar na calçada. Na avenida é possível avistar realidades de pobreza e cenas de uso abusivo de drogas em outros pontos, porém aqui a sensação de miserabilidade é muito mais marcante. Esse é um lugar que acolhe essas pessoas, permitindo que façam o uso em um local mais reservado (MERHY, 2012), contudo, o impacto causou sensações para além da racionalidade. No que para mim era caótico, existe uma tentativa de rede de cuidado e proteção entre os usuários ali. E o mais curioso é que tudo isso acontece por traz do portão, visto que do lado de fora ao passar pela rua isso é imperceptível.

Por fim, pode-se avistar o mar da Barra, o novo calçadão, construído a partir do Projeto Vila do Mar¹⁴.

Figura 8: Calçadão da praia da Barra.



Fonte: Arquivo pessoal.

O local mostrado na figura acima, até menos de 3 anos atrás era uma ocupação urbana, com muitos barracos de lona, casas construídas artesanalmente e uma situação de pobreza extrema. A partir do Vila do Mar, as ocupações foram retiradas e esses moradores passaram a morar em condomínios construídos em uma avenida próxima do local e as construções antigas

¹⁴ O projeto faz parte da política municipal de moradia da prefeitura de Fortaleza. É uma intervenção urbana que teve início da SER 1, em parceria com as secretarias municipais de Esporte e Lazer, Direitos Humanos, Turismo e Cultura.

da rua receberam incentivos para reforma e qualificação da moradia¹⁵. No decorrer do texto, essa região da avenida voltará a ter destaque, diante das investidas do projeto em retirar a zona de prostituição do local, visto que é de interesse do mesmo continuar a requalificação por toda avenida da praia.

5.1.2 Rua Vinte de Janeiro ou rua da casa de Bia...

O perfil da prostituição na Rua Vinte de Janeiro é diferente do que ocorre na Av. Radialista Lima Verde, e também é bastante comum na Barra. Em um rua extremamente tranquila, com o perfil mais residencial, é possível encontrar alguns motéis e/ou casas privadas que aparentemente não demonstram abrigar ali nenhum tipo de atividade prostitucional. Contudo, é muito comum ter espaços como esse – casas, quartos, onde mulheres, e em alguns casos adolescentes e crianças, prestam serviços sexuais.

Nesta Rua fica localizado o Emanuelle Drinks (a casa de massagem de Bia), local onde Raquel trabalha. O meu trajeto foi quase sempre solitário, pois a rua é pouco movimentada, passando esporadicamente poucos carros, o que fazia com que andar por ela seja uma aventura a parte. A Rua Vinte de Janeiro é paralela à Av. Presidente Castelo Branco, onde fica o CUCA Che Guevara, e utilizava a Rua Vila Velha, que lhe é transversal, para chegar ao local. A Vila Velha é residencial, bastante arborizada e poucas pessoas circulam a pé pelo local. Nessa região as casas são bem estruturadas, a rua é asfaltada, plana e larga, tendo uma circulação frequente de carros.

No início da rua tem uma cooperativa de reciclagem e a presença dos recicladores dão um ritmo e um movimento ao local, fato que me deixava mais segura quando eles estavam trabalhando. Seguindo a rua encontra-se um cruzamento e depois de mais alguns longos muros chegamos ao fim da Rua Vila Velha e seu encontro com a Vinte de Janeiro. Havia dias que entrava quase que correndo por conta do deserto no local. Respirava fundo, aliviada, afinal todas as vezes que cheguei por lá, e as mulheres depois de rirem bastante, ficavam abismadas com a disposição para andar só. Raquel, às gargalhadas, contou que era comum as meninas saírem para irem a mercadinhos comprar frutas e lanche e voltarem “esbaforidas” sem nada pois tinham sido roubadas. Por ser comum ocorrer assaltos, elas só saíam de moto taxi, carro ou acompanhadas – nessas horas ser estrangeira traz essas vantagens, como não vi, nem passei por nenhuma situação, me permitia transitar, mesmo que com medo às vezes...

¹⁵ Irene é dona de uma das barracas de praia da região.

Próximo à casa tem um seminário de freis e em determinados horários pessoas que vivem nas ruas da região vêm pedir e receber doações de alimentos, assim como, as vezes, é comum ver algumas pessoas brigando por terem encontrado algo de interesse em um terreno onde os moradores jogam lixo. Ao lado da casa de massagem também, tem um terreiro de Umbanda, mais casas domiciliares e dois motéis. É comum na região, ver viaturas de polícia em alta velocidade em comportamento de busca, o que definitivamente me assustava muito mais do que o deserto do lugar.

A casa de Bia foi um dos lugares mais divertido que conheci. Hoje, as paredes pintadas de vermelho e preto destacam-se da rua – as cores do muro já demarcam o lugar: território protegido pela pomba-gira, orixá guia da dona da casa. Na entrada, muitas espadas de são Jorge, um portão automático sempre vigiado por seguranças, e um cartaz: proibida entrada de menores de 18 anos.

Figura 9: Rua Vinte de Janeiro



Fonte: Fonte pessoal.

Logo no salão principal em meio às paredes vermelhas avista-se um bar, um palco espelhado com um cano para pole dance – aqui Raquel, Sheila e Amanda fazem shows eróticos, Raquel diz que “*todo mundo se arrisca no cano, mas ela ainda é tradicional, fico no meu Stripper mesmo*” (RAQUEL, E1, 01/10/2013). Do lado esquerdo, a entrada para os quartos, e do lado direito uma grande varanda com mesas e cadeiras. A casa que está aqui a mais de 18 anos é bastante tradicional e frequentada por pessoas de diferentes pontos da cidade – Bia organiza, junto com seu esposo, a dinâmica da casa, contudo ele exerce um papel mais operacional: as regras, a sociabilização e a porta-voz da casa é ela.

Bia é a dona da casa de massagem e a mãe de santo do terreiro – é um símbolo imponente de poder, respeito e força. Da casa tem um corretor que é possível chegar ao terreiro de Umbanda, e ela transita sempre que possível entre os espaços. Normalmente, fica do Terreiro, que é onde fica a sua casa, olhando o movimento do bar por meio de câmeras de segurança. Se algo foge do esperado, ela vem ao recinto com seu olhar, voz e pedaço de pau, quando necessário, resolver.

Na casa hoje vivem 5 mulheres, e aos fins de semana outras 8, 9 chegam para o trabalho. É bastante curioso que na casa de massagem, que não acontece massagem, é comum ver alguns filhos de santo de Bia ajudando na limpeza ou no cuidado às mulheres. Bia estava retomando a casa pois havia “dispensado” todas as mulheres por conta de dois motivos: 1) as que lá estavam começaram a comercializar drogas e com isso, segundo ela, quase muda o perfil do local: uma casa de massagem, respeito e diversão. 2) As meninas já não querem vir do interior trabalhar na casa, segundo ela, porque como muitas possuem benefícios do governo, a exemplo do Bolsa Família, já tem um valor mensal garantido – assim, tanto as do interior, como as de outros bairros do interior ficam por temporada e nos fins de semana. Esses elementos trazidos por Bia vão ser muito interessantes para pensarmos a Baixa prostituição e seus diálogos com a pobreza e a exposição a uma série de vulnerabilidades, sendo por esse motivo sendo analisado de modo aprofundado posteriormente.

Aqui o programa custa a partir de 80 reais, ficando 30 para casa e o restante para a mulher. As mulheres só saem de lá para programa se antes o cliente ligar para ela e já enviar um “calção” de 100 reais pelo taxista, pagando posteriormente ao programa os 80 reais. Sobre isso, durante a Copa das Confederações que ocorreu no Brasil em Junho de 2013, presenciei por duas vezes, taxistas chegando ao local, a mando de “gringos” que estavam hospedados em grandes hotéis da Beira-Mar, para negociar a ida das mulheres e ela negando, pois não conhecia os taxistas e por não ter as garantias de que efetivamente era um programa sério. De cara, já podemos avistar estratégias de enfrentamento a violência que elas foram criando em seus cotidianos – *“eu não vou confiar, se acontecer algo com elas? Eu não vou me perdoar”*, dizia ela.

Depois de um tempo que fui entender o real sentido de casa de massagem: é um estabelecimento privado que se destaca pela organização e critérios mais redigidos para realização dos programas – existe uma interferência dos donos do estabelecimento para garantir uma organização do espaço e para manter a qualidade dos serviços prestados e dos preços cobrados. Segundo Bia também é critério que elas estejam bem arrumadas, com saltos

e maquiagem, e ela incentiva que as mulheres leiam e assistam jornais para estarem bem informadas.

Elas normalmente começam a se arrumar 4 horas e as 15:30hs a casa abre, normalmente funcionando até as 3 da manhã ou quando o último cliente sair. É comum acontecer aos fins de semana a festa das primas, que são festinhas onde a bebida fica mais barata e as mulheres fazem muitas performances nos palcos – nesses dias outras meninas que passaram pela casa retornam para reencontrar parceiras e para trabalhar. As mulheres para batalharem aqui precisam conversar com ela e fazer uma semana de teste. Segundo Bia, é preciso manter a ordem, pois quando o plantão passa ela precisa prestar conta – plantão é o nome que ela dá para a fiscalização/ visita de policiais que em troca de uma possível não denúncia, mantém programa e recebe uma quantia em dinheiro. Por aqui também existe a visita de agentes de saúde, que tanto distribuem preservativo, aplicam vacinas preventivas de Hepatite e outras DST'S, bem como fazem encaminhamento para a rede de saúde – durante os anos de 2011 e 2012 aconteceu um grupo de cuidado com as antigas mulheres.

É importante destacar que as mulheres referidas neste estudo não são as mulheres estudadas por autores como Gaspar (1985) e suas “garotas de Copacabana” e nem as inúmeras outras mulheres de classe média que se inserem na prostituição apenas em uma lógica de consumo, em busca de status ou manutenção de certo padrão social, como as abordadas por Lopes, Rabelo e Pimenta (2007) no seu estudo sobre as profissionais do sexo da classe média e alta de Goiás. São mulheres que vivenciam o contexto da baixa prostituição ou baixo meretrício como é conhecido, contexto esse marcado pela ocupação do espaço público para fazer seus pontos: praças, pistões, bares, hotéis, esquinas. É caracterizado pela realização de muitos programas a baixos preços, uma carga elevada de trabalho, precárias condições de saúde e trabalho (insalubridade), intenso contato com o tráfico e abuso de drogas, por violências físicas, por pobreza, enfim, inúmeras privações (MEDEIROS, 2006).

Dentre os desdobramentos desta vivência estão riscos relativos à discriminação social, o contágio com DST's, agressão física por parte dos clientes, conflito com a polícia, ocultação da profissão de familiares e amigos, violência de rua, morte, além do conflito moral com a prática do sexo comercial. Destacam-se também elementos que representam perigo ao corpo e desgaste mental, como a sobrecarga de trabalho, a inconstância de horário e local, condições de trabalho precárias e não reconhecimento (SILVA, COSTA E NASCIMENTO, 2010).

É possível perceber a existência de diferenças sensíveis aos pontos investigados no que diz respeito ao modo como são organizados os espaços, os valores dos programas, os perfis das prostitutas, as investidas e intervenções do estado e a exposição a uma série de vulnerabilidades. As próprias mulheres da casa de massagem descrevem o trabalho na Avenida da praia de maneira extremamente pejorativo, reafirmando que na rua sentem-se inseguras e problematizando que as condições são muito mais difíceis. Logo, essa exposição continuada é que potencializa uma série de vulnerabilidades que as mulheres da rua acabam por estar mais expostas.

As mulheres da Avenida da praia transitam pela rua, ora fazendo ponto pela própria avenida, ora se aproximando de espaços particulares – transitando assim entre o público e o privado, e estando nesta rotatividade dos pontos de programa um movimento de autocuidado, de sobrevivência e busca por segurança e autonomia em seus cotidianos de batalha. Ser da rua ocupa um lugar negativo, sendo comum, principalmente nas mulheres que mantêm a prostituição como sua atividade principal, a procura por espaços privados por conta dessa pseudo-garantia. É o caso de Nati, moradora da Barra que batalha em boates de classe alta na região da Beira-Mar, que é enfática ao dizer que evita estar na rua ou em espaços pequenos, pois para ela as boates possibilitam maior proteção diante da estrutura e da equipe que trabalham nos grandes estabelecimentos.

E ainda que minimamente as mulheres da casa de massagem possam ter uma rotina de trabalho mais organizada, é importante destacar que elas também convivem ou conviveram com a violência e a insegurança do território, com inúmeras situações de agressão, com experiência de uso abusivo de drogas e convivência com o tráfico. É como se os desafios territoriais ultrapassassem os muros da casa de Bia. Logo, ousar trazer para um entendimento da baixa prostituição essa relação direta com o território e com os desafios que perpassam tal relação, ela envolve a organização do trabalho, mas ultrapassa os limites do laboral impactando em outros aspectos da vida das mulheres que dela participam.

5.2 Prostituições: entre sentidos e teorizações.

A prostituição é um fenômeno social constantemente reduzido a um fenômeno natural e cristalizado, definido a partir da expressão “a profissão mais antiga do mundo”. Essa frase camufla, silencia e naturaliza uma série de ambiguidades presentes na prostituição, corroborando com a construção e reprodução de imagens, de lugares sociais, de definições.

De algum modo, ouvir essa expressão me faz localizar especificamente quem exerce essa “profissão mais antiga do mundo” como uma mulher, e mais que isso, uma mulher pobre.

Esta atividade tem sido estudada pela Antropologia, pelo Direito, pela Economia, pela Psicologia, onde comumente é analisada pela ótica da prostituição feminina, o que torna, inclusive, um desafio para quem estuda outros tipos de prostituição por não ter estudos e reflexões mais específicos de suas áreas. Acredito ser importante problematizar os locais sociais ocupados pela atividade e pelas pessoas que a exercem – pessoas e locais constituídos por sentidos, significados e sentimentos, naturalizados em nossas análises.

Rostagnol (2000) problematiza que ao considerar como sinônimos, a prostituição e a prostituta, todo o sistema da prostituição passa a ser visto e definido a partir das prostitutas, reduzindo a complexidade da atividade. Barreto e Prado (2010, p. 2) afirmam que “as palavras prostituição e prostituta, antes de traduzirem uma realidade única, dizem respeito a um grande número de práticas, de significados, de identidades”. Essa simbiose prostituição-prostituta é alimentada pelas relações desiguais de gênero e pela culpabilização da mulher pelo exercício de sua sexualidade, camuflando a diversidade de perfis, performances e formas de organização da prostituição. Pluralidade tanto no que diz respeito às práticas e pessoas envolvidas, como aos tipos e locais de trabalho, sejam eles pontos de passagem como os espaços públicos de praças, bares, motéis e pistões; os espaços privados de saunas, bordeis, casas de massagem, boates e cineclub privê; a alta prostituição e as acompanhantes de luxo, cyber prostituição.

Piscitelli (2005) opta assim por utilizar o termo mercado do sexo ante prostituição, por compreender que o sexo comercial complexificou-se em uma lógica mercantil, industrial, que envolve a prática e toda a rede que faz parte desse negócio: profissionais do sexo, cafetinagem, gigolô, taxistas, donos de hotéis, indústria de beleza, tráfico de seres humanos, pornografia. A pessoa que presta os serviços sexuais é um dos pontos dessa teia complexa de relações – é um ponto ativo, intensionado, contudo, não é o único diante da configuração das relações prostitucionais. Ampliar o olhar para teia também é importante para reconhecermos os diversos arranjos e atividades que compõem a prostituição.

Utilizo provocativamente o termo prostituição, reconhecendo historicamente o significado social que o mesmo carrega, em em um exercício de problematizar esse signo cultural (VYGOTSKY, 1994). Como desafio dissertativo, trabalharei as concepções construídas pelas mulheres, articulando-as com as teorizações sobre o tema quando for possível, buscando perceber como, e se, tem sido “lido” essas concepções contruídas por elas através das correntes feministas e jurídicas.

É importante localizar os posicionamentos e as reflexões das mulheres na Baixa prostituição, afinal falar e pensar sobre prostituição em um contexto marcado por desafios e relações sociais específicas, traz consigo sentimentos e significações bastante singulares. Por isso, não é simplesmente “enquadrar” suas falas em teorias que se constroem com base em outros contextos, é “revelar quem o faz, de quais lugares e diante de quais problemas” (MAYORGA, 2014, 234). Pessoalmente, compreendo ser preciso fazer reflexões e adotar posturas sobre o tema que desnaturalize, desmitifique e desvitimize essas mulheres, e isso envolve dar visibilidade as singularidades de suas experiências, problematizando-as. Por isso, faço o diálogo dos saberes construídos por elas com os saberes de diferentes autores acreditando que está nos tensionamentos, encontros e contradições entre esses saberes a possibilidade de boas reflexões.

Especificamente utilizarei os estudos de Wijers (2004) para compreender como as principais perspectivas teóricas têm embasado os regimes legais e produzido sentidos e significados sociais. E mais do que encaixar a fala das mulheres em determinado posicionamento é interessante o exercício de encontrar em suas falas aspectos que de algum modo possam suscitar e justificar esses modelos jurídico-políticos, no sentido de compreender que esses modelos são ecos de diferentes percepções e que entre elas, diante da complexidade da experiência de ser prostituta, não existe uma perspectiva única e “verdadeira”.

Durante as entrevistas ouvi uma série de definições sobre prostituição, e era interessante porque elas mesmas transitavam em seus posicionamentos: em dado momento, atentavam para os ganhos e conquistas que tiveram, e em outros, traziam suas dores e justificavam seu desejo de acabar com a atividade,

Prostituição [...] prostituição em si é o fim do túnel, prostituição é um beco sem saída, pra alguns quando você pensa que é a saída, não é. Não é saída. Você tá se afundando mais ainda. Você se afunda mais ainda. Através da prostituição você busca, é, uma solução pra sua vida [...] você busca uma saída pra sua vida e você até que encontra um pouco de ajuda, mas o seu psicológico você não encontra. Você chega dentro de casa e você tá vazia, como se você tivesse buscando ajuda pra resolver só a questão do dinheiro, que foi como lhe falei, mas a prostituição ela não lhe dá felicidade, ela não lhe dá companheirismo, ela não lhe dá amigas, nada disso [...] Os homi te vê como um cocô de galinha, a gente é usada para a tara deles (NATI, E1, 31 de outubro/2013).

[...] tem dia que eu me sinto maravilinda, gostosa, absoluta, mas tem dia que eu me sinto um pedaço de carne, num frigorífico, sabe? Eles vêm come a parte boa, e depois a parte ruim, eu no caso, fico no lixo (LUANA, DC 15, 06 de agosto/ 2013).

Nati e Luana trazem falas muito fortes, falas que expressam conceitos surgidos a partir de uma vivência intensa e extremamente vinculada à materialidade dessas experiências. Concretamente, revelam os desafios laborais e financeiros do cotidiano do trabalho, e simbolicamente revelam os elementos relacionais e as visões de si, do mundo e de futuro. Elas

compartilham o sentido da “prostituição como exploração”: Suas falas podem ser associadas a ideia de “venda do corpo”, defendida por grupos que afirmam a prostituição como uma possível “perda de autonomia sobre o mesmo, que passa ao poder do homem, que a submete a seus desejos, vontades” (BARRETO, GROSSI, MAYORGA, 2013, p. 4).

O sentido de exploração era relatado principalmente quando eram verbalizadas situações de preconceito, humilhação, agressão sofrida ou quando o programa não seguia os acordos previamente estabelecidos na negociação com os clientes, em momentos onde elas sentiam-se inferiorizadas por alguém, como dizia Lu: *“te pegam parecendo bixo, quer bater, bater forte, e porque paga eu tenho que dizer que gosto. As vezes é humilhante”* (DC 20, 19 de setembro/ 2013) ou quando Raquel lembrava que *“eu gosto da dança e não do programa de fato. As vezes quando eu preciso me deitar com dois ou três eu me sinto chateada, porque eles só querem enfiar lá. Não uma fantasia, sem graça, sabe?”* (RAQUEL, E2, 14/10/2013).

Essa exploração é sentida a partir do momento em que sentem a autoimagem tocada/arranhada, em situações onde é demarcada uma relação desigual de poder – ainda que não concordem ou aceitem o modo como são tratadas, sentem o peso de tal relação desigual quando escolhem (ou necessitam) continuar exercendo a atividade e percebem que o lugar de prostituta acaba por, de algum modo, justificar o destrato e a agressão dos clientes e/ou das pessoas que administram os pontos de prostituição e as demais que por ali circulam. É interessante destacar que a perspectiva de exploração para essas mulheres me parece não ser pelo simples fato de fazer o programa, diferente do que algumas correntes teóricas pontuam, mas refere-se ao desrespeito que sentem quando os acordos prévios não são cumpridos ou quando se sentem agredidas por alguém que justifica estar pagando. Quando Lu diz, e “eu tenho que dizer que gosto” e Raquel lembra “é sem graça” elas revelam o incômodo que é em assumir uma fala, uma postura que vai contra ao que elas sentem e compreendem da atividade.

A prostituição como exploração tem sido assumida pelas correntes proibicionistas e abolicionistas. A visão *proibicionista* vê a prostituição como uma prática criminosa e aponta a repressão e a penalização da prostituta e das pessoas envolvidas com a atividade (WIJERES, 2004). Foi hegemônica durante a idade média, tendo ao longo dos séculos XIX e XX dado lugar aos embates entre o abolicionismo e o regulamentarismo – contudo, ainda encontram-se ecos dessa perspectiva em posturas fundamentalistas sobre a família e a religião, não tendo assim necessariamente desaparecido. Convido você a ler os comentários de qualquer notícia sobre prostituição em sites na internet, onde os debates e posicionamentos que surgem, carregado de preconceito, ódio, moralismo e machismo comumente assumem uma postura

punitiva onde são pregados o fim da atividade, a criminalização de quem a exerce e a crucificação de qualquer pessoa que se posicione de forma a relativizar esses posicionamentos contrários à atividade.

Lembro quando em junho de 2013, houve uma reação extremamente negativa à campanha vinculada pelo Ministério da Saúde em que trazia como *slogan* “Sou prostituta e sou feliz”. Essa campanha foi feita com mulheres ligadas a diferentes associações de profissionais do sexo e objetivava enfrentar a co-relação entre a prostituição e as DST’s, subentendido também trazia um posicionamento contrário à visão da prostituição como exploração, ressaltando a escolha, a satisfação profissional, e a necessidade de respeito às pessoas que exercem a atividade. Como desdobramentos, assistimos o responsável pela campanha ser destituído do seu cargo e o Ministro da saúde aparecendo em público justificando que a campanha não havia sido liberada para circulação pelo Ministérios da Saúde. Também, uma série de insultos e inverdades foram disseminadas na internet – dentre elas, uma suposta Bolsa-prostitutas durante o período da Copa do Mundo. Esses posicionamentos trazem engendrados em si os ideais proibicionistas citados.

O modelo *abolicionista* não penaliza a prostituição e sim a exploração de alguém que exerce a prostituição – de algum modo, nesta perspectiva a mulher é vista como vítima e explorada, estando subtendida a necessidade de libertá-la do domínio de alguém e de uma atividade aprisionante (WIJERS, 2004). No Brasil a prostituição não é considerada crime para o direito penal, tendo o nosso código uma vertente abolicionista. Perante a lei, devem ser punidas pessoas que medeiam ou organizam comercialmente a prática prostitucional (cafetinas, rufiões, proxenetas), em concordância com o Tratado Abolicionista Internacional da ONU, assinado em 1951. Ainda que a legislação nacional entenda o exercício da prostituição como um ato legal, não há a proteção para os direitos básicos das prostitutas e nem o entendimento da comercialização de fantasias e prazeres. Bem como sabe-se da rede de prostituição e não há nem um tipo de medida que iniba uma jornada de trabalho exautiva e precarizada.

Ao analisar as falas das entrevistadas é interessante perceber que quando elas relatam exploração não fazem referência aos donos dos bares e/ou dos Bordéis que elas batalham. É explícito que há uma relação comercial: nos moteis, elas conseguem descontos nos preços dos quartos se derem preferência ao estabelecimento para fazer o programa, nos bares há um acordo para incentivar o consumo de bebida (que será pago pelo cliente), nas casas de massagem também é incentivado o consumo e uma parte do valor do programa fica para casa (o valor é acertado a partir do momento que a mulher passa a batalhar na casa). Porém, elas

são enfáticas ao dizer que manter essa relação com esses espaços é uma forma de garantir algum tipo de segurança diante das incertezas que a prostituição traz para elas – ainda que os estabelecimentos e/ou pessoas tenham um ganho financeiro, existe um tipo de referência, de proteção subentendida. Diante de um estado que se omite por conta de uma série de jogos e conxaves moralistas-religiosos, para essas mulheres não estão nesses espaços a exploração que sentem – ainda que não percebam que o lucro que a casa possui é infinitamente maior do que o que elas tem com o exercício da atividade, e que é sabido que muitos desses estabelecimentos não cumprem com condições salubres e dignas de trabalho. Para as entrevistadas, a exploração está no olhar do outro, no julgamento, no preconceito, na agressão, como dito anteriormente, o que me faz considerar a fragilidade dos modelos até então problematizados ao não problematizar essas dimensões.

Barreto, Grossi, Mayorga (2013) percebem que esses dois modelos compartilham concepções contrárias à prática prostitucional, reproduzindo uma postura de negação e que deseja o fim da atividade. Entre os estudos feministas, estariam aqui agrupados os grupos que se posicionam contra a prostituição, a pornografia, o tráfico, por compreender nessas práticas a utilização e a venda do corpo da mulher como objeto, explorado, subjugado. Esses modelos acabam por não considerar as experiências e sentidos construídos pelas pessoas envolvidas na prostituição, falando e se posicionando como quem detém uma verdade sobre a vida e o corpo do outro. O incômodo ao modo como essas mulheres lidam com o corpo e com o sexo é maior que um exercício de compreender suas vivências, suas reflexões e a complexidade da relação com a sexualidade.

Nesse exercício, destaco a forma como Ana problematiza a prostituição que segundo ela é uma atividade necessária e é o que sustenta muitos casamento, pois *“muitos homem vem aqui porque as mulher não tem paciência, jeito, não conhece seu homi. Ele desabafa muito com nós... não tem coragem, não se sente à vontade de fazer umas coisas diferente... cê sabe! Ele só quer uma diversãozinha”* (DC 17, 10/09/2013). Ana, aponta a relação da atividade com a manutenção dos casamentos, por conta desse ser um lugar para realização de desejos muitas vezes negados no casamento. Ana está na prostituição há mais de 30 anos, tendo sido prostituta e hoje administrando dois bares, pontos de encontro, e revela que mesmo hoje o sexo sendo algo mais expressivo nos casamentos, ainda é melhor aproveitado na zona, por não ter os deveres e obrigações de uma casa e de uma família.

Posteriormente serão aprofundadas as questões referente à sexualidade e ao gênero, contudo por enquanto gostaria de destacar que essa perspectiva da prostituição como mantenedora de casamento alimenta a ideia da prostituição como mal necessário, como uma

atividade indispensável para conter os conflitos sociais, para atender os desejos sexuais dos homens. Associada a esta compreensão, a prostituição acaba por ser entendida como uma transgressão, um desvio, que ao mesmo tempo que foge às normas e morais estabelecidas para a família, surge como uma forma de conter os males, garantindo a ordem social e a perpetuação da família: a casa permanece pura e o desejo viril é saciado (MEDEIROS, 2006).

O modelo *regulamentarista*, corrobora com essa lógica “desviante”, defendendo o controle sanitário e territorial (restrição em bordéis e casas) da prostituição por meio de ação policial e administrativa da atividade. Defende-se que é preciso delimitar os contornos geográficos das zonas de prostituição, onde a partir de práticas reguladoras e higienistas é possível criar formas para seu controle (MEDEIROS, 2006) – em certos locais da cidade pode ser mantida e concentrada tais práticas e esses locais passarão a ter certo acompanhamento e regularização. Observa-se que nos países em que a prostituição é regulamentada as prostitutas possuem um registro médico e de delegacias, pagam impostos, porém ainda é um desafio garantir os direitos trabalhistas diante da precarização e/ou exploração de seus trabalhos (WIJERS, 2004).

É interessante pontuar que a regulamentação passa por um viés biomédico e jurídico. Barreto, Grossi e Mayorga (2013), destacam que a associação direta entre prostituição e DST’S/AIDS nas campanhas e políticas de saúde trazem este modelo como referência, ao ter nas prostitutas seus principais alvos nestas ações. A campanha que tentou ser lançada em 2013 em comemoração ao dia da Prostituta vai na contramão dessa perspectiva, pois mesmo buscando sensibilizar o uso do preservativo, trazia aspectos referentes à profissão, como escolha e prazer. Contudo, se observarmos essa é a principal, se não única, política exclusiva para essa população no nosso País, fato que corrobora com o fortalecimento do estigma da puta. Se formos pensar nos agravos que podem surgir do exercício da prostituição, DST’s é um dos fatores, estando presente as condições de trabalho de rua, o stresse, a excessiva jornada de trabalho, dentre outros. Essa simbiose prostituta-DST é tão fortalecida que entre os direitos que a maioria das entrevistadas percebem como primordiais está o acesso ao “médico” como o principal, “*a gente merecia ter uma carteirinha para ter preferência no posto de saúde, ginecologista, porque somos de grupo de risco, né?*”, dizia Lu em uma das conversas sobre o direito das prostitutas (DC 17, 10/09/2013), direito esse reafirmado por Nati e Raquel em suas entrevistas.

As discussões sobre os direitos a serem conquistados e garantidos nas entrevistas transitaram entre nenhuma reflexão anterior sobre essa possibilidade, pouca reflexão sobre os modos de garantia dos direitos, porém reconhecendo a necessidade de tê-los, e a crença de

que os direitos deveriam ser buscados individualmente por cada mulher, não tendo a necessidade de ser mediado por nenhuma outra instância. Das mulheres com quem conversei, a única que conhece a Aproce (Associação das Profissionais do Sexo do Ceará) é Raquel, que ouviu falar da associação quando uma das mulheres que batalham na boate que trabalhava sofreu uma agressão e não teve auxílio dos donos da boate – segundo elas as representantes da APROCE estiveram lá, mas não conheceu e nem conhece ninguém hoje. Para Raquel “*as mulheres têm que se conscientizar, pagar seu seguro, e cuidar de si*” (RAQUEL, E2, 14/10/2013).

Raquel considera a prostituição uma profissão, porém essa concepção de profissão não traz consigo uma noção de categoria profissional, de coletivo, de legalização da atividade. Essa discussão sobre aspectos laborais é extremamente nova e compõe o eixo denominado por Wijers (2004) como laboral, onde a prostituta é afirmada como uma trabalhadora e tem se fortalecido a partir dos movimentos organizativos e políticos das prostitutas e de outros grupos feministas. Para Piscitelli (S/D), os três primeiros eixos não rompem como uma visão marginalizante e estigmatizante da prostituição, reproduzindo uma vitimização das pessoas que prestam os serviços sexuais e uma negação da prostituição como um trabalho sexual. Tratar a prostituição como um lugar de relações de trabalho e essas mulheres como trabalhadoras é uma postura que traz para o centro da luta os direitos trabalhistas, buscando des-penalizar a prostituição e desassociá-la do estigma, da marginalização, das violências.

Essa discussão ganhou corpo, principalmente aqui no Brasil, a partir da década de 1980 quando emergiram diferentes formas de organização política com o objetivo de combater à discriminação, a violência e a repressão policial, e especialmente em 1987 ocorreu o I Encontro Nacional das Prostitutas, fruto de um movimento histórico de expressão, organização e luta para o reconhecimento público enquanto profissão e para garantir a cidadania, sendo fomentada as primeiras associações de prostitutas no país. Em 1989 ocorreu o II Encontro Nacional de Prostitutas, onde foi criada a Rede Nacional de Profissionais do Sexo, marco que fortaleceu as associações e o diálogo com outras entidades militantes e acadêmicas (RODRIGUES, 2009)¹⁶.

Apenas em 2002, a prostituição foi incluída no Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), e isso representa um avanço na relação entre o Estado, o Direito e o Movimento das prostitutas, e a abertura para a ampliação

¹⁶ Ainda que em alguns estados as associações e grupos políticos consigam se articular em uma rede ampliada de luta por direitos, na Barra do Ceará, cenário da pesquisa, não há um diálogo das prostitutas com a APROCE (Associação das Profissionais do Sexo do Ceará) – as mulheres que já trabalharam no centro da cidade já ouviram falar da associação, porém nunca tiveram contato específico.

da atenção das políticas públicas – objetivando substituir as ações policiais e sanitárias historicamente “responsáveis” pelas prostitutas. Em 2003, o então Deputado Fernando Gabeira levou um Projeto de Lei, nº 98/2003, para o debate no congresso visando garantir que o exercício da atividade seja voluntário e remunerado (o projeto foi arquivado em 2004). No ano de 2012, o Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) retomou o projeto, intitulado de Gabriela Leite, objetivando uma mudança legal para que a prostituta seja registrada como autônoma ou como empregada, devendo aí seu empregador pagar os encargos trabalhistas.

Neste novo Projeto de Lei, os empregadores (cafetões) seriam descriminalizados, e os espaços de trocas comerciais seriam legalizados (bordeis, agentes publicitários, hotéis). Assim, o eixo laboral diferente do regulamentarista, propõe regular a atividade prostitucional por leis trabalhistas específicas, não por controle epidemiológico, práticas higienistas e baseado em um código penal. Ainda que desde a década de 1970 este seja um debate presente no universo dos movimentos sociais das prostitutas internacionalmente, essas são questões distanciadas no cotidiano das participantes dessa pesquisa. Esse debate militante-acadêmico não chega para a grande maioria das mulheres que exercem a atividade, e as vivências delas acabam também por não chegar nesses espaços em sua pluralidade – o que desafia ainda mais este debate.

Em uma das conversas sobre a legalização da prostituição como trabalho, Raquel me diz:

Eu já ouvi falar, mas creio que não iria dá muito certo. Porque assim, a gente por exemplo não tem um horário ali, a gente faz o nosso horário, o nosso salário praticamente, hoje a gente tá trabalhando aqui, amanhã em outro lugar. E acho que a partir do momento que se fosse assinar uma carteira tudo isso iria mudar, as garotas iam pensar até na questão do salário, ficar e um lugar só pode diminuir nosso dinheiro, né não? E outra, quem vai assinar nossa carteira? E quem disse que eu quero na minha carteira o nome prostituta assim, sabe? Nãããã (RAQUEL, E1, 01/10/2013).

Raquel sabiamente abre um leque de questões provocativas sobre o mundo do trabalho hoje: na nossa sociedade não é fácil ter acesso aos direitos trabalhistas. Será que esse tipo de trabalho se encaixa em um trabalho padrão de carteira assinada? Como esses direitos podem ser garantidos diante desse modelo informal e precarizado de trabalho? Medeiros (2006) conceitua a prostituição como uma atividade laboral informal, que mesmo não estando inscrita em códigos legais e morais, é uma atividade composta por um conjunto de prescrições e normas para o seu exercício, porém desprovida de direitos sociais e compromissos do estado.

Para Raquel, a prostituição configura-se como um trabalho por possuir um modo de funcionamento e uma responsabilidade por quem o executa, “*Nós somos as profissionais, eu*

cobro um certo valor pelo meu tempo que eu fico com o meu cliente. Eu tenho uma responsabilidade, não deixa de ser. Que ali em momento nenhum ele pode sair machucado, lesado de alguma forma” (RAQUEL, E1, 01/10/2013). Ela explicita a questão do seu tempo de trabalho, do valor que cobra pela sua força de trabalho, e das responsabilidades que assumi no momento da prestação do serviço.

Bia compreende a prostituição como um trabalho por conta da centralidade da atividade no dia-a-dia de todos,

[...] é trabalho, eu converso muito com elas sobre isso... é daqui que tiram seu sustento, é aqui que labuntam o dia todo, é aqui que aprendem sobre a vida. Elas precisam assumir a postura, lerem bastante, assistir televisão, estarem informadas, terem bom papo. Se se organizar todo mundo ganha, elas, os clientes, a casa (DC 12, 18/07/2013).

A fala de Bia amplia a percepção para a configuração e organização que envolve a batalha: da preparação das mulheres para um atendimento aos clientes, a organização que a casa precisa ter para manter o lucro e a frequência dos clientes. Essas questões apontam para a compreensão da prostituição como uma atividade comercial (SILVA; BLANCHETTE, 2010), destacando a especificidade do serviço: um intercâmbio de serviços de natureza sexual, como o prazer, as fantasias, as carícias, o sexo, ampliando assim a própria noção de programa.

O programa é pensado por Medeiros (2006) como a atividade elementar da prostituta, que envolve uma negociação direta sobre os serviços a serem prestados, não tendo um formato prévio – diferente do que comumente pensa-se. Ele pode ser composto pela variade de possibilidades do ato sexual, por conversas, pela sedução do cliente e a negociação do preservativo, a dramatização de papéis, a companhia para o uso de drogas, atos sado e masoquistas e silêncios. A sua execução envolve acordos prévios sobre três itens: o preço, o tempo disponível e as práticas, ou o conteúdo do serviço que será prestado (OLTRAMARI;CAMARGO, 2004; BARRETO E PRADO, 2010). Sobre isso, Raquel complementa:

Antes disso eu achava que prostituição era a mulher ir pro quarto para transar com o cliente, que a mulher tinha que ir com qualquer um que chegasse realmente, e não, e quando a gente passa a viver isso aqui, ve que é diferente. Tanto o cliente que vai tem a escolha, como a gente também. Podia dizer não, eu não vou, ne, qualquer coisa quando ve que o cliente não vale a pena (RAQUEL,E1, 01/10/2013) .

Raquel em inúmeros encontros contava da diversidade de situações que ocorriam em um *“simples programa de 50, 60 minutos... tem homem que quer conversar, reclamar da esposa, quer que a gente dançe para eles, quer uma posição específica, quer ser penetrado”* (DC 27 31/10/2013). Com a experiência, ela revelou aprender a impor seus limites e aponta que a negociação antes de entrar no quarto é o melhor caminho para as coisas ficarem claras.

Luana, também vê na negociação prévia o momento mais importante para sua segurança e para a garantia de um bom serviço: “*senta, sente a pessoa, entende o que procura, diz até onde pode ir. Se no quarto quiser mudar, eu pergunto se vai pagar a mais. Se não, cada um veste sua roupa e vai para seu canto. Fim de papo*” (DC 28, 05/11/2013). Nati, que batalha em uma boate na Beira Mar, explicita que o momento da conversa é essencial para sua segurança: “*é claro que se o cara for um psicopata, ele pode fazer loucuras no quarto comigo. Mas é na conversa inicial que eu sinto se vai valer a pena, é importantíssimo isso. Se eu perceber algo estranho já dou o toque para as outras meninas*” (NATI, E1, 31/10/2013).

Para Nati, a prostituição “*é uma profissão como outra qualquer. Não como outra não, é diferente. Não deixa de ser uma profissão*” (NATI, E2, 06/12/2013). Ao definir a prostituição desse modo, ela sorriu bastante. Ela dizia

[...] é estranho falar isso, mas é e não é como outra qualquer. É igual porque tem horários, tem que levar a sério para ter retorno financeiro e tem que ter controle financeiro para planejar o futuro. Porém, não é igual Lorena, tem horas que me sinto um lixo de tanta humilhação. Você se deita, faz tudo, e a pessoa não te dá um oi no dia seguinte. É igual e não é. Entende? Eu não vou querer na minha carteira: prostituta. Eu quero ganhar direito, não quero apanhar, quero poder ter uma tranquilidade em termos de grana, mas eu não acho que vou ficar aqui para sempre. É uma luz no fim do túnel falsa, entende? (NATI, E2, 06/12/2013).

Essa fala de Nati é central para o desenrolar das questões que essa dissertação quer tratar: traz elementos sobre o trabalho, sobre gênero, sobre estigma, sobre o modo como essa mulher se sente e deseja viver sua vida. Por essa e por outras questões, não é um trabalho qualquer, como afirma Osborne (2004), diante das marcas do estigma de ser “puta”. Nati também destaca o aspecto econômico da atividade, porém ela traz mais coisas. Para Osborne (2004) o não reconhecimento enquanto trabalho, exclui essas mulheres dos direitos trabalhistas e a todo os outros direitos que a vivência em uma cidadania plena garante as pessoas. Westphal e Barbosa (2012) destacam a prostituição como um trabalho invisível – categoria que assim como outros grupos de trabalhadores, estão à margem do sistema capitalista, excluídos dos direitos e garantias legais, tendo uma série de vulnerabilidades associadas ao exercício profissional.

A valorização do sujeito se dá pela sua condição de trabalhador, sendo que os não “trabalhadores” são tratados como “vagabundos” ou “preguiçosos”, e no caso das prostitutas são consideradas “mulheres de vida fácil” – “*esse negócio de vida fácil é a maior mentira, quero ver guentar o ritmo que essas mulheres levam*”, dizia autivamente Ana no salão do seu bar. E a negação da condição de trabalhadores implica a redução de suas possibilidades de inserção na sociedade como sujeitos plenos de direitos (JULIANO, 2005).

Telles (2010) aponta que o modo de inserção desses grupos é marginal, onde as margens não são entendidas como definições territoriais com contornos previamente estabelecidos, como lugares geográficos ou periféricos, mas pelas forças que operam nos territórios e os anulam enquanto território para ser humano, ser cidadão, ser respeitado e incluído no sistema. A prostituta desse modo estaria invisível, como afirmam Westphal e Barbosa (2012), ainda que no interior da nossa sociedade, estando localizariam em espaços de exceção, com privações materiais e simbólicas bem definidas e demarcadas – contudo, não encontram-se inertes, visto que cotidianamente ao habitar esses territórios estigmatizados constroem estratégias de enfrentamento e re-existência.

Assim como são diversos os posicionamentos e conceituações teóricas e políticas da prostituição também é extremamente plural as definições e sentidos que as mulheres entrevistadas construíram. O modo como definem e compreendem está diretamente relacionado com a forma como se sentem hoje, com os afetos envolvidos, a partir das relações estabelecidas. Elas foram transitando por esses diferentes lugares-modelos e era muito forte a relação que elas construíram com a atividade: a prostituição é a atividade central em suas vidas e que possibilita vivenciar processos de apropriação, de identificação, de pertencimento e de transformação de si e do mundo (VYGOTSKY, 2000; LEONTIEV, 1978).

Os sujeitos historicamente se transformam como uma pessoa social de maneira dialética e complexa, e Góis (2005, p. 82) compreende a atividade como mediadora desse desenvolvimento, revelando que esse processo se dá a partir das “contradições entre individualidade e contexto, e entre motivos, significados, sentimentos e o resultado da própria atividade”. A partir dessa concepção pode-se pensar que por meio da atividade prostitucional essas mulheres passam a constituir sua identidade, significam ao mundo e a si mesmas e transformam sua realidade objetiva a partir de estratégias de enfrentamento cotidiano.

Ainda que a discussão “se é ou não um trabalho” e se “tem ou não que legalizar” esteja longe de fazer parte de suas preocupações ou questões da maioria das prostitutas com quem conversei e observei, pactuo com o modelo laboral de análise da prostituição. É preciso garantir seu reconhecimento enquanto um trabalho, criando espaços políticos e educativos para desassociar o estigma da prática e das suas escolhas. Esse é um caminho importante para dar visibilidade para o cotidiano dessas mulheres, sobretudo para as vulnerabilidades que são reproduzidas por conta do silenciamento.

Simone de Beauvoir dizia que as prostitutas poderiam ganhar a vida de outro modo, entretanto, ao analisar sua escolha deveríamos considerar que a prostituição não é a pior profissão nesta sociedade, ao contrário, é uma das que parecem menos desagradáveis a muitas

mulheres diante da condição “de ser mulher” meio ao machismo e ao desemprego estrutural. Então, para a autora, ao invés de perguntarmos por que ela escolheu, deveríamos perguntar por que não a teria escolhido?

Muitas cenas passam na minha memória quando escuto esse questionamento-afirmação. Seja quando ainda trabalhava em Salvador e as mulheres dizia que preferiam estar na batalha a estar trabalhando na casa de branco e sendo humilhada, ou quando diziam que não tinham jeito para cozinhar ou vender em loja. Nunca esquecerei Lurdinha me dizendo em uma visita domiciliar que entrou na prostituição muito nova, com 12 ou 13 anos e que não foi fácil aprender o ritmo da batalha, inclusive por ser uma menina um segurança de um bar aconselhou que ela fosse viver em uma “casa de família” para ter oportunidade de ser cuidada e estudar. Lurdinha disse que chegou a viver um tempo na casa de uma conhecida do segurança, porém resolveu voltar ao “brega” porque sentia-se sufocada pelas ordens da dona da casa onde começou a trabalhar como doméstica: queria que eu tivesse horário para acordar, ajudar na cozinha, estudar, dia certo para brincar, para sair. No alto dos seus quase 1,50m de altura e com seus 60 e poucos anos ela me disse: *“Lorena saí de lá porque eu sou que nem passarinho, preciso de asas... saí da casa dos meus pais porque minha madrastra queria mandar em mim, depois desse dia não aceitei ordem de mais de ninguém”*. Até hoje, Lurdinha continua a voar pelas ladeiras do centro histórico de Salvador com a mesma coragem, atrevimento e beleza que quando criança e ousou sair de sua casa. Nunca me esqueci disso, porque Lurdinha, e tantas outras prostitutas, optaram em romper com regras e algemas pesadas que regem a conduta do ser mulher.

Nas conversas pela Barra do Ceará também ouvi algumas vezes que era comum desempenhar outras atividades remuneradas, porém na prostituição elas tinham mais flexibilidade para organizar os horários, trabalhavam *“quando estavam a fim e não tinham chefe para pegar no pé”*. Em uma das caminhadas pela zona na Barra do Ceará, acompanhada de uma ACS, ouvi uma resposta direta e que traz para nossa cena analítica elementos centrais desta questão: o corpo, a sexualidade e o prazer.

ACS¹⁷ diz: Bom, eu não fico aqui dizendo o que você é ou não é, atendo a todas, mas normalmente eu sei o que vocês fazem, logo se precisar de preservativo, uma prevenção, pode falar [a ACS fala de programa e prostituição sem ter coragem de dizer essas palavras]. Agora, me diz uma coisa, porque essa vida? É a dificuldade da vida?

Luana responde em tom assertivo: Estou aqui porque eu gosto, escolhi está aqui, já fiz muitas coisas, mas o dinheiro aqui é bom e não tenho do que reclamar. Gosto de transar, acho divertido a vida aqui no bar, faço o que quero, na hora que quero, com quem quero. Pra que melhor?

¹⁷ O nome da Agente Comunitária de Saúde foi preservado na citação deste Diário de Campo.

A ACS ficou muda e Luana ao perceber que desconsertou a mulher, fez um movimento de ir embora. Luana tem um jeito que “impacta”, e se ela sente que a pessoa ficou constrangida é como se a conversa perdesse a graça e ela se afasta. Foi o que aconteceu! (DC 15, 06/09/2013).

Luana expôs uma faceta silenciada, por vezes negada, e que quase sempre gera “polêmica”: o prazer, as vantagens que a [pseudo]flexibilidade da prostituição traz e a escolha por exercer esta atividade. Luana rompe com esse lugar ao não se curvar em assumir e falar do seu prazer e da liberdade do seu corpo. Comumente, quando o tema prostituição surge alguns questionamentos se fazem presentes: é escolha ou não? Fazem porque precisam? Elas gostam? Todas essas perguntas podem ser feitas para uma série de categorias de trabalhadores em nossa sociedade. Ao que é preciso se submeter em nossa sociedade? Porém, qual outro tipo de trabalho não “troca” sua força de trabalho por dinheiro, por lugares sociais e/ou por outros ganhos sociais? Em qual outra seu corpo não é marcado pela dinâmica do seu trabalho? Os consultórios médicos e psicoterapêuticos, os centros de referência da saúde do trabalhador, os sindicatos e os movimentos sociais estão aí para evidenciar isso...

5.3 “*Eu não sou puta, eu sou prostituta!*”

Poderia ter discutido as ideias deste tópico no anterior, onde busquei dialogar as definições acadêmicas e dos movimentos de prostitutas com os sentidos que as entrevistas dessa pesquisa construíram. E eu sei que na prostituição o tempo todo os campos “trabalho” e “sexualidade” são fundidos, pois, na prática laboral dessas trabalhadoras, a sexualidade é vivida em seus vários aspectos – não só o sexual –, configurando-se essa como um instrumento de trabalho. Porém, ao destacar os elementos da sexualidade e de gênero trago para roda duas questões que merecem ser debatidas: os direitos sexuais e performativos das mulheres, e o porquê que ao falar das prostitutas, estas são colocadas em um universo à parte das demais mulheres. O que faz alguns grupos não serem considerados “mulheres” em nossa sociedade?

Para Juliano (2005), por traz dos diferentes modelos teórico-jurídicos de análise da prostituição estão os diferentes posicionamentos feministas sobre a sexualidade. A primeira

grande onda do feminismo¹⁸ entende a prostituição como uma exploração sexual, onde o sexo tem ligação direta com a opressão e o abuso das mulheres e a sexualidade é compreendida como um elemento de objetificação. De algum modo, a prostituição nesta perspectiva é associada à uma violência de gênero, sendo as prostitutas passivas e vítimas de violência. Adiantando a discussão reservada para o próximo capítulo é importante destacar que neste estudo não estamos apontando a prostituição como uma violência, estamos buscando dar visibilidade a rede de vulnerabilidades, estigmas, marginalização e violações que acabam surgindo diante da negação dos direitos dessas mulheres, diante da vivência de condições socioeconômicas desiguais, diante das demais violências urbanas e territoriais que surgem nos seus pontos de trabalho. Apontar a prostituição como violência é enquadrar as variadas experiências do trabalho sexual mais uma vez em uma perspectiva puritana do sexo privatizado a um parceiro e em contextos específicos e negar/ anular a consciência e o poder de escolha dessas mulheres.

A segunda onda, compreende a prostituição como a forma mais subversiva das práticas sexuais dentro da nossa sociedade sexista, sendo o sexo a origem do prazer e poder das mulheres. Diferente da primeira onda que tinha uma visão pejorativa do sexo, na 2ª onda a prostituta surge como um símbolo de autonomia sexual, como ruptura do papel construído para o feminino e sua sexualidade. A prostituição assim possibilitaria que muitas delas saíssem de um contexto familiar de violência permitindo que tenham o tempo livre para realizarem e organizarem suas atividades (SILVA, 2012). Nessa onda, ressalta-se que na prostituição as mulheres estão instaladas no espaço da rua, lugar do anonimato e “do homem”, longe das obrigações do cuidado exclusivamente familiar, sendo assim identificada como “mulher da vida, da rua, à toa”.

Nas duas primeiras ondas há uma polarização sobre o lugar que a prostituta ocupa diante da sua experiência sexual: ela transita entre uma escrava sexual e uma subversiva (PISCITELLI, 2005). Contudo, a 2ª onda abre espaço para pensarmos e reconhecemos o posicionamento de mulheres como Luana que identificam sim na prostituição esse salto para uma maior autonomia e melhor expressão de sua sexualidade. Raquel vê que na prostituição pode assumir uma postura que normalmente não exerce quando está em outros lugares: “quando eu subo em um palco para fazer stripper eu fico completa, sabe? Faço coisas que

¹⁸ As ondas do Feminismo são as diferentes fases ou gerações dos estudos feministas, onde cada onda diz dos elementos históricos, sociais e políticos que envolvem as reflexões feministas em cada época (NOGUEIRA, 2001).

ninguém acredita... deixo rolar de tudo, na frente de todo mundo ali, me sinto desejada e adoro. Eu gosto, acho bonito” (DC 28, 5/11/2013).

Figura 10: Objeto gerador: Fantasias Raquel.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 11: Objeto gerador: Fantasias Raquel.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Nas figuras vemos algumas das peças da extensa coleção de fantasias que Raquel possui. Ela não desconsidera em nenhum momento o prazer e empoderamento que tem com a dança, com a estética e o clima de conquista, *“na verdade é isso que me dá tesão... eles ficam loucos, e eu adoooooro”* (RAQUEL, E1, 01/10/2013).

A terceira onda coloca a prostituição como um trabalho sexual, vendo na defesa do direito de exercer a prostituição uma estratégia para garantir a melhoria nas condições e nos direitos trabalhistas. O sexo aqui é um terreno de disputa: é reconhecida uma ordem sexista, mas não a compreendem como um campo fixo e totalmente rígido. A figura prostituta assim,

“não pode ser reduzida à de um objeto passivo utilizado na prática sexual masculina, mas como um espaço de agência no qual se faz um uso ativo da ordem sexual existente” (PISCITELLI, 2005, P. 14). Nessa perspectiva, mais do que colocar a mulher em uma das extremidades da polaridade, conhece-se a possibilidade de diferentes deslocamentos a partir de suas experiências e das relações de poder que as envolve, e o sexo

[...] é visto como uma tática cultural que pode tanto desestabilizar o poder masculino como reforçá-lo. As práticas de prostituição, tais como outra forma de mercantilização e consumo, devem ser lidas de maneiras mais complexas que apenas uma confirmação da dominação masculina: em certas circunstâncias, elas podem ser espaços de resistência e de subversão cultural (PISCITELLI, 2005, p. 14).

Rubin (2003), ao estudar sobre o sexo e o gênero problematiza o modo como essa relação é cristalizada com base na heteronormatividade. Para a autora, a experiência sexual das mulheres tem sido regulada e essencializada, principalmente diante do lugar enquadrado e punitivo que o sexo passou a ser colocado, controlado formal e informalmente pela experiência do casamento, do amor ideal, da reprodução. O recorte de gênero é uma potente lente de análise e reflexão, contribuindo para o tensionamento dos padrões normativos, dando visibilidade às formas de diversidade sexual que se inscrevem cotidianamente, e que, a exemplo da prostituição, são percebidos como transgressivos, diferentes e “anormais” (COELHO, 2009).

O gênero mais do que uma categoria, um conceito fechado em uma definição, é uma perspectiva de análise por apontar para o encontro de diferentes jogos de poder, de diferentes papéis e representações e de diferentes arranjos teóricos. Ele se organiza nas interações sociais, não sendo por isso “um atributo individual, mas uma forma de dar sentido às transações: ele não existe nas pessoas mas sim nas relações sociais” (NOGUEIRA 2001, p. 21). O gênero assim constitui-se como uma construção social, que a partir de um sistema de significados vai dizendo dos lugares e diferenças entre os sexos, regulando os corpos e a forma como se estabelecem as relações de poder em níveis sociais, interpessoais e individuais (NOGUEIRA, 2001).

Se as primeiras gerações de feministas tinham como base a noção de pluralidade da mulher – investigando suas condições sociais, as questões da divisão sexual do trabalho e as formas de exclusão – hoje as questões sobre o gênero giram em torno dos processos de subjetivação construídos na lógica heteronormativa da sexualidade e dos papéis de gêneros (BEIRAS, NUERNBERG, ADRIÃO, 2012). Os discursos de gênero envolvem os pensamentos, sentimentos e as posturas das pessoas, alimentando as concepções de educação, família, trabalho, relacionamentos amorosos e se postulam na essencialização das diferenças e

polarização existente entre o homem e a mulher, o masculino e o feminino, bem como o hetero e o homossexual (NOGUEIRA, 2001).

Rubin (2003) compreende o sexo como político, possuindo correlação com as disputas sobre o comportamento humano, sobre as morais e normas sociais. A sexualidade, o corpo, o prazer, o erótico, o toque transitam pelo saber biomédico, educacional, religioso, familiar, jurídico, policial e desdobram-se em verdades e padrões. Mais uma vez, tal questão nos remete a pensar o papel que a mulher tem ocupado, diante desta cultura machista e sexista, onde ainda são destinadas tarefas relacionadas ao cuidado, legitimando-se estereótipos de autosacrificadas, submissas sexuais e a representação da mulher rica é oposta à imagem de promiscua e marginal da mulher pobre.

Tais estereótipos buscam negar o papel histórico da mulher e sua participação na vida política e dos movimentos sociais, regulando o exercício da sexualidade, naturalizando situações de agressão e fatalismo nas relações domésticas e comunitárias e reprimindo a autonomia do corpo (SANTOS; IZULMINO, 2005). Ampliando para a realidade de tantas outras mulheres, podemos reconhecer inúmeras conquistas do movimento feminista no que diz respeito à garantia de direitos das mulheres, contudo a agenda específica destas está longe de se esgotar, desafiando o feminismo diante da preocupação com a desigualdade de gênero, o enfrentamento e superação da opressão feminina. É no movimento entre as determinações socioestruturais, as conquistas culturais e as iniciativas dos indivíduos em sua singularidade que se definem formas de ser e agir quanto às relações de gênero. Dessa forma, vão sendo historicamente construídos e redefinidos papéis que mulheres e homens assumem na sociedade – no que tange à vivência da sexualidade, os padrões morais ainda demarcam ao contexto privado a vivência feminina e ao público o masculino (PIMENTEL, 2011).

Desse modo, ao falar de gênero estamos falando de performance, do modo como o gênero é feito, do modo como são criados certos lugares que, como personagens, tem características, falas, posturas, trejeitos, roupas, estéticas que lhe são muito bem definidas. O gênero inunda as experiências, construindo ou fazendo essas diferenças. Sobre isso, Nogueira (2001, p. 242) pontua que

As mulheres são diferentes, por virtude de serem mulheres, mas paradoxalmente isso não é porque são mulheres. As exigências dos contextos sociais constituem os primeiros determinantes do comportamento de forma generizada, sendo que esse processo torna-se tão familiar que acaba por ser experienciado como uma parte da maneira de ser.

Essa maneira de ser homem ou de ser mulher que compreendemos hoje apresentou, e apresenta, uma série de mudanças ao longo das gerações e das culturais em que estamos

inseridos. Contudo, Branco (2008) aponta que o gênero pode ser uma categoria analítica mais potente quando se deixa de querer identificar os conjuntos de papéis para os homens ou para as mulheres e amplia a perspectiva para pensar os modos como as masculinidades e feminilidades são construídas, pensando também o que envolve as escolhas e anulações que envolvem sua sustentação.

Essas questões são tão complexas que as entrevistadas ao falarem das preferências dos clientes ou curiosidades do programa diziam-se horrorizadas quando eles pediam penetração ou para “ser a mulher na cama”. Bia em certo encontro lembrou, *“ele era um cliente conhecido, era doutor, de bigode e tudo, e quando as mulheres chegavam lá tava o homi de lingerie vermelha, salta e pedindo que enfisse o troço, é muita baitolagem mesmo”* (DC 7, 13/09/2013). Se de um lado elas quebram rótulos e lugares pré-estabelecidos, ainda não se desprenderam de formas rígidas e normativas da expressão da diversidade de sexualidades, e também reproduzem tais esteriótipos.

As prostitutas também aprenderam maneiras de ser e estar socialmente, e constroem critérios, limites, modos de vivenciarem suas sexualidades. Contudo, suas marcas ultrapassam as experiências privadas, como os casos de seus clientes, e ocupam o público. A opressão, o estigma e as desigualdades reexistem e precisam ser compreendidas a partir da configuração micro e macrossocial de poder permeados pelo patriarcado, que se amplia para a percepção dos corpos e das sexualidades (BEIRAS, NUERNBERG, ADRIÃO, 2012).

Especialmente, as vivências das prostitutas, assim como de dançarinas e modelos pornográficos, das transexuais, dos travestis, dentre outros, são marcadas por um lugar negativo, estigmatizado e socialmente marginal. Goffman (2008) define o estigma como identidades deterioradas por uma ação social, representando algo que precisa ser evitado dentro de uma sociedade por ser significado como um desvio, um erro, uma negação da ordem social. Esse termo se referiria assim a um atributo depreciativo, que foge do dito normal, estando o processo de estigmatização diretamente relacionado a estereótipos de diferentes tipos. Nati, percebe esse estigma no dia-a-dia de toda mulher,

Simplemente, eles não perguntam, não quer nem saber se você vem do trabalho, ou vem do banco. Eles viram e pergunta, quanto é? O que? Qual o seu trabalho? Não meu amor eu venho do banco, ele diz, oh desculpa, eu achava que você era uma menina do trabalho. Por que? Porque se a mulher coloca uma saia curta e for para beira mar já é uma prostituta, se colocar um salto é prostituta. Se a mulher colocar uma maquiagem mais pesada, é prostituta. E se prostituta, pode. É phoda! (NATI, E2, 06/12/2013).

A postura de Luana citada anteriormente “assustou” a agente de saúde porque saiu do esteriótipo da prostituição forçada, como se a prostituta fosse obrigada a estar na batalha –

essa discussão é basilar na problematização da imigração para fins de prostituição, onde diferencia-se a prostituição voluntária de uma possível situação de tráfico de seres humanos (JULIANO, 2005; PISCITELLI, 2005). Sobre esse aspecto, Raquel disse que teve uma discussão com um cliente que queria que ela assumisse ser triste,

Ele olhou para mim e disse: “ei, vc tá triste”. E eu disse, “não, eu não tô”. Ai ele disse, “você faz isso porque você precisa, né?”. E eu, “Não, é mentira”. Ai ele audacioso disse, “Você não gosta”. E eu, “nam, Eu gosto!”. Isso é mentira porque a mulher que não gosta de uma situação dessa ela vai fazer qualquer coisa, vai vai lá, se não tiver como conseguir um emprego melhor ela vai procurar uma lavagem de roupa, vai fazer uma faxina, enfim, tem muitas outras coisas. Uma mulher quando entra em uma situação dessa aqui, de alguma forma ela gosta (RAQUEL, E2, 14/10/2013).

Raquel acredita que existe um comodismo por estar na prostituição e que ela percebe que sempre que passa por aperto financeiro retorna para batalha, porém isso em momento algum anula sua escolha e os pesos dela, “*o chato é ficar sendo julgada e ter que justificar, aí, aí, e perceber alguém como peninha. Quero pena não, quero é seu dinheiro, guabiru*”, disse rindo.

Para Juliano (2005), a ideologia patriarcal estabelece uma divisão entre as prostitutas e as demais mulheres, onde as prostitutas ao ganharem o rótulo de puta já são colocadas em um não-lugar da mulher. Para Mayorga (2011), o fato da experiência das prostitutas ser percebida de maneira moralizante, representando-as como desviantes, e quase que patologicamente, nega a natureza feminina. O estigma da puta (PHETERSON, 1996) demarca o lugar de indecente, de promiscua, de impura, de alegre, de quem saber viver, e para a autora a sexualidade está na centralidade deste debate, visto que “se apresenta como um dos principais focos dos dispositivos de controle social que têm reservado e designado às mulheres lugares e papéis específicos” (MAYORGA, 2011, p. 328).

O estigma de puta recai sobre toda e qualquer mulher que vivencie sua sexualidade fora dos padrões – aprendemos a ser mulher tradicionalmente, uma mulher de bem, a partir do que não devemos transgredir, o nosso limite de uma determinada liberdade sexual é não ser puta! – Raquel, que dizia sentir-se mais mulher quando subia em um palco e fazia “um stripper gostoso” é a mesma mulher que sente-se indecente por achar que passa dos limites. Sobre essas polaridades, Raquel as explicita bem quando eu pergunto quais imagens, quais elementos ela utilizaria para representá-la e ela responde

Raquel é vaidosa, Raquel gosta de se arrumar, gosta de ser exibida, até. Agora, Monica é tranquila, é tímida, so poucas pessoas conhecem a Mônica. Raquel é grossa, as vezes mal educada e ela tem que ser, porque se não, não tem, não tem como... A Raquel é de tudo um pouco. Dependendo da

situação... tem que ser, tem que ser tudo isso, dependendo da pessoa que ta ali no momento, se o homem for mal educado, tenho que ser mal educada também. Se for grosso, eu tenho que mostrar que não tenho medo dele, tenho que ser grossa com ele também. Então, vai de quem estar ao meu lado no momento. Mônica surge ... a Mônica surge quando eu vou deitar, quando eu pego um livro para ler, quando eu saio para resolver alguma coisa (RAQUEL, E1, 1/10/2013).

Raquel surge como a personagem de luta, que assume as dificuldades, busca garantir a vida e obrigatoriamente assume no âmbito social essa escolha por trabalhar e ser autônoma. Diante de premissas como o que tem a ver com minha vida? Quem vai pagar minhas contas? Tenho que sustentar minha família! Ela defende a batalha e vai criando uma série de justificativas e contra-argumentos, que como problematiza Olivar (2012), vem afirmar uma auto-imagem positiva pelo fato de ser economicamente ativa, ser de fibra, de garra. Raquel orgulha-se por criar estratégias em meio a suas adversidades, contudo diante da vivência em uma sociedade que também a molda, sua construção se dá marcada por essa ambiguidade: é sustento, é uma postura ativa, dá prazer, faz sentir bem, mas “é errado”. O autor continua seu pensamento e aponta que mesmo transgredindo o que tange o fato de assumir o espaço público e ser trabalhadora, ela continua representando a puta e toda a negatividade que envolve o termo. Contudo, ser puta é uma coisa que as mulheres entrevistadas não aceitam ser chamadas. Raquel era muito enfática,

[...] acho que profissionais do sexo... prostituta, eu nunca assim, não me ofende em nenhum sentido. As pessoas enfeitam, ne? Garota de programa, profissionais do sexo, tudo um enfeite. Puta me incomoda, porque assim, puta pode ser qualquer coisa. Não sei se você já teve que parar em uma churrascaria e tem vezes que você vê duas garotas sentam e ficam esperando que os homens paguem mais. Para mim essas que são as putas que se vendem por um copo de cerveja (RAQUEL, E1, 01/10/2013).

Essa expressão “puta é quem dá de graça por uma cerveja” é exatamente a frase que já tinha ouvido algumas vezes em Salvador diante de uma negação ao termo puta. Puta é exatamente o lugar prosímico e pejorativo que a mulher é ofendida. Ser prostituta para Raquel é um trabalho, é seu sustento, é onde ela socializa, e o puta reduz isso à um termo que desrespeita sua luta enquanto mulher. Para Nati, puta e vagabunda são palavras fortes, feias e preconceituosas, porém trazem a mesma carga pejorativa que qualquer outro termo, por conta do lugar que é ocupado:

Eu acho que, eu acho que profissionais do sexo é a mesma coisa de ser chamada puta. Só, só, só o que mudou ali só a classe social da palavra. Só o que mudou ali foi, suponhamos que de puta pra garotas profissionais ou meninas da noite, ou garotas de companhia, só muda mesmo o nome. Mas é a mesma coisa. É a mesma profissão, fazem o mesmo trabalho... Quer dizer, pra mim é a mesma coisa, so muda o nome, que o palavriado, o palavriado puta, vagabunda é muito feio, então quer dizer inventa

outro nome, garota de companhia, companhia da noite, profissionais da noite, profissionais de casa de massagem, a mesma coisa, não muda nada. Sempre vão trabalhar com a mesma coisa que você tem dentro das pernas, com a mesma boca, com a mesma mão e com aquela mesma coisa ali, a mesma coisa. Mesma coisa, sempre é por dinheiro. Não muda nada (Nati, 06/12/2013).

Para ela, a puta é sempre puta, porém muitas casadas não percebem que são putas quando aceitam apanhar dos maridos, serem traídas, aguentarem um casamento por conta do dinheiro. Contudo, se usa puta ou vagabunda para ofender e atacar as prostitutas. Olivar (2012) destaca que é o estigma da puta que , é uma “enquanto categoria moral de gênero, que mobiliza e justifica todas as formas de discriminação e violência contra as prostitutas” (p. 99). Sendo prostituta ou não, assumir o estigma de puta (devassa, erótica, petiguete, quenga, etc) coloca a mulher em um lugar de negação de direitos e manutenção de violências – ser excluída, humilhada, agredida, estuprada. E quanto casos não já ouvimos em que justifica-se ser puta, prostituta, fácil... facilitou, quis, facilitou, provocou. E até quando?

Olivar (2012) destaca que no nosso contexto latino-americano, em especial no Brasil, a Puta é um termo abolido, quase proibido, e que era interessante o modo como o termo Puta sempre foi dito por Gabriela Leita, em tom provocativo, fazendo questão de passar longe da moral. O autor destaca uma publicação de Gabriela no Jornal Beijo da Rua (2002), onde na coluna Sem vergonha de ser puta, Gabriela dizia:

Sintam que palavra linda, sonora é importante. Puta, que é o nome da nossa atividade e também um grande palavrão, uma grande ofensa. [...] Quer dizer também que nossos filhos são nada mais, nada menos, que filhos da puta. Percebem? Nossos filhos nunca, se assumirmos nossa identidade, se sentirão ofendidos se forem chamados de filhos da puta. E um dia, que tenho certeza chegará, ser filho da puta haverá de ser um elogio e não uma ofensa. Mas isso depende de nós, putas. Se continuarmos a ter vergonha de ser chamadas de putas e continuarmos a inventar nomes babacas para a nossa atividade profissional, não só os nossos filhos continuarão a ter vergonha de nós, como o preconceito em relação ao que fazemos continuará forte (LEITE, 2002).

Nas vezes que ouvi Gabriela falar em palestras era notório como ela falava o P-U-T-A de boa cheia, nunca teve vergonha, receio. Para ela essa reafirmação era um modo de construir uma identidade coletiva e desconstruir o estigma e a marginalização. Desde 2004, no Planejamento estratégico da Rede Nacional de Profissionais do sexo Gabriela Leite e outras mulheres propuserem, e hoje tem sido resgatado, o termo prostituta, por “entenderem que a terminologia adotada [*profissional do sexo*], de certa forma, acaba por mascarar antes que enfrentar, o estigma que sempre perpassou a prostituição” (RODRIGUES, 2009, p. 69). Dessa forma, e acredita-se que resgatar essa denominação é uma forma de confrontar diretamente a discriminação e o preconceito e de fugir do eufemismo e do preconceito da vivência na

prostituição, pois, de acordo com as análises de Olivar (2012) sobre o movimento de prostitutas essa seria um modo radical de construir a prostituta como um sujeito identitário e político de luta pela garantia dos direitos. Como podem perceber, aqui também utilizo este termo, pois acredito que dar visibilidade e problematizar esse lugar de prostituta é uma potente estratégia de desnaturalizações, desvitimização, estranhamentos, reflexões.

Olivar (2012) ao pensar sobre a perspectiva laboral de análise da prostituição acredita que para além da garantir de direitos ou da tentativa da criação de uma categoria profissional é preciso mais para desconstruir o estigma de puta. Pois se não for central o discurso de entender a prostituição “enquanto direito sexual, que dialogue e se some às lutas por direitos fundamentais e por direitos laborais”, pode-se reproduzir uma lógica que cria condicionalidades para sua aceitação: se for sustento e sacrifício seria trabalho, contudo se “vulgaridade ou putaria” já não haveria tolerância. .

Assim, finalizo este tópico reafirmando a pluralidade que a palavra prostituição suscita, diante dos diferentes tipos de relações, lugares sociais, formas, sentidos... Ainda que socialmente tenha um significado e um estigma muito bem demarcado, as diferentes perspectivas teóricas aqui citadas e os diversos posicionamentos das mulheres investigadas nos ajudam no exercício de ampliar as lentes de análise e não cair na comodidade de uma pseudo-compreensão totalizadora.

Acredito ter sido importante neste primeiro momento ter trabalhado os significados teórico-jurídicos da prostituição e alguns elementos de gênero que complexificam seu entendimento: o encontro das questões laborais e das configurações de um programa com as trocas corporais, afetivas e sexuais são fundamentais para desnaturalizar e ampliar as compreensões. De algum modo, muitos dos elementos aqui discutidos são compartilhados no mais diferentes contextos prostitucionais. Contudo, no exercício de interseccionar (NOGUEIRA, 2013) categorias e compreensões é preciso entender a prostituição também na sua relação com aspectos de classe, de geração, de etnia, de sexualidade, bem como com as especificidades do território e dos modos de vida vivenciados.

A intersseccionalidade é um conceito apresentado pelas novas correntes dos feminismos e comprometido com a anti-essencialização da experiência das mulheres, reconhecendo “a diferença e a diversidade entre as mulheres” (BRANCO, 2008, p.110). Abandona-se uma visão das mulheres como um grupo homogêneo, generalizado, e passa-se a considerar as problemáticas e histórias de diferentes grupos, premissa que possibilita problematizar “os porquês” de algumas mulheres serem marginalizadas e estigmatiza e outras gozarem de benefícios e direitos.

Para Nogueira (2013), interseccionar categorias assim dá visibilidade às desigualdades, inclusive as desigualdades e diferenças presentes no próprio gênero feminino, apontando que o conceito de gênero por si só não abarca problematizar e pensar a complexidade das questões da vivência em sociedade. As categorias deixam de serem vistas de modo estanque e as opressões e privilégios emergiriam assim das combinações desses marcadores sociais. Estuda-se gênero, mas esse gênero ele é assentado em uma cor, uma geração, uma classe social, e dessa forma estudar a prostituição feminina ganha potência quando investigamos também o local, o singular, o cotidiano de vida, trabalho e socialização destas mulheres.

5.4 Os Modos de vida das prostitutas

No dia-a-dia de trabalho e de vida, essas mulheres constroem histórias e constroem-se enquanto prostitutas e moradoras da Barra do Ceará, transformando-se, e dialeticamente transformando a Barra ao atribuir seus ritmos e significações sobre lugar. Nesse sentido, foi um desafio encontrar com essas mulheres para além da prostituição, visto que seus cotidianos estavam engendrados com as dinâmicas cotidianas das zonas, e ao falar de si falavam da zona, tendo uma dificuldade grande de pensar em si para além do papel de prostituta. E teriam como desassociar?

Criticamente, a utilização de lentes feministas de análise possibilita uma oposição aos rótulos e estigmas: o que envolve ser prostituta? Até onde e como uma prostituta pode ir? Como se percebem? O lugar de prostituta intersecta uma série de desigualdades de poder e experiências de preconceito e de resistências. Nesse sentido, a análise interseccional resiste às essencializações (NOGUEIRA, 2013), ao capturar de forma multidimensional as compreensões sobre a prostituição, as diferentes formas de discriminação, opressão, violências. Fugindo de definições prontas e ingênuas, dialoga com diversos marcadores sociais para uma melhor compreensão das questões de gênero, aprofundando assim as problematizações e reflexões sobre as experiências das entrevistadas na prostituição e nas significações que fazem sobre os episódios ou redes de violência.

Abordar a categoria modos de vida é problematizar o encontro da atividade com o lugar, mas também, compreender os sentimentos, as concepções de si, de comunidade e de mundo que surgem, os modos de vinculação e os elementos cotidianos. Esse é um exercício de singularizar o que em muitos casos é percebido ou analisado de maneira generalizada,

reconhecendo “o lugar de fala de cada uma delas ou as relações de poder que marcam possibilidades e impossibilidades de apropriação de determinados recursos materiais e simbólicos” (MAYORGA, COURA, MIRALES, CUNHA, 2013, p. 465).

A descrição e o estudo dos modos de vida foi proposto considerando a potência analítica de uma compreensão histórica e política dos atravessamentos das dinâmicas comunitárias e prostitucionais no cotidiano destas mulheres. Santos (1997) compreende que a relação estabelecida entre o ser humano e o território desdobra-se em impactos os modos de percepção e estar no mundo, sendo desse modo território um conceito fundamental neste processo. Os códigos e regras da atividade e do território compartilhados, as relações entre as pessoas que circulam pelos espaços, as outras atividades que permeiam a prostituição e a dinâmica local do território, características que marcam as zonas de prostituição, acabam por também os processos de significação e conceituação da realidade e conseqüentemente os modos de viver de quem exerce a atividade.

A Psicologia Comunitária entende o modo de vida (objetivo e subjetivo), como condição para a construção sócio psicológica, abarcando o “sistema de relações e representações, modo de apropriação do espaço da comunidade, a identidade pessoal e social, a consciência” (GÓIS, 2003, p. 19). Mais do que estudar padrões comportamentais ou formas de relações, compreender os modos de vida envolve uma aproximação e o entendimento “de suas condições de vida, das escolhas e condutas que adotam e dos conceitos compartilhados como forma de manifestação dos processos adaptativos e de resistência às situações de vida” (CIDADE, 2012, p. 68).

A partir das análises feitas, os elementos que compõe os modos de vida agrupam-se em alguns grandes eixos: o cotidiano de vida, que envolve as atividades desenvolvidas, a participação em grupos e espaços comunitários, as pessoas de referência e as relações comunitárias, os relacionamentos amorosos, a criação de filhos, o lazer e a diversão, as formas de cuidado e o acesso à saúde e à educação. Destaca-se ao pensar o cotidiano a presença de pessoas, instituições e grupos como apoio social. Também aparecem como relacionados com os modos de vida a vivência em condições de pobreza e as representações sobre a violência na Barra do Ceará.

5.4.1 O cotidiano de vida das prostitutas

A primeira reação das mulheres quando as perguntava “como é seu dia-a-dia? O que costuma fazer, aonde vai, poderia contar um pouco sobre isso?” era uma pausa, uma expressão de incompreensão, quase de desdém, eu lia algo como “oxe, que pergunta é essa? Para que ela quer saber isso? Que besteira!”. Essa era uma das primeiras perguntas que eu as fazia durante a entrevista e ficava evidente como falar de si e sobre suas vidas era algo novo, tanto pelo fato de ter alguém que pergunte, como necessidade delas pararem para pensar e recapitular o que faziam, com quem estavam, etc. Todas as entrevistadas respondiam que a prostituição é a atividade principal de fonte de renda, de interação e de vinculação. É nesse espaço que elas trabalham e que mantêm suas principais relações, fazendo do ponto de programa um lugar, preenchendo a vida cotidiana com as relações estabelecidas ali. Raquel representa bem isso quando diz

Bom, dia a dia, pelo menos o meu é assim. Eu demoro mais tempo aqui do que em casa. Por exemplo, tem mais de 2, 3, mais de 2 meses que eu tô aqui e não vou em casa. E meu convívio é com as garotas da casa, é eu saíu mto pouco, por opção mesmo... (RAQUEL, E1, 1/10/2013).

Ainda que não reconheça na casa de massagem sua casa, reservando esse título a residência da família de origem, revela que é neste lugar que passa a maior parte dos seus dias. Quando Raquel diz que “*demoro mais aqui do que em casa*”, entendo como se o dia-a-dia dela ficasse restringido realmente ao que acontece na casa de massagem e acaba sendo assim para ela e para quase todas as entrevistadas. Seus dias se organizam a partir do trabalho na zona, acordam, se alimentam e em pouco tempo começam a se preparar para a batalha novamente, pouco circulando pelo bairro, não tendo efetivamente outras atividades para desempenhar fora da casa – lá dentro, ajudam na organização do espaço, revezam na compra de algum material ou alimento coletivo, comercializam produtos de revistas, revendem roupas íntimas, fazem esquema para compra de drogas, e esporadicamente deslocam-se para as casas de familiares. No caso de Raquel, praticamente não existe atividades de lazer, “*só saiu daqui forçada quando elas me levam para o Albertus*” (RAQUEL, E1, 01/10/2013) – fato que será aprofundado quando falarmos da dinâmica do bairro, fato que amedronta a mulher. Luana revela que

Assim, eu fico aqui o dia todo, não estudo, não tenho outro trabalho, minhas filha ficam com minha mãe...que eu faço? Fico aqui mais de boa, me preparando para quando o bar abre. Xô ver... No meu caso, como ajudo o dono com as coisas, recebo os fornecedores, ligo para alguém consertar algo, agilizo para as meninas se prontarem. A única coisa que faço assim é ir na praia as vezes fim de semana, porque em termos de curtidão eu já curto aqui mesmo (risos)... (LUANA, DC 26, 29/10/2013).

Luana explicita e reafirma a prostituição como seu trabalho, não tendo outros compromissos ou perspectivas. Praticamente organiza todo o dia a partir da dinâmica dos bares e casas, tendo uma carga horária de trabalho superior a 10 horas, principalmente nos fins de semana. Nenhuma das entrevistadas completou o ensino médio e não estão matriculadas em escolas, como dizia Lú, “*ou estudava ou trabalhava, e não tinha essa coisa de estudar, nunca fui atrás, e depois que me criei na vida não tenho mais saco, e quer saber? Vou estudar pra quê?*” (LU, DC 12, 18/07/2013).

As mulheres entrevistadas, assim como grande parte da população adulta e pobre do nosso país, por conta de um contato diário com carências materiais passou a realizar trabalhos braçais em detrimento a atividades consideradas intelectuais. De acordo com Cidade (2012), pouco a pouco o trabalho passa a concorrer com as atividades escolares e de qualificação profissionais. Como consequência a autora aponta uma inserção em ocupações consideradas subalternas no mercado de trabalho. Cidade (2012) problematizou essa questão em sua pesquisa sobre os modos de vida da juventude pobre em Fortaleza/CE, apontando para a forma como os modos de vida relacionam-se com aspectos econômicos, sociais e culturais que dialogam com os sentidos construídos, sendo tentativas de adaptação e resistência às condições materiais de vida, às normas, aos valores, etc.

Na fala de Luana destaca-se a associação do trabalho na prostituição a momentos de lazer, já que, segundo ela é onde dança, bebe, se diverte e curte com as outras colegas – por trabalhar em um ambiente de forte interação e de clima mais festivo e de sedução, sempre com a presença de música e bebidas, possibilita e favorece momentos divertidos, ainda que exija delas uma entrega e grande envolvimento. Luana escolheu como objeto gerador um lugar, no caso seu lugar de trabalho.

Figura 12: Objeto Gerador. O ponto de Luana.



Fonte: Google Maps.

Lugar que possibilita a vivência desse prazer, onde ultimamente tem organizado a sua vida. Sobre a dança, em todos os locais encontramos a máquina *jurebox* e/ou rádio, bem como palcos para *striper* e *poledance*, e essa é uma atividade de muito prazer e realização para elas, principalmente para Ana e Raquel que trazem a dança como uma das coisas que mais lhe dão prazer na prostituição, as fazendo muito bem e elevando sua autoestima. Outra imagem que representa o objeto gerador de Raquel é o palco.

Figura 13: Objeto Gerador. O palco da performance.



Fonte: Arquivo pessoal.

Sobre esse prazer e realização com a dança, é neste palco de *striper* e vestida apenas com um salto que Raquel gosta de estar como podemos ver na fotografia dos objetos geradores escolhidos por ela para representar seu cotidiano na prostituição. No período que estive em campo, pude perceber o movimento sempre muito intenso e é possível ouvir música em qualquer horário, sempre muito forró e seresta, tendo volta e meia alguém dançando na porta dos bares.

Bia também verbaliza que sua vida está focada no cuidado da casa de massagem e do Terreiro de Umbanda, fazendo com que ela estabeleça aqui suas relações, parcerias e atividades. No mesmo terreno do terreiro está sua casa, onde moram seu esposo, suas filhas, sobrinhas e um neto. Aos fundos do terreno está o terreiro, um lugar cuidadosamente organizado e que sempre tem muitas pessoas arrumando e preparando o espaço para as sessões. Como dona da casa de massagem, passa um bom tempo atenta as coisas que acontecem, estando presente praticamente enquanto o espaço está aberto. Para representar o

viver na Barra e na prostituição, ela me levou ao seu cantinho especial, permitindo uma fotografia,

Figura 14: Objeto Gerador: Altar para pomba-gira.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Bia escolheu essa representação por acreditar que deve a ela o fato de ter saído da prostituição, enquanto prostituta, para dedicar-se à religião, e também acredita ser por conta dela ter a missão de se organizar uma casa de prostituição para garantir uma vida melhor para as mulheres. A umbanda surgiu para Bia como uma forma de apoio social, especificamente, um apoio religioso, envolvendo a respostas por suas inquietações a respeito de questões existenciais, no que diz respeito à espiritualidade, e envolvendo também um comprometimento com um sistema de códigos e rituais, que é a religião (VALLA, 2002), sendo também uma função de integração e regulação social (STROPPIA; MOREIRA-ALMEIDA, 2008).

Diferente das demais mulheres, Nati tem outra relação com a Barra. Ela vive aqui há muitos anos e seu ponto de prostituição é a praia de Iracema, outro bairro da cidade. Isso faz com que assuma na Barra apenas o papel de moradora, possibilitando uma circulação e participação maior em espaços do local. Nati revela que *“nas horas vagas, no meu dia a dia, vou caminhar na praia, sempre as tardinhas, pra melhorar mais o estresse... do dia a dia, né? E final de semana eu gosto muito de... sair com a minha família e amigas”* (NATI, E2, 6/12/2013). Seu dia-a-dia não está associado ao cotidiano da batalha, visto seu local de batalha ser diferente de onde mora e passa seus dias. Assim, organiza seu dia de maneira diferente, tendo uma vida comunitária (GÓIS, 2003) mais enraizada, fazendo uso do posto de saúde da comunidade, participando de atividades abertas no CUCA-Barra, tendo parentes e amigos no bairro em que ela frequenta a casa, compartilhando a criação dos 3 filhos.

Sobre isso ela diz, *“o meu dia-a-dia já é um pouco mais diferente, porque, três filhos né fácil, né? Tenho que manter a casa, três filhos. Tenho que manter o papel de mãe, pai”* (NATI, E2, 0/12/2013). Ela cuida e mantém a casa só, fato que exige uma atenção e cuidado maior à dinâmica de sua casa, por esse motivo frequenta a escola dos mesmos e costuma ir a praia nos fins de semana para divertir-se, diferente das outras mulheres que pouco saem das casas, exceto para pagar contas e comprar comida. No processo de separação, ficou com a criação dos filhos e depende da irmã e de uma cuidadora para deixar os filhos a noite durante o tempo que trabalha.

Sobre a fala inicial de Raquel, onde ela dizia *“meu convívio é mais com as garotas aqui da casa”*, é possível perceber que é neste lugar que estão suas relações mais fortalecidas onde partilham as experiências vividas, os desejos e planos, nos revelando que além de uma prática comercial há uma trama que entre interações e mediações constrói sentidos, significados e sentimentos. Ainda que comumente se escute algo que Nati revela enfaticamente *“conheci muitas pessoas boas na vida da prostituição. Tem pessoas boas? Tem! Tem pessoas humanas? Tem. Também tem pessoas que não valem NADA. Tem também”* (NATI, E1, 01/12/2013), é com as demais prostitutas que elas contam e compartilham seus momentos, tendo uma relação bastante franca onde não há necessidade de esconder suas histórias.

Essa relação é estabelecida com base em alguns (des)limites, sobretudo nas disputas pelas relações de poder na dinâmica dos programas, que, segundo Nati, é estabelecida por um critério básico *“As mais veteranas tem esse poder, as novatas quando chegam elas não tem domínio”* (*idem*). Ela conta que esse início em uma zona é marcado por constantes tensionamentos no que diz respeito ao valor que é cobrado por programa, os clientes que a mulher pode ou não se envolver e até mesmo a liberação ou não de ficar com presentes recebidos, *“por mais que ela não tivesse ali, e você falasse eu fico com você por 100, e depois ele chegasse nela ou alguém ouvisse e contasse para ela, ela já ia tentar de corrigir ou te dá uma belas de umas bofetadas”* (NATI, E2, 06/12/2013).

Nati diz que progressivamente, quando são feitos vínculos e estabelecido parcerias, é possível conquistar espaço e essa situação de vigília também é reduzido. Contudo, pode-se perceber algumas das formas como a violência passa a ser reguladora das relações e das formas como elas se comportam na zona.

Lú também tem sua vida organizada a partir da dinâmica do bar, já que está vivendo ali a mais de 10 anos (desde que sua mãe faleceu mudou-se para o estabelecimento de Ana), e considera ter uma grande consideração por Irene, agente de saúde do território, pela costureira e o entregador de bebidas, pessoas com quem conversa sobre a rua, sobre a cidade e sobre si,

destacando que “*eles me dão conselho para eu parar de beber, ir em casa*” (LÚ, DC 12, 18/07/2013).

Figura 15: O ponto de Lú.



Fonte: Google Maps.

Quando perguntei que objeto ou imagem representaria sua vivência na prostituição ela fez um movimento apontando para o nosso redor (este lugar na fotografia), no caso a imagem da calçada, onde nas cadeiras de plástico ela fica sentada todos os dias tomando sua cerveja gelada. É aqui que trabalha, socializa, ver a vida passar e onde diz gostar de estar¹⁹.

E ainda que outras pessoas circulem pelas ruas onde os pontos de programa estão instalados, e mesmo em casos como os de Ana e Bia que estão na Barra por mais de 20 anos, são com os frequentadores e trabalhadores das zonas que são estabelecidas as relações mais profundas. Ainda que estejam em um mesmo território e elas reconheçam e sejam reconhecidas por moradores da Barra existe um distanciamento muito bem demarcado, fazendo com que sejam restritos realmente à zona os espaços e vínculos de interação.

As pessoas de referência assim comumente são consideradas as próprias colegas de profissão e no caso de Raquel é destacada a influência de Bia em sua vida, “*ela é minha patroa, mas também é minha mãe de santo e quem me dá uns conselhos, rrsrrs*” (RAQUEL, DC 13, 22/07/2013). Raquel também participa das atividades do terreiro de umbanda de Bia, e tem no terreiro um lugar de referência e apoio, lugar esse onde ela sente-se bem por não precisar negar, nem justificar nada para ninguém “*todo mundo sabe que eu sou puta e*

¹⁹ Na imagem representada aqui, evitei colocar uma foto real porque sempre tinha muitos clientes ao redor, tendo preferido retirar da internet a imagem para garantir a representação e o anonimato dos clientes e das mulheres que não participam desta pesquisa. A imagem em questão é da frente do bar da boa, um dos pontos desta pesquisa.

ninguém me julga, não me olha estranho. Isso é ótimo! Por isso também fico mais a vontade aqui” (RAQUEL, E2, 14/10/13), dizia ela em comparação com sua casa, onde fica se controlando para não falar demais e expor sua vivência na prostituição. No terreiro, Raquel revela ter o cuidado que precisa, para o corpo e para alma através das rezas e banhos, pois constantemente a mulher apresenta crises de ansiedade e desenvolve sintomas de uma alergia emocional, ficando com as mãos em carne viva. Nesses rituais fortalece-se e encontra o apoio para regular suas emoções reorganizar sua vida (VALLA, 2002; STROPPIA; MOREIRA-ALMEIDA, 2008).

Lu ressalta a presença de Irene, a ACS do território, que efetivamente é a representação da única política pública que exerce algum tipo de apoio e presença na zona,

Irene é uma pessoa muito boa, sempre passa aqui para vê nois, para saber como a gente tá, para chamar para o posto, eu vou pouco, sabe? Não tenho coragem para fila e também não tenho nada sério, a caninha cura (risos longos). E ela vem, marca exame, quando eu faço ela traz o resultado, dá nossa vacina [contra hepatite e aplica os contraceptivos] (...) tem mais de 10 anos que eu conheço ela, sempre passando por aqui, toda rapidinha (LU, DC 12, 18/07/2013).

Irene compõe uma experiência muito importante e interesse da atuação de uma equipe do PSF. A equipe do posto Lineu Jucá cobre quase que 100% do território, desenvolvendo uma série de atividades de promoção e prevenção de saúde, dentre elas acompanhamento da zona de prostituição da Barra. Além de garantir o agendamento de consultas, bem como garantir a vacinação, eles desenvolveram durante alguns anos grupos de cuidado em duas casas de massagem e garantem, na figura de Irene, o acompanhamento domiciliar/comunitário na zona de prostituição.

A ESF configura-se como um apoio institucional da zona, intervindo de maneira formal no cotidiano das mulheres, garantindo uma prestação de serviço, de atendimentos e acolhimentos. Este apoio tem como maior desafio mobilizar o grupo e a comunidade para participação nas atividades por ele desenvolvida “facilitando a reflexão acerca das dificuldades do cotidiano, o fazer e o agir entram na roda, mobilizando a circulação de afetos, de desejos, de interesses e constituição dos vínculos” (BARROS; DIMENSTEIN, 2010, p. 7). A história da atuação local mobilizou a participação e articulação no que diz respeito às campanhas de epidemiologia, alguns grupos de conversa realizados, etc, contudo, um processo continuado não encontra eco em meio aos dilemas e prioridades das mulheres e uma aparente dificuldade de congregar interesses por parte dos planejamentos da política e o modo de organização das mulheres.

Durante o novo processo de territorialização da equipe a prefeitura de Fortaleza informou que por conta da continuidade do Projeto Vila do Mar II a área da praia, na Av.

Radialista José Lima Verde, que é exatamente o local onde ficam os bares e casas de prostituição, será desocupada para a continuidade da requalificação da orla e complemento do calçadão da nova orla. Por conta disso, essa área ficou descoberta da atenção do posto,

[...] como eles pretendem desocupar toooooo aquele pedaço, e pela quantidade de famílias que a gente já cobre, resolveram retirar aquela parte da área formal. Eles já tão sondando os donos das casas para comprar o terreno e fazer o restante do calçadão da praia, daí a gente já diminui um trabalhão para nós [...] ficou oficialmente fora, mas eu ainda vou passar por lá, mas Lorena é algo que pro posto não faz diferença, pois elas não vem muito no posto, entende? A gente marca e não vem (IRENE, E1, 05/11/2013).

Essa fala é extremamente importante revelando como o interesse econômico e político das gestões pode intervir de modo duro nas dinâmicas locais das cidades (MARADOLA; HOGAN, 2009). Ali, que é um lugar que faz parte da história e do cotidiano de uma série de pessoas será demolido sem muito diálogo com quem mora e trabalha no espaço, visto que esse não é um assunto de conhecimento formal das trabalhadoras da zona, por conta da especulação imobiliária. O resultado disso, é que diante de uma equipe reduzida para a demanda de um território considerado de risco, é a antecipação de uma decisão de redução da cobertura, corroborada pela dificuldade da equipe em garantir um modelo de atenção que fuja ao formato generalista das políticas públicas: pela complexidade das dinâmicas das zonas o formato de um acompanhamento necessitaria ser modificando, adequando aos itinerários construídos pelas mulheres e seus clientes. Por esse ponto ser extremamente relevante com o tema desta pesquisa, será retomado no capítulo sobre violências por reconhecer aqui uma forma de violência institucional sofrida por essas mulheres.

Ainda no que diz respeito a pessoas de referência para as participantes da pesquisa, Nati ressalta a presença do noivo italiano como um ponto de grande apoio, pois é a partir dessa relação que hoje ela diz ter uma tranquilidade financeira maior *“durmo bem, eu acordo, eu sei que tem comida dentro da minha casa, e financeiramente com comida era uma coisa que me preocupava muito, eu não me preocupo mais, a minha cabeça é tranquila em respeito disso”* (NATI, E1, 01/12/2013). O atual noivo era seu cliente e hoje mesmo morando na Itália mantém uma relação com Nati, garantindo o pagamento das contas fixas dela e proporcionando viagens para Itália – durante a realização da pesquisa Nati esteve três vezes na Itália.

Nati é moradora da vila Peri, um dos maiores bolsões de pobreza da Barra do Ceará e vivenciou uma série de situações de privação monetária, alimentar, educacional, por conta disso ter uma relação minimamente que garanta uma tranquilidade financeira aparentemente tranquiliza alguns dos seus maiores problemas. Fala-se de uma fonte de apoio não formal e

que se origina, na maioria das vezes, distante de modelos institucionalizados, se encontrando nas interlocuções comunitárias de vizinhança e de trabalho, onde a referência surge pela história e pela vinculação com a comunidade e/ou pessoas de referência, fomentando o fortalecimento dos sujeitos (GRIEEP, 2003).

5.4.2 As vivências em condições de pobreza

A pobreza é considerada neste estudo como um fenômeno social e histórico, relacionado aos processos de exclusão e desigualdade social (SAWAIA, 2009), que envolve a exposição dos sujeitos a situações de vulnerabilidade (MARADOLA; HOGAN, 2009). A partir de uma perspectiva multidimensional (SEN, 2010), reconhece-se que ela é dinâmica, complexa e constituída por aspectos sociais, culturais, políticos, materiais, monetários e simbólicos.

Quando perguntei a Raquel o que ela achava da Barra, ela verbalizou duas expressões que merecerão destaque. Primeiro, ela disse que *“aqui? É uma pobreza medonha, monte de favela, eu que não ando na parte da praia, favela, lixo, tudo sujo. Não vou lá, nem me pagando”* (RAQUEL, E2, 14/10/2013). Fiquei impactada, pois a rua da praia, que ela descreve desta forma, estava longe de ter tal característica por conta da beleza natural que é possível ser avistada.

Contudo, as impressões de Raquel ultrapassam uma bela visão que encanta uma estrangeira, quando ela define a Barra como uma pobreza medonha ela está se referindo ao encontro de uma série de condições capazes de gerar vulnerabilidades sociais, uma vez que expõe os sujeitos a uma série de limitações no acesso à moradia, saúde, educação, cultura, lazer, entre outros direitos básicos, assim como, os submete a um intenso sofrimento cotidiano em decorrência às diversas privações sociais e econômicas (MARADOLA; HOGAN, 2009).

Figura 16: A favela medonha de Raquel.



Fonte: Arquivo Pessoal

Reverendo fotos do campo, encontrei essa imagem do Morro do Santiago que traduz a compreensão de pobreza medonha de Raquel, sobretudo no trecho em que é possível ver muito lixo e entulho ocupando um terreno próximo às residências. Sobre a Barra, Irene lembra que

[...] quando a gente chegou ali, a gente nem tinha água, nem tinha luz, nem tinha asfalto (...) aos poucos foram chegando as coisas, hoje já tem energia, água, linhas de ônibus, já melhorou muito. É é um lugar tranquilo... eu a única coisa que eu num gosto daqui é o esgoto que não é todo tratado, tem muito lugar que ele corre ao céu aberto e num gosto também porque tudo é distante, mas hoje já melhorou porque antes era mais distante ainda (IRENE,E1, 05/11/2013).

O “distante” ressaltado por Irene pode ser considerado a distância das condições necessárias para uma vida digna e traduz a noção de pobreza medonha que Raquel expressou. A pobreza deve ser problematizada considerando sua implicação na constituição psíquica e material das pessoas, complexificando as questões que atravessam o cotidiano da baixa prostituição. Quando as mulheres relatam o afastamento do ambiente escolar, a restrição do território da barra como o espaço de circulação na cidade, falando da escasses de políticas públicas e é verbalizado a intervenção desleal do estado na desapropriação do local de trabalho percebemos os traços bem demarcados dos desdobramentos das vidas em condições de pobreza (NEPOMUCENO, 2013).

Para compreender adequadamente a pobreza, é preciso entender sua relação com o sistema capitalista e o modelo neoliberal de produção e exploração, relação essa que transforma tudo em mercadoria, desde a força de trabalho do sujeito, até os bens e serviços produzidos pela humanidade. O desemprego, a desigualdade e a exploração são marcas importantes deste sistema, visto que são peças importantes para sua manutenção, produzindo um enorme exército reserva de trabalhadores e diminuindo a pressão social por melhores condições de trabalho e vida (STOTZ, 2005). Tais modelos econômicos são envoltos por uma lógica perversa que fortalece a ideia de que o fracasso ou sucesso de cada um depende unicamente de fatores individuais. Esse mecanismo ideológico sustenta a lógica da dominação ao naturalizar a realidade e transformar fenômenos históricos em fatos naturais dados e acabados (CIDADE; MOURA JR.; XIMENES, 2012).

Mayorga (2014) ao estudar sobre as opressões sociais aponta que, diferente das análises feitas na década de 1960 ou 1970, quando se fala de um sujeito oprimido, pobre, privado, está se falando mais do que alguém pertencente a uma classe social. Para autora, as desigualdades sociais convidam a uma visão que articule a classe com dimensões de gênero,

sexualidade e classe, visto que as opressões se estabelecem “através de sistemas distintos e inter-relacionados de poder, o que exige uma ampliação de nossas leituras acerca dos elementos psicossociais da opressão e dominação e também da emancipação” (p. 225), complexificando as questões e as análises.

Assim, ser pobre, ser puta, ser suburbana, ser negra, ser lésbica ou bissexual coloca as entrevistadas em um lugar de encontro de opressões. Com isso, é fundamental historizar o modo como essas categorias se encontram em suas vidas e seus desdobramentos, transformando assim em categorias políticas (MAYORGA, 2014). Interseccionalizar para a autora, é estar atento para as origens dessas opressões e não simplesmente somá-las, visto que não é de interesse investigativo vitimizar os sujeitos mas compreender as redes de poder, opressão e privilégios que envolve seu processo de desenvolvimento.

No que diz respeito à baixa prostituição, esta acaba por ser configurada a partir de um contato grande com uma precaridade consequente das condições de pobreza, principalmente no que diz respeito aos valores iniciais do programa, normalmente com preços baixos, bem como as condições de higiene e salubridade dos bares e quartos onde trabalham e dormem, exposição e convivência com o consumo abusivo de drogas, sobretudo álcool, crack e oxi, a qualidade do sono e da alimentação, os momentos de lazer e descanso, etc. Essa situação que traz diversos dilemas e angústias para aqueles que dela participam, estando a população feminina entre os grupos mais vulneráveis nesta vivência de rua e de informalidade, diante também das inúmeras violências de gênero, às quais estão mais expostas, não surpreendendo quando as entrevistadas queixavam-se de possíveis fragilidades nas relações comunitárias e em redes com quem possam contar.

A forma como social e teoricamente tem sido pensado a relação da pobreza com a prostituição é delicada, visto que comumente a privação financeira é entendida como uma causa ou justificativa para a prática da prostituição. Vimos relatos desse tipo nas histórias de Luana e Raquel quando diziam precisar serem firmes diante das pessoas que não acreditavam em uma escolha ou desejo de praticar a prostituição. Mayorga (2014) pontua uma espécie de pânico moral que envolve a necessidade dessa resposta social, situação essa que acaba por vitimizar essa mulher negando a relação entre sexualidade e autonomia, reproduzindo respectivamente desigualdades de gênero. A relação da pobreza como a prostituição ao meu ver está na exposição e manutenção de uma maior privação de direitos sociais e na convivência com uma miserabilidade das condições de desenvolvimento, de planejamento de vida e de sociabilidade.

Ana durante a entrevista trouxe uma análise das mudanças que vêm ocorrendo no perfil da prostituição na Barra, pois, segundo ela, as mulheres já não querem estar tão fixas aos bares como antigamente

Antes do Bolsa Família as mulheres tinham mais coragem de vim para cá, vinham e ficavam aqui com nós mesmo, era muito fácil ter as meninas do interior aqui. Hoje tá muito difícil manter uma casa, por isso que meu foco é mais a bebida mesmo hoje. Com o bolsa família elas já tem o seu, né? Ai só vem quando querem e voltar para suas vidas. Perderam a ambição pelo grande, ficaram bem com o dinheiro, eu acho (ANA, E1, 22/11/2013).

Esse mínimo garantido descrito por Ana é a garantia de condições mínimas de sobrevivência, o que potencialmente tem possibilitado que essas mulheres reconfigurem os acordos com os pontos de prostituição. Já não se submetem ao cotidiano da zona, criando outras fontes de renda e efetivamente ganharam mais autonomia para escolher onde e como irão trabalhar. A relação com a prostituição torna-se menos tutelada pelas figuras das donas de bares e casas, e mais pautada a partir de suas disponibilidades e necessidades.

Para além de uma questão financeira, quando analisada em uma perspectiva multidimensional (SEN, 2010) compreendemos que a vivência na realidade de pobreza tem desdobramentos psicossociais nos modos de vida das pessoas. É a vida comunitária, o cenário em que se fortalece ou fragiliza o cuidado e a valorização de si, onde se tem a possibilidade de lidar ou não com a realidade e, com autonomia e liberdade, fortalecer a articulação, o diálogo e os potenciais e aspectos saudáveis de suas vidas (GÓIS, 2008). Nesses casos, onde se percebe essa exposição a situações de privação percebe uma fragilidade das condições ideais para o desenvolvimento saudável e potente.

5.4.3 As representações sobre a violência na Barra

A outra expressão dita por Raquel sobre a Barra que destaco é *“eu não sei direito como é viver na Barra porque eu não saí desta casa (risos), só saí de carro, moto ou moto-taxi, tenho medo, é muito assalto, malocagem, roubo”* (RAQUEL, E2, 14/10/2013). Como já tinha descrito anteriormente, essa sensação de insegurança é compartilhada por diferentes mulheres entrevistadas, e ela tem profunda ligação com a presença do tráfico de drogas na região. O domínio das favelas e das regiões pobres da cidade por parte do crime organizado cresce diante da ausência de uma presença e participação efetiva das políticas públicas em territórios vulneráveis, intensificando a segregação social (SOUZA, VALENCIA, DAHL, CAVALCANTI, 2011).

Nas vezes que conversei com Luana sobre a dinâmica da Barra, ela comentava de como muitas mulheres se envolviam demais com as drogas e que estavam se perdendo, porém sempre se negou a falar sobre o tráfico na região, dizendo *“tem coisas que a gente vê, sabe e aprende sem ninguém dizer nada. Essas coisas são assim aqui”* (LUANA, DC 32, 02/12/2013). Ainda de acordo com Souza et al (2011), o tráfico fixa uma organização, impondo um poder local e dificultando a ação das políticas no território. A violência é a principal forma de comunicação, adotada para resolver os conflitos e as maneiras de participação dos grupos organizados na dinâmica do tráfico de drogas.

É possível perceber assim os processos de silenciamento que envolve a convivência com o tráfico, diante do medo de sofrer represálias. Irene que também evita dar muito detalhes diz

[...] viver aqui é tranquilo para quem não se mete no caminho deles, quem não deve, não tem medo. A minha rua mesmo apesar de ser dentro da favela mesmo, ela é muito calma, se num fosse as bala que as vezes corre por aqui (IRENE, E1, 05/11/2013).

Elas expressam assim uma naturalização com a presença dos conflitos entre os grupos, no passo que também expressam suas estratégias de sobrevivência diante das regras e leis que são extremamente claras. A medo da violência que Raquel se queixa é desencadeada assim, majoritariamente por três situações representação: 1-Relação entre as “gangues”/ grupos urbanos rivais e o tráfico; 2 – conflito entre polícia e as “gangues”/ grupos urbanos; 3 – Ações corretivas na comunidade.

O conflito entre os grupos urbanos na disputa pelo território e pelo domínio do tráfico na região tem sido intenso nos últimos 5 anos, e nesses períodos ocorrem muitos casos de extermínio jovens em ambos os grupos. Irene esclarece que *“aqui é dividido entre os Diabo do polo, os ratos do morro, os cobra do gueto, e eles a depender da época se aproximam para eliminar o que ta fora da parceria. Ano passado morreu mais de 16 dos dois lados”* (IRENE, E1, 05/11/2013). Segundo ela, essa rivalidade entre elas interfere totalmente na dinâmica do bairro, pois é como se os moradores ficassem sob aviso, evitando inclusive circular pelo bairro durante a noite, *“Éramos uma coisa só Lago, Cuca, até aqui a praia era uma coisa só, mas aí devido essa droga né, os pontos de droga, como eles chamam foi foi fazendo os moinho²⁰s né?”* – moinho seria os guetos de cada grupo.

Souza (2013) aponta que discutir o tráfico abordando apenas a comercialização das drogas e/ou a presença impositiva no território por parte dos traficantes é reportar

²⁰ Moinho é a definição dada para os guetos criados pelo grupos rivais. Cada facção, grupo, seria assim um moinho.

[...] somente à ponta do iceberg, pois existe todo um aparato estatal (juízes, promotores, agentes do poder executivo, polícia, entre outros) e também do capital (bancos, grandes indústrias fornecedoras de insumos para refino e fabricação de algumas drogas ilícitas) que ortogam apoio, subsídios e possuem interesses, mesmo que indiretos, neste comércio ilegal (p. 345).

Ainda de acordo da autora, a dinâmica do tráfico envolve a filiação com outros grupos, criminosos ou não, para seu exercício nas comunidades. Pactos e trocas de interesses e bens são feitos, impactando diretamente na vida dos moradores por conta da disseminação de situações violentas. E é sobre essa outra relação que as entrevistadas falam. Também tem casos envolvendo o conflito entre a polícia e esses grupos, *“quando os homi passam correndo na viatura a gente já sabe que algo deu errado, alguém caiu”* (ANA, E1, 22/11/2013), comenta Ana sobre os momentos em que a polícia parece estar realizando busca à alguém e intensifica as abordagens e transito pelo bairro. Em conversa com um taxista e rapper que mora na Barra, revela que *“o problema dessa confusão é da polícia, eles ficam apoiando o próprio tráfico, a depender da oferta eles dão cobertura para uma das facções e ficam atiçando, no fundo, não nos protege em nada”* (DC 49, 24/03/2014).

Percebi diretamente sua insatisfação com a instituição polícia, por conta de uma abordagem policial agressiva que havia recebido dias antes, que ele diz ser focada nos jovens pobres, negros e favelados. Esse explicita os acordos estabelecidos e o modo como a dinâmica na corrupção da instituição polícia desconsidera totalmente a vida e os direitos das pessoas que esta mesma instituição deveria garantir segurança.

Segundo Irene, esporadicamente ocorrem casos onde pessoas da comunidade são mortas para servir de exemplo, evitando que se chame a atenção e a necessidade da polícia entrar na comunidade. Ela conta que isso foi instalado há um tempo, mas que *“atualmente a gente tem uma lei, que roubou na área morre, entendeu? Num sei se a senhora lembra aqui nós tivemos um rapazinho que morreu aqui bem na calçada da casa dele. Ele roubou uma bolsa e veio correndo”* (IRENE, E1, p. 29).

A minha inserção aqui não foi fácil e foi mediada diretamente pela equipe do posto de saúde, em visitas que inicialmente ocorriam no turno da manhã (a partir da vinculação fui variando os horários e dias da semana),

Confesso ter ficado insegura nas primeiras visitas, visto que o cenário era intimidador, principalmente pelo uso explícito do crack e pela passagem constante de viaturas do Ronda do Quarteirão (Grupo da Polícia Militar do Estado) em alta velocidade com policia utilizando grandes armas para fora do veiculo. Nos primeiros dias, a cada passagem do carro de policia eu me tremia, achando que a qualquer momento uma

batida policial ou tiroteio poderia acontecer. Até hoje, não presenciei tiroteios, mas perseguições e batidas policiais são cenas bastantes presentes (DC 16, p. 29).

Desse modo, para além do trabalho, a batalha revela-se como um locus de construção da vida coletiva e individual, em meio às ambiguidades de um espaço de mendicância, de privação, de comércio, de moradia (SILVA, 2010). A zona de prostituição surge como um lugar onde essas mulheres

[...] aprendem, trabalham, articulam-se, medeiam conflitos, e exercem ali outros papéis e atividades sociais, tais quais: fazem programa, comercializam roupas e maquiagens, mediam a relação com a polícia, cuidam da beleza, compartilham a criação dos filhos, cuidam-se e celebram suas vidas (SILVA, 2010, p. 2).

Elas habitam o território e nesse trânsito de papéis, temas e relações produzem seus modos de vida, que surgem como as estratégias de construção de seus cotidianos e de modos de resistência, de luta e de enfrentamento (CIDADE, 2012).

Esse lugar apresenta-se como um “arranjo particular do cotidiano” (GÓIS, 2003, p. 19), com valores e costumes que implicam no modo de ser dessas mulheres, Tuan (1983) compreende que o lugar possui uma relação intrínseca com o espaço. O espaço é mais abstrato, indiferenciado, o campo físico, sendo que a partir do momento que passamos a conhecê-lo e valorá-lo, ele torna-se lugar. Enquanto lugar, os pontos de prostituição são permeados por lembranças, afetos, um mundo significado. Aquele espaço, até então, dissociado, amplo, extenso em potência de possibilidades de relação, é codificado, organizado, a partir dos processos de criação e apropriação de significado.

Desse modo, quando optamos por estudar as implicações psicossociais da violência vimos nos modos de vida o campo privilegiado para entender a vivência segregada e estigmatizada nas zonas, bem como suas relações e socializações estabelecidas e os processos de construção da consciência dessas mulheres a partir dessas experiências.

6 NOTAS DIALÓGICAS III

Figura 17 – Das Marcas simbólicas e materiais



Fonte: Campanha Internacional de Enfrentamento ao Tráfico Humano (2011)

7 VIOLÊNCIA EM REDE: MARCAS SIMBÓLICAS E MATERIAIS

7.1 Algumas questões sobre a relação da prostituição e da violência...

A partir de leitura, de documentários, da atuação nas ladeiras do Pelourinho/Salvador e, sobretudo, a partir do período em campo na Barra do Ceará/Fortaleza não foram poucos os relatos e a percepção de que as histórias dessas mulheres trazem, entre outras coisas, violências de ordem psicológica, física, sexual e institucional que deixam marcas profundas nos modos de existência e significação da vida e na identidade pessoal e social.

Memórias dessas violências são trazidas em diferentes narrações sobre suas histórias de vida, seja em momentos de programa (na dinâmica do ato sexual, nos acordos sobre pagamento), na relação com as colegas de trabalho (demarcando o território, nas rixas e nas parcerias), assim como quando descrevem o cotidiano nos pontos de prostituição e nas abordagens da polícia. A própria discriminação sofrida pelo exercício da atividade constitui, por si, uma forma comum de violência.

A violência compõe esses espaços e de algum modo muitas pessoas que lerão essas linhas facilmente entenderão e reconhecerão sua existência, mesmo não se estranhando quando tais problematizações não tenham eco nos discursos da violência contra a mulher. Contudo, tantas outras violências não são facilmente identificadas ou questionadas, a exemplo da dificuldade em acessar e ter atendimento nos postos de saúde, acionar o Ministério Público e outros órgãos públicos, quando perdem documentação ou precisam lutar por algum tipo de direito social, ou quando precisam chegar e sair dos locais de moradia, camuflando suas identidades e ocupações.

Durante a pesquisa teórica, alguns estudos destacavam a relação desta atividade com a violência de maneira direta, e outros apontavam a violência, sem aprofundar muito, como um dos traços de vulnerabilidade. Pinheiro (2006) ao estudar sobre jovens prostitutas que escolheram viver da atividade prostitucional, buscou refletir sobre a violência e seus impactos na construção das subjetividades e de sociabilidades. A partir dos resultados, ela pressupõe que seriam as violências, ou o processo de sociabilização mediado pela violência, que atuam na constituição dessas mulheres. A autora destaca que a partir da convivência com a violência ao longo de diferentes fases da vida, esta deixa de ser algo anormal e perigoso e passa a tornar-se banal, corriqueiro.

Desse modo, Pinheiro (2006) entende a prostituição como uma aderência a modalidades de violências, diante da exposição cotidiana aos seus diferentes modos. A autora retorna a

própria história do surgimento da baixa prostituição, onde se revelava uma aproximação com situações extremas de violência, por ser vinculada com o surgimento da classe dos miseráveis. No contexto da França pós-revolução, as cortesãs que gozavam de um papel social por conta do seu status dos bordéis, não estavam destinadas ao desprezo como as prostitutas do baixo meretrício que estavam expostas a condições da rua, dos portos, associadas à pobreza.

As reflexões feitas pela autora nos fazem atentar para uma presença multidimensional de situações violentas, ao destacar a correlação com a temporalidade de exposição e convivência com a violência e com seus processos de naturalização. Ainda que a autora aponte que a prostituição traz em si estruturalmente traços e modalidades de violência (por ter ligação com a gênese desta) é importante questionar esse engendramento, essa relação aparentemente intrínseca, dada e acaba. Raquel em uma das entrevistas disse de modo sereno que

[...] eu acho que é uma coisa que por mais que se tente não tem como você está longe dela, pode até não acontecer, mas ta sempre ao seu lado. É isso. Caminha lado a lado com a gente. Pode ser a garota, pode ser o garoto. Qualquer pessoa que trabalha nessa forma caminha junto da violência, por isso é preciso evitar sempre essas situações (RAQUEL, E1, 01/10/2013).

Raquel nos faz pensar sobre vulnerabilidade, sobre convivência com situações que podem desencadear, fomentar, agravar situações de violência. Contudo, ela nos aponta que isso não se dá de modo determinista, podendo ou não ocorrer a depender das zonas de fuga e/ou de cuidado que se é construída. Ela nos faz pensar que se a violência é multidimensional em suas formas, essa relação da prostituição com a violência não pode ser encarada como fatalidade, visto que carrega consigo diferentes possibilidades de resistência, de rearranjos, de modos de enfrentamento, como veremos no decorrer deste capítulo.

Pensando os dias de hoje, em relação ao que Pinheiro (2006) problematiza sobre as distâncias entre as cortesãs e as mulheres do baixo-meretrício, esse modo de funcionar não é singular apenas ao contexto da França no pós-revolução, estando associado a uma estrutura social maior que legitima o modo de tratar o considerado “inferior” de maneira descuidada, humilhante, violenta. O contexto de baixa prostituição, como vimos no capítulo anterior, reúne uma série de estereótipos e preconceitos no que diz respeito a pobreza, ao gênero, a sexualidade, ao contexto de rua que expõe ainda mais as mulheres que batalham nesse tipo de prostituição, sendo necessário desmistificar e problematizar os modos de vida, as contradições do mundo do trabalho, aspectos da violência estrutural e da pobreza. Dessa forma, essa fala precisa ser contextualizada a partir do lugar que Raquel, e tantas outras mulheres, vivem e falam, do baixo meretrício, lugar que é o encontro de diferentes modos de vulnerabilidades,

opressões e violências. Raquel não convive com violência só porque é prostituta, é preciso considerar em sua experiência o fato de ser mulher, pobre, interiorana que reside na periferia de uma grande capital.

Mayorga (2006), ao se debruçar sobre a realidade de mulheres brasileiras migrantes para a Espanha na sua tese de doutorado, problematiza a concepção de Tráfico Internacional de Pessoas instituída e assumida por alguns órgãos de direitos humanos, movimentos feministas, pastorais, etc, por não perceber nesta concepção espaço para pensar a realidade de mulheres migrantes que optam pela prostituição voluntária. Comumente, associam a migração, com a prostituição e com a exploração, desconsiderando as escolhas e opção das mulheres em seus movimentos migratórios. Assim, amplia a lente analítica ao destacar as questões identitária, étnicas e de classes que envolvem o fenômeno, pensando os diferentes modos de discriminação e violência que permeiam as experiências das mulheres. A relação da prostituição e da violência, assim, não se daria de modo inerente, sendo entendida como violência justamente as condições que esse trabalho sexual pode ter, sobretudo no que se refere à violação dos direitos das mulheres e a exposição a diversas vulnerabilidades.

Molina e Kodato (2005) realizaram um histórico da prostituição no Brasil e no Mundo ao investigarem sobre a representação da prostituição juvenil, apontando como principais aspectos reflexivos a ambiguidade da significação da prostituição – que transita entre “mal necessário” (trabalho rendoso que responde a necessidades materiais e é dispositivo simbólico de transgressão) e opção política e de desejo. As autoras afirmam a prostituição como um trabalho e uma ruptura do lugar da mulher, sendo desse modo uma quebra de paradigma, ao assumir o caminho inverso à vitimização. Como principais desafios, também apresentam a presença da violência nos códigos do programa, sobretudo no não cumprimento do pagamento e das posições negociadas, ocorrendo agressões físicas e simbólicas.

Essa questão é agravada pela ocorrência ainda constante de inúmeras formas de violência contra a mulher, que se imbricam com os atos permitidos ou aceitos no próprio ato sexual, com o preconceito na identificação da violência no programa, com a postura dos agentes envolvidos na prostituição diante de denuncia de casos de agressão.

Quando se pensa as relações entre prostituição e o mundo do trabalho, a própria “ausência de regulamentação leva também a uma desvalorização das prostitutas e a uma dificuldade de inserção social das mesmas, além de dificultar o acesso a direitos humanos” (SILVA, COSTA e NASCIMENTO, 2010, p. 2). Os autores ao investigarem sobre as diferenças e as singularidades das situações de trabalho das profissionais do sexo (PS), na feira central e nos bares da cidade de Campina Grande-PB, trazem para a reflexão o prazer, a

satisfação, a sobrevivência e as vulnerabilidades do exercício da atividade, destacando a precarização e a insalubridade do trabalho sexual. Esse estudo apontou que alguns dos problemas que as prostitutas enfrentam como violência e exploração, são fruto não apenas da ocupação em si, mas da forma como é vista legalmente, sendo excluída das legislações laborais que abrangem as demais atividades.

Estão postas assim uma multiplicidade de expressões e relações da violência com o cotidiano da prostituição, no que diz respeito ao processo de estigmatização, à repressão policial e censura, à ausência de garantia e direitos trabalhistas, os códigos que compõe o programa, às agressões físicas e psicológicas, às desigualdades de gênero. Assim como a convivência com o conflito territorial do tráfico e a polícia, a vivência em condições de pobreza, a ausência ou pouca presença do estado e das políticas públicas nas comunidades. Nesta pesquisa, estudar Prostituição e Violência está longe de considerar a prostituição como um tipo de violência, como algumas correntes feministas e conservadoras tendem a fazer. Estamos aqui, ao problematizar as expressões e relações da violência com os modos de vida das mulheres, buscando dar visibilidade e reestabelecer um diálogo sobre o reconhecimento da prostituição como um trabalho, conseqüentemente advogando a garantia de direitos sociais e formas de cuidado.

Entre suas formas visíveis e invisíveis entendo como fundamental ao estudar sobre violência em Psicologia compreender as implicações desse fenômeno na vida, na saúde e no desenvolvimento psíquico dessas mulheres, reconhecendo as lógicas das agressões simbólicas e físicas, os processos de silenciamento, estigmatização, os modos de sociabilização, resistência e enfrentamentos.

Neste capítulo, discutiremos conceitualmente sobre violência, suas tipificações e presença na realidade das prostitutas. Também, desenvolveremos o conceito de implicações psicossociais, pensando suas reverberações nos modos de vida das mulheres e suas relações com os códigos culturais e redes de significações que as envolve. Por fim, apresentaremos e problematizaremos os modos de enfrentamento construídos no cotidiano da prostituição.

7.2 Conceituação e problemáticas da violência

E o que é violência? De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) em um relatório sobre violência e saúde, a violência foi definida como:

[...] uso intencional da força física ou do poder real ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha

qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, p.5).

Essa definição ao mesmo tempo em que revela a imensidão de atores e situações que a envolve, revela a dificuldade de sua definição. Quando Lú diz que *“uma tapa é uma agressão tão preocupante quanto um palavrão mal dado e uma pêia²¹ daquelas. É uma coisa chata e muito comum aqui, e digo que todas nós já passou por algum caso, infelizmente”* (LÚ, 2014, DC 39, 15/12/2013), ela também a compreende de maneira ampliada, variada e com diferentes níveis de força e consequências. Lú, assim com Saffioti (2004), acredita que não há mais ou menos violência, visto que esse limite ou este entendimento sobre o que e quando é violência vai ser posto por quem está envolvido na relação. A violência apresenta diversas possibilidades de manifestação, seja uma ameaça ou coersão, ou um ato físico, tendo como finalidade a intimidação, punição, humilhação, atingindo a integridade física e psicológica (PINHEIRO, 2006) e produzindo modos de interação e sociabilidades.

Assim como a prostituição, ela é múltipla, complexa, e suas tentativas de definição são perpassadas por uma diversidade de variáveis e implicações, o que a faz ter significados diferentes a cada tempo histórico. Nesse estudo, a violência é considerada como um fenômeno social, não reduzida a aspectos biológicos e exige uma análise que contemple os modos, os valores e a configuração com que a mesma é construída e vivida. Também considero que ela não é abstrata, sendo concreta e materializada no cotidiano, ainda que os seus aspectos simbólicos deem sentido à compreensão, sobretudo para quem a vive (PERES, RUOTTI, VICENTIN, 2010). Quando perguntei para Raquel o que era violência, ela respondeu:

Nunca parei para pensar diretamente sobre isso... xô pensar... (pausa longa). Ah, só sei que me apavora! Rsr rsrsrsrs me apavora assim, por exemplo, eu te falei já que aqui dentro, como qualquer outra casa, a gente corre o risco, uma coisa que a gente fica sozinha no quarto com o cliente. Até alguém ouvir e entrar para socorrer já pode acontecer um monte de coisa. Me apavora também porque eu já fui agredida (RAQUEL, E1, 01/10/2013).

Ela inicialmente traz aspectos de pavor, receio, aspectos extremamente simbólicos – pensar sobre violência a faz sentir a sensação de medo e de insegurança. Contudo, esse pavor surge de aspectos extremamente concretos, ela está falando de uma situação que aconteceu fisicamente com ela e que tem possibilidade de ocorrer por conta da exposição que ela está sujeita em função do seu trabalho. Raquel me faz visualizar a articulação entre o simbólico e o concreto, onde de tão concreto, presente, material, a situação passa a ter reverberações psíquicas, emocionais, e como em um ciclo dialético e complexo, as reverberações simbólicas têm traços concretos, reais – a faz criar estratégias de enfrentamento e rever os locais que

²¹ Aqui em Fortaleza peia significa surra, porrada, estando sempre relacionado com algo agressivo.

circula e trabalha. Assim, de tão materiais transformam-se em simbólicas, e de tão simbólicas materializam-se.

Martín-Baró (2003), psicólogo espanhol que atuou no período da guerra civil em El Salvador, ao pensar e descrever essa realidade percebeu que para problematizar a violência era fundamental analisá-la em uma perspectiva histórica. Essa análise deveria ser contextualizada a partir dos processos macro e microsociais da realidade política, econômica e cultural em que está inserida, encontrando e evidenciando também os sentidos psicossociais de suas formas. Assim, o retorno aos elementos históricos deve considerar a “abertura humana a violência e a agressão, o contexto social, a elaboração social da violência, as causas imediatas e institucionalizadas²²” (MARTÍN-BARÓ, 2003, p. 117).

Dessa forma, o autor questiona que uma Psicologia que se pretende social ao se debruçar sobre a temática da violência necessita atentar para “expressão de forças sociais e materialização histórica de interesse de classe²³”, tendo como ponto de partida o reconhecimento de sua complexidade (MARTÍN-BARÓ, 2003, p. 73). Para ele, a violência expressa fenômenos onde se aplica um excesso de força e traz embutida em si aspectos ideológicos que penetram as raízes históricas, apresentando correlação com as estruturas sociais e com os interesses pessoais e de classe de determinados grupos. Daí que a descrição dos modos de vida das prostitutas foi eleita como um dos objetivos desta dissertação, abrindo possibilidade de conhecer e compreender o fenômeno em sua teia relacional, articulando o ato com as redes de significados e os jogos de poder.

Martín-Baró (2003) postulou ainda três pressupostos sobre a violência, sendo eles: 1) Apresenta múltiplas formas e possibilidades, escapando assim de simplificações destoantes; 2) Possui um caráter histórico, sendo impossível entendê-la fora do contexto social onde se foi produzida; 3) Constitui-se com um aspecto espiral, onde os atos violentos são reconhecidos dentro de um processo autônomo, dinâmico, múltiplo e difuso, sem que necessariamente os desdobramentos tenham relação direta com o modo como se iniciou, acabando por ganhar novos formatos. Desse modo, para Martín-Baró, a violência deve deixar de ser pensada de modo isolado, estando assentada em um processo de institucionalização de atos violentos, no sentido de haver uma formalização e criação de justificativas que a legitime.

²² De acordo com texto original, “Abertura humana a violência e a agressão, o contexto social, a elaboração social da violência, as causas imediatas e institucionalizadas”.

²³ Segundo texto, “expresión de fuerzas sociales y materialización histórica de intereses de classe”.

Quando Raquel começa a pensar sobre casos de violência na casa de massagem ela percebe que os clientes acreditam ter razão ou justificativa para abusar da força ou do poder por estar na condição de cliente e elas na condição de quem serve, ela dizia

[...] semana passada aqui o cliente se achou de pegar nas partes íntimas da garota aqui no salão. Como ela não gostou e falou que não gostou, ele se achou no direito de tirar satisfação com ela e partiu para cima dela com toda a força, parecia o dono da pista. Quer dizer, ele passa a mão, humilha e ainda quer bater e ela tem que aceitar, porque depois ele foi querer reclamar pra mãe [Bia, a mãe de santo], e ela cortou ele logo, dizendo: “quem manda aqui sou eu, fale baixo.” Se ela tivesse em um outro local, na rua, por exemplo, sem segurança, sem nada, ela teria sido agredida mesmo, levado uma pisa dele. E daí, ela não poderia chamar uma polícia porque não podia dar em nada, já que com puta pode, ne? (RAQUEL, E1, 01/10/2013).

O caso narrado por ela revela como na relação cliente-prostituta aparentemente existe uma institucionalização do lugar, “objeto a ser tocado”, que a prostituta ocupa. Esse caso é um bom exemplo para exercitarmos o olhar proposto por Martín-Baró, onde o ato traz consigo uma série de elementos históricos e simbólicos agregados sobre o que se esperar da prostituta, o que o cliente pode ou não executar. Quando a situação é desnaturalizada, a garota não aceita ser tocada, o cliente parte para o abuso do poder, utilizando a força para garantir experimentar sua vontade, e Raquel ao analisar o fato acredita, com base em sua história, que se a garota não estivesse sobre o amparo da casa teria sim sido agredida fisicamente, de algum modo sendo punida por quebrar a lógica institucionalizada do lugar que ocupa.

Outro elemento importante para se pensar o conceito de violência, é um processo que Freire (2004) apontou como coisificação da pessoa, que a impossibilita de criar, mudar, mover, buscar, relacionar, visto que “fere a ontológica e histórica vocação de ser mais” (FREIRE, 2004, p. 42). Seria assim a raiz do autoritarismo, da exploração, opressão, sendo composta pelo abuso de poder e de força (simbólica, material, física, tecnológica, financeira) que lesa a vítima, implicando uma transgressão de valores e desrespeito à alteridade. A violência esvaziaria as possibilidades de acordos sociais, ameaçando o diálogo, o respeito, o exercício da cidadania, minando a potência que Freire enxergou no ser humano (ANDRADE, 2010).

Nesse sentido, reconhecemos uma aproximação do pensamento de Freire com o de Hannah Arendt (2001). A reflexão arendtiana sobre a violência deriva da dicotomia do mundo social e da esfera política, sendo reflexo de uma ausência de diálogo, visto que a possibilidade da vida e expressão pública está privada de liberdades entre as pessoas. Assim, a possibilidade da condição humana de expressão, de desenvolvimento, de articulação, de Ser Mais é anulada.

Arendt (1994) retorna ao pensamento da antiguidade para aprofundar sua compreensão da violência, onde segundo a autora, o espaço público era o *lócus* do discurso e da ação política, onde se escreve e inscreve a história do ser político, do ser humano. A violência refletiria a ausência de diálogo²⁴, pois a palavra é uma ação política que só existe como atividade de pessoas em relação umas com as outras e, para que signifique uma ação política vinculada à esfera pública da vida, deve permanecer longe da violência. Assim, “somente a pura violência é muda, e por este motivo a violência, por si só, jamais pode ter grandeza” (ARENDR, 1994, p. 35), diante da sua capacidade de destruir o público, o social, dificultando a expressão.

A OMS tipifica a violência em 7 modos: criminal, estrutural, institucional, interpessoal, intrafamiliar, autoinfligida, cultural (OMS, 2002). Eu poderia ter me debruçado sobre todos esses tipos de violência, visto que uma análise cuidadosa da realidade das entrevistadas é perpassada pelo atravessamento de todos esses tipos. No entanto, escolhi trabalhar especificamente com dois tipos, as violências estruturais e culturais, por reconhecer neles interlocuções potentes para pensar as implicações psicossociais deste fenômeno no cotidiano e no psiquismo das prostitutas. Como as implicações surgem do encontro dos significados coletivos com as percepções particularizadas, carregando consigo o coletivo e o individual, acredito ser relevante articular uma análise macrodimensional, mais e estruturais, com os aspectos microdimensionais, mais singulares (ROSSETI-FERREIRA, 2004).

7.2.1 Violência estrutural e o indispensável diálogo com a pobreza

A violência é tratada como um fato banal diante da generalização de seus casos na esfera pública: As disputas no tráfico de drogas, as mortes de moradores de ruas nos centros das grandes cidades, a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência, o extermínio de jovens negros, casos de homofobia, intolerância religiosa, e muitos outros exemplos desses. Ao ultrapassar a esfera privada de nossas vidas cai na lógica individualizada de um problema do outro, sendo um desafio ampliar sua compreensão como um fenômeno criado e gestado na

²⁴ De acordo com Góis (2003) o diálogo é mais que um intercâmbio verbal, ele é um mecanismo de significação do mundo, onde a partir do encontro entre sujeitos, em cooperação no mundo, acontecem as trocas e a construção de novos saberes. Para Freire (2004) o diálogo é um elemento de construção coletiva de caminhos para a libertação dos sujeitos, e se dá a partir de uma leitura e de uma práxis (ação-reflexão-ação) sobre a realidade vivida e compartilhada, sendo uma ferramenta problematizadora de construção de uma criticidade frente à realidade.

nossa sociedade, sendo por conta disso uma questão nossa, e nesse caso social, estrutural e cultural (COSTA e PIMENTA, 2006).

De acordo com Minayo (2009), a violência estrutural diz respeito às “formas de manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas que produzem a miséria, a fome, e as várias formas de submissão e exploração de umas pessoas pelas outras” (MINAYO, 2009 p. 32). Esta violência produz e é produzida, dialeticamente, pela exclusão e opressão dentro de um sistema econômico e político, que reproduz a miserabilidade e diferentes formas naturalizadas de vulnerabilidades, entre elas, relações violentas.

Nossa estrutura social é constituída e mantida no seio do sistema capitalista em um modelo neoliberal, que mais que um sistema econômico é um regime cultural e civilizacional, baseado na exploração da produção e na mercantilização das pessoas, do trabalho, da cultura, etc. Nesse sistema, a desigualdade e a exclusão são peças fundamentais para sua manutenção, estando à miséria, a vulnerabilidade, a pobreza e a violência marcando os cenários e as relações (ACCORSSI, SCARPARO, GUARESCHI, 2012). Nesse sentido, vamos trabalhar três situações que podem ser analisadas a partir desta violência: a vivência em condições de pobreza, a generalização da atenção prestada pelas políticas públicas e o modo como a vulnerabilidade social potencializa situação de miserabilidade.

Ainda nos dias de hoje a pobreza, por mais que seja um fenômeno presente na nossa sociedade, é extremamente distanciada, por vezes negada ou escondida (CIDADE, MOURA JUNIOR, XIMENES, 2012). Ela envolve inicialmente uma destituição material, passando a uma questão mais profunda que se relaciona com a destruição do sujeito, enquanto construtor de sua própria história. A partir da perspectiva multidimensional (SEN, 2010), a análise é ampliada para além de determinantes econômicos, sendo considerados complexamente elementos constitutivos da identidade dos sujeitos, tanto em nível individual como social.

Ana, uma das donas de estabelecimentos na Av. Radialista Lima Verde me disse em um dos nossos encontros que

[...] não compreendo como essa mulher ganha tanto dinheiro e continua nessa munição, nessa pobreza sem tamanho, nessa sujeirada. Loreena, você vê aqui em casa como é, é simples mas é limpo, arrumadinho, vai lá onde elas dorme, é sujo, fede e não tem nada. Não tem roupa, não tem perfume, não tem nem lençol se eu não levar, e outra nem comida direito tem. Eu te pergunto, o que fazem com tanto dinheiro? Por dinheiro tem, afinal faz programa...Dou conselho, digo para pensarem no futuro, mas (...) só pensam no agora, hoje, não visualiza nada (ANA, E1, 22/11/2013)

Ainda que possa ter perdido algumas de suas impressões, visto que levei para o diário as coisas que ficaram mais fortes de sua fala, salta aos olhos a forma como ela fica impressionada com o que nomeou de “pobreza sem tamanho”, com as condições de moradias

das mulheres e com a falta de investimento financeiro com o dinheiro recebido pelos programas. Ela reconhece que nesse caso a presença do dinheiro não é suficiente para uma melhoria ou uma transformação da realidade dessas mulheres. A própria Ana que apesar de ter “uma casa simples e limpa”, ter um trabalho e acesso a dinheiro, não percebe, mas faz parte, assim como as mulheres que trabalham no seu bar, de um contexto que quando analisado de modo ampliado é composto por muitas, e severas situações de privação. Ainda que circule dinheiro, como é no caso da baixa prostituição, existe uma convivência com situações de miserabilidade, de violência, de estigma, de exclusão do sistema de saúde e educacional, uma restrição da livre circulação pelo bairro e pela cidade, a demarcação das diferenças étnicas ou de gênero, um distanciamento de atividades culturais, de lazer e sociabilidade que as afasta sim de condições saudáveis e potentes de desenvolvimento (SEN, 2010).

Segundo Codes (2008), as análises propostas por Sen trazem a reflexão da pobreza para o campo de pensamento sobre justiça social, sobre igualdades e desigualdades. Neste sentido, auferir renda é importante, mas não o bastante para minimizar a pobreza e suas consequências, pois

[...] aspectos como saúde debilitada ou mesmo estigmas sociais podem se constituir em barreiras para que pessoas pobres saiam daquelas situações. Observa-se assim que a pobreza pode ser uma armadilha mais social que econômica, o que se desdobra ainda em sentimentos de vulnerabilidade e insegurança (CODES, 2008, p.26).

Essa complexidade é compreendida por Demo (2005), como Pobreza Política, que “não é outra pobreza, mas o mesmo fenômeno desdobrado também em sua dimensão política, dentro da hipótese de que essa dimensão é mais profunda e comprometedora” (DEMO, 2005, p. 95). Para o autor, o povo brasileiro sofre muito mais de perversidade histórica que de carência econômica ou social – a desigualdade social é um símbolo político e material desta perversidade.

Para Góis (2012), a condição de ser pobre perpassa concretamente a realidade vivida, impondo modos de vida específicos e diferentes formas de aceitação e significação, que são agravados, segundo Demo (2005), quando nem se quer consegue saber que é pobre, persistindo em acreditar que sua pobreza é sina, fato natural ou culpa. Tais naturalizações envolvem o sentir-se, aceitar-se e incorporar o estereótipo do pobre, perpetuando situações opressivas ou, conforme Freire (2004), apresentando-se como uma das principais armas na manutenção da dominação e silenciamento.

Outra característica desse sistema é a lógica perversa que fortalece o individualismo, alimentando a ideia de que o fracasso ou sucesso depende unicamente de fatores individuais.

Como vimos, Ana aponta para as mulheres por conta de um possível insucesso quanto a transformação de sua realidade. Essa ideologia sustenta tal lógica de dominação, que a partir dos sentidos que circulam na vida cotidiana, naturalizam a realidade e tomam fenômenos históricos como fatos naturais dados e acabados (CIDADE; MOURA JÚNIOR; XIMENES, 2012).

Quando na descrição dos modos de vidas narramos o novo processo de territorialização na Barra do Ceará e percebemos o modo como diante de interesses econômicos e políticos, por conta de uma continuidade no projeto de qualificação da orla, que traz consigo investimentos do capital imobiliário e turístico, a área da zona perderia a cobertura da ESF estamos visualizando um caso de violência estrutural. Bonet (2013), em suas pesquisas sobre a saúde pública sobre estigma, discriminação e saúde, aponta que a violência estrutural é “caracterizada como uma violência evitável, indireta e diretamente relacionada à desigual distribuição do poder na sociedade, configurando, desse modo, sistemas sociais desiguais” (BONET, 2013, p. 49). Para o autor, essas relações sociais desiguais têm um impacto direto na produção de saúde, nos acessos e privações, nas possibilidades e restrições de cuidado. E no caso citado, os interesses externos aceleraram o afastamento da única forma de cuidado das políticas públicas do local, visto que se é um projeto que ainda será pactuado com a comunidade essa ação na territorialização poderia ter sido evitada ou adiada.

A ESF traz como um dos principais elementos a territorialização, que é a capilarização da atenção na comunidade, seguindo formatos oficiais (a área do território a ser atendida delimitada pelo sistema) e os formatos intersticiais (que são as delimitações da própria comunidade), visto que a organização comunitária está para além do que a divisão de casas que o programa conta (BONET, 2013). Como podemos ver no caso das mulheres, elas são cadastradas como moradoras nas casas de origem, nos bairros e cidade onde as famílias vivem, contudo elas trabalham e vivem na zona, e quando surge necessidades efetivas de cuidado procuram o posto, na verdade procuram pessoalmente à Irene (ACS), para ter acesso ao atendimento. Com isso, elas não são um perfil de usuário padrão da política pública, elas não participam de grupo, não querem visitas periódicas para falar de sua saúde, não fazem consultas, não esperam o prazo das marcações, visto que a dinâmica delas é movida pela imediatividade e essa necessidade de programação e espera não é seguida ou legitimizada.

O fato de não seguir esse padrão as exclui muitas vezes do que a política pública de saúde oferece de atenção através do ESF para elas. Talvez o programa de saúde leia este fato como se as mulheres não compreendessem bem o programa e não se encaixasse, quando é preciso que a gente se questione se não seria o maior desafio e compromisso da política

encontrar estratégias e flexibilidades para dar conta desta realidade. Retirar a zona da área de cobertura foi à forma mais desesperada de escancarar a dificuldade de atender as mulheres e o perfil da zona.

Antes da oficialização da exclusão da cobertura da área da zona, eles já não conseguiram identificar e acompanhar o que é chamado de Itinerário terapêutico, ou os caminhos encontrados nos territórios para a articulação e cuidado. No tempo que estive em campo pude perceber que essa equipe da ESF depois de muitos anos conseguiu encontrar uma estratégia de acompanhamento para os moradores do morro, principalmente os envolvidos com o tráfico e com o crime organizado, tanto por um interesse dos profissionais que compõem a equipe, como pela maior gravidade social deste público que demanda uma solução urgente – foram muitas mortes dos jovens da comunidade nos últimos anos.

Foram adaptados os horários e dias de visita, passou-se a participar da vida comunitária, dos festejos e da mediação de alguns conflitos, a equipe entendeu que para conquistar confiança dos moradores precisariam mediar e solucionar questões com a polícia, e essas ações aparentemente paralelas aproximaram a ESF, os profissionais, da vida da comunidade. As putas em sua zona não ameaçam a vida de nenhum dos moradores, diferente dos membros dos grupos organizados na comunidade, logo como não há aparentemente um interesse também pessoal da equipe, não se criou motivação para encarar tal desafio. Restará pessoalmente à Irene desenvolver essa atenção intersitital, não oficial.

O que alimenta a violência estrutural assim seria

[...] o estigma, o preconceito e a discriminação em termo de uma relação mais ampla entre os processos culturais, as estruturas de poder e as possibilidades de resistência que nos conduzem a uma compreensão mais fundamentalmente social e política desses processos (PARKER, 2013, p. 31).

É a relação entre esse preconceito e discriminação com processos de desigualdade e de exclusão, e por conta de um sofrimento desproporcional surgido a partir dos lugares sociais desiguais que ocupam (PARKER, 2013).

Neste sentido, a população marginalizada social e economicamente, que se encontra excluída de uma minoria privilegiada no sistema do capital, segue vivendo em condições de alta vulnerabilidade, fato que fortalece estruturalmente a violência – diante desta realidade a violência acaba por virar estratégia de luta e se apresenta como meio para romper com a ordem social injusta (COSTA e PIMENTA, 2006). Assim, quando a zona se fecha cada vez mais em um gueto com regras e estratégias cada vez mais próprias, assim como as favelas ou outros grupos organizados, entendo que essa reação surge como essa tentativa de criar uma estratégia de resistência diante de um processo desigual de exclusão. Bia, quando diz “*aqui eu*

que resolvo” ou narra toda orgulhosa que *“outro dia um cliente foi achar de cantar de galo com uma mulher, quando as outras se deram conta, lincharam ele lá mesmo”*, ela justifica o uso de uma agressão como uma resposta a essa ausência de oportunidades, de segurança, de cuidado, de saúde, por parte desta população.

Contudo, só conseguimos identificar a “periculosidade” em um dos lados dessa polaridade, não enxergando a violência no centro das relações produzidas nesse sistema, marcada profundamente por desigualdade, exclusão e invisibilidades. Assim, assistimos cotidianamente nos discursos midiáticos a culpabilização e a criminalização de pobres e minorias políticas e vemos como estratégias adotadas as práticas higienistas e segregadoras.

Essa culpabilização (ACCORSSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012) se dá a partir da responsabilização individual das pessoas pela situação econômica vivida, sendo essa estratégia um modo de legitimação da exclusão, onde se anulam as causalidades sociais e históricas. As pessoas acabam por ser concebidas de modo apartado das relações sociais e dos processos coletivos de construção da sociedade que o mesmo está inserido.

Outra situação que merece destaque é o uso abusivo de drogas por parte das mulheres na zona. Em uma das visitas à Luana, aconteceu um fato que gostaria de narrar

Estávamos [eu e Irene] nos movendo para sair do bar quando entraram mais duas mulheres, falando alto e aparentando está sob uso de alguma droga psicoativa. Elas abraçavam Luana e dizia que a amava. Luana, abraçou-as e pediu para falar mais baixo pois ela estava com visita. Irene observa a perna da mulher e vê uma queimadura muito grande acima do joelho, e pergunta: “mulher, que foi isso? Ta tratando?” A loira responde: “vou falar a verdade para você, eu tava fumando uma pedra, que eu fumo mesmo, não nego para ninguém, entendeu? e a lata virou e me queimou e eu nem percebi (risos longos)”. Eu perguntei se ela tinha lavado direito, usado alguma coisa, algum pano, alguma folha para limpar [e no fundo pensando, o que de limpo ela poderia ter diante das condições que aparenta ter]. Ela respondeu: “eu não, fuma outra que passa a dor”. Luana ri e responde “que nada, deixa ela quente, ela tá dando é o cú para passar”. A mulher grita: “dou nada, alugo ou empresto”. Todas riem muito e começam a sair, nos que já estávamos de saída, fizemos o mesmo (DC 38, p. 45).

Esse diálogo foi muito interessante e revelador porque mesmo diante da dor elas não perdem o humor e nem a criticidade, a mulher, que até hoje não sei o nome, tem consciência do comportamento de risco em utilizar o crack sem proteção por conta da lata quente, encontrou sua própria estratégia de cuidado, ainda que a questione visto que faz mais uso da droga para anestesiá-la a dor da queimadura, e não reconhece seu corpo objeto a ser dado a alguém, utilize para realização de um serviço. Contudo, ela explicita a realidade de muitas outras mulheres que é consumo abusivo de drogas, mais que isso, ela explicita que quando esse uso se dá em um contexto marcado por situações de vulnerabilidade social as usuárias acabam expostas a uma série de agravos – empobrecimento, isolamento social em guetos,

situação de rua, comportamentos autodestrutivos, falta de moradia e alimentação balanceada, exposição a situação de violência (MERHY, 2012).

Essa exposição a uma lista demasiada de limitações dos direitos básicos acaba por submeter os indivíduos a um intenso sofrimento cotidiano em decorrência de inúmeras privações sociais e econômicas (TOROSSIAN, 2009), sofrimento esse que surge da insuficiência dos recursos disponíveis para uma vivência saudável, os expondo a níveis de deteriorização. Abromovay et al (2002) destacam que os desdobramentos dessa vulnerabilidade social se expressa nos planos singular, social e estrutural, e no caso da conversa citada, a colega de Luana é atingida por aspectos de suas relações primeiras em suas cenas de uso, na própria Barra, pessoalmente ela está exposta a acometimentos, desde a queimadura na perna, a realização de programas por baixos valores e pouca proteção, a conflitos com outros usuários e usuárias. Também, socialmente ela carrega o estigma da usuária, da drogada, pobre e puta. E estruturalmente, diante desse nível ampliado e organizado de violência ela tem uma restrição das possibilidades de desenvolvimento, de sociabilidade e de garantia de direitos sociais. A queimadura na perna da mulher, o contínuo abuso das drogas e a exposição à situações conflituosas precisa ser entendida assim dentro desta lógica estrutural de vulnerabilidade e exclusão.

Por fim, trago para aprofundar o entendimento da violência estrutural, o conceito de colonialidade de saber e poder (QUINJANO, 2010), processo esse que envolve uma dominação cada vez mais multifacetada que ultrapassa os níveis econômicos, político, marcado por relações desiguais, hierárquicas e exploratórias. Por traz de um projeto de poder, constrói-se um monopólio de saber, onde determinados modelos são legitimizados e acabam por dominar e subjugar minorias étnicas, culturais, econômicas, etc (SOUZA SANTOS, MENESES, 2010).

Esta colonialidade de saber e de poder é fruto de sociedades anteriormente marcadas pelas lógicas da relação colônia/ metrópole, onde a população colonizada foi despojada de seus saberes e meios de expressão – tendo essa reflexão iniciada a partir da realidade da América, sobretudo nas raízes histórias da colonização na América Latina. A colonialidade é sustentada e tem sua manutenção alimentada em uma imposição do padrão mundial do capital, de um etnocentrismo onde o jeito de pensar e de organizar é posto por cima dos outros, reproduzindo interesses particulares de certos modelos econômicos e políticos (QUINJANO, 2010; SOUZA SANTOS, MENESES, 2010). Assim, o significado sobre a prostituição, sobre a violência e as diversas desigualdades é influenciado a partir desses modelos reproduzidos pelas elites que detém e monopolizam os saberes.

Pensar a realidade da prostituta pobre é pensar que diferentes facetas marginalizadas as marcam: mulher, pobre, puta, além de tantas outras que compõe as especificidades culturais das mesmas, por um lado, e pensar como a prostituição também surge como modo de interromper a lógica excludente e acessar a cultura de consumo, por outro. A violência é um grande tema transversal do nosso modelo de sociedade e dos projetos de poder que estão em jogo.

Assim, é necessário questionar e desconstruir compreensões naturalizantes da violência, evidenciando sua construção social e histórica. Essa naturalização anestesia e passa a impedir o processo de conscientização (FREIRE, 1980)²⁵ das vivências opressoras, e pouco a pouco, silencia vozes e gestos, facilitando a dominação a partir de ações culturais politicamente engendradas e que produzem uma cultura de silêncio (OSOWSKI, 2010). Torna-se urgente um modo de compreensão complexo e multidimensional, em uma perspectiva macro e micro social, nas dimensões estruturais que a sustentam, assim como nas repercussões que promove nos modos de vida e na subjetividade dos sujeitos que a vivenciam.

7.2.2 A violência de gênero como uma violência cultural

Ainda de acordo com Minayo (2009), a violência cultural é expressa a partir de crenças, valores e ações que se naturalizam a partir da repetição e reprodução generalizada, “podendo ser classificada como todas as formas de violência que são naturalizadas na cultura de um povo, de um grupo ou de uma sociedade” (MINAYO, 2009, p. 36). Culturalmente, a partir dos complexos jogos de saber e poder, certas práticas e significados são adotados socialmente e tantos outros rejeitados, e nessas dinâmicas formas de pensar, sentir, agir são construídas e passam a regular as relações sociais.

Este tipo de violência “se apresenta inicialmente sob a forma de discriminações e preconceitos que se transformam em verdadeiros mitos, prejudicando, oprimindo ou às vezes até eliminando os diferentes” (MINAYO, 2009, p. 36). Pode-se pensar que os diferentes modos de preconceito e desrespeito às prostitutas se organizam a partir dos ideais de sexualidade e da moral vigentes legitimados socialmente a partir das naturalizações por vezes míticas e invisibilizadas, simultaneamente.

A violência cultural engloba inúmeras expressões de violência, dentre elas as questões de gênero, étnicas, religiosas e os tipos de deficiências físicas. Especificamente a violência de

²⁵ Para Freire, conscientização envolve o processo de “[...] tomar posse da realidade [...], é o olhar mais crítico possível da realidade, que a ‘des-vela’ para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (FREIRE, 1980, p. 29).

gênero é constituída por “formas de opressão e de crueldade nas relações entre homens e mulheres, estruturalmente construídas, reproduzida na cotidianidade e geralmente sofrida por mulheres” (MINAYO, 2009, p. 36). Funda-se nas relações desiguais de poder que estruturam nossa sociedade, que longe de serem naturais, são construídos culturalmente, adquirindo “um sentido instrumental, tornando-se uma categoria política cunhada pela abordagem feminista para denunciar as desigualdades na relação homem/mulher²⁶” (PORTO, 2006, p. 428).

O gênero, como problematizado no capítulo anterior, é uma categoria relacional construída culturalmente que amplia a percepção biológica de sexo. Destaco seu aspecto cultural pelo fato de que “não existe representação da diferença sexual independente de políticas culturais da representação” (MAYORGA, 2006, p. 2). Anterior aos modelos de masculino e feminino existe a criação destes modelos a partir das políticas microssociais e cotidianas que vão nos constituindo a partir dos significados sociais.

Se em um primeiro momento dos estudos feministas o gênero era considerado como a construção do sexo biológico, a segunda geração desses autores passou a questionar o conceito de sexo enquanto dispositivo natural, evidenciando o aspecto relacional. Hoje, com o aprofundamento dos estudos *queer* (BUTLER, 2003; SCOTT, 1995), que dão visibilidade a outras performances de gênero, a exemplo dos transexuais, transgêneros, passou-se a considerar a desconstrução do sexo biológico de homens e mulheres, considerando os desejos e as transformações corporais e identitárias. Assim, “a noção de gênero adotado passou a ser de que o gênero marca relações de desigualdade de ordem de masculinos e de femininos que transitam em corpos de homens e de mulheres” (BEIRAS, NUERNBERG, ADRIÃO, 2012, p. 213).

Tal posicionamento embasa o entendimento de que elementos constituintes de tal violência são inscritos e configurados socialmente pelo patriarcado e suas ideologias nos modelos culturais do que é ser mulher e ser homem. Bem como por outros modelos de dominação que marcam as condições de vida das mulheres, a exemplo do racismo, classicismo, preconceitos de origens, etc, como pondera Mayorga (2006).

Essa violência aparece como resultado do conflito de gênero por alimentar-se em um ciclo de dominação-vitimização-reprodução que explora, oprime, silencia, não sendo fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas (SANTOS; IZULMINO, 2005). Ainda segundo esses autores, a condição de gênero motiva a existência desse tipo de

²⁶ É importante pontuar que a violência de gênero está para além da relação homem e mulher, também ocorrendo entre homem/homem e mulher/mulher. Também existem diferenças entre a violência de gênero, a violência contra a mulher, violência doméstica e violência intrafamiliar – Para maior aprofundamento destas diferenças, pesquisar Saffioti (2004).

violência, ocorrendo majoritariamente nos espaços sociais ditos para mulheres: espaço privado e/ou doméstico, na família, em casa.

Nati viveu ao longo de sua vida inúmeras situações de agressão física e psicológica por parte do seu antigo companheiro. Ela relata ter se casado muito cedo, com 17 anos, tendo que trabalhar fora de casa porque o marido fazia uso abusivo de álcool e colocava nela a responsabilidade da manutenção da casa, e indiretamente do vício,

[...] o problema não era trabalhar fora de casa, era ter de voltar a apanhar e ser humilhada por ele. Não importava se os vizinhos tava ouvindo, ele sempre dizia que era um problema doméstico, dele com a mulher dele, e que as pessoas não tinham o direito de se envolver. Quando tomei coragem para me separar, entendi porque mamãe dizia que era cedo para eu me casar. Veja só, quando chegou ao fim que eu entendi o risco que entrei lá no início

[...] é difícil eu me abrir e confiar em qualquer pessoa, tenho medo, insegurança, não acredito. Sofri muito Lorena, foi muita porrada e decepção. Tá vendo esses remédios, essa mão suando aqui, eu fico desesperada quando lembro de certas coisas (NATI, DC 26, 29/10/2013).

Ela relata das agressões sofridas e do quando isso a devastou, marcando-a profundamente. Hoje diagnosticada com depressão e síndrome do pânico, teve fortes reações corporais ao falar dos casos de violência (taquicardia, sudorese, descontrole na respiração, choro) e fica evidente a correlação que sua história, e esses casos de agressão, possuem com a construção de sua subjetividade, com sua autoimagem e com o possível adoecimento psíquico.

De acordo com Porto (2006), desde 1991 a violência contra a mulher é reconhecida pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPS) como causa de adoecimento das mulheres, sendo considerada uma questão de saúde pública diante dos agravos de ordem psicossociais ocasionados. Tais agravos variam de empurrões leves chegando à situação de morte. Por também ter natureza crônica ultrapassa traumas visíveis, associando-se a questões psicológicas (depressão, insônia, distúrbios alimentares e de aprendizagem), queixas ginecológicas (abortos e gravidez indesejada, DSTs, infecções), abuso de álcool e outras drogas, hipertensão, doenças cardíacas, dentre outros. Assim, Alemany (2009) analisa que ao ferir diretamente a mulher, “essa violência a priva da liberdade de ir e vir, do sentimento de segurança, autoconfiança, da capacidade de construir relacionamentos, do gosto pela vida” (ALEMANY, 2009, p. 273).

Segundo dados do Mapa da Violência 2012 (WASELFISSZ, 2011), no Brasil a cada 15 segundos uma mulher é agredida, a cada dia 10 mulheres morrem vítimas de violência contra a mulher e a cada ano um milhão de mulheres são vítimas dessa violência. Em Fortaleza, em 2012, foram registrados 6.112 casos de violência contra a mulher em toda a

cidade, especialmente na SER I, foram registrados 802 casos, sendo que desses 145 ocorrem na Barra do Ceará. Em 2013, foram registrados 9980 casos em toda a cidade, sendo especificamente na Barra do Ceará 161 casos. Até o mês de fevereiro de 2014 nas Delegacias Especializadas de atendimentos às Mulheres (DEAMS) de Fortaleza foram registrados 1269 casos, ocorrendo na Barra do Ceará 18 desses casos (OBSERVEM, 2013). Esses não nos dá uma dimensão do tipo de agressão sofrida especificamente, mas nos dá dimensão do número alarmante, que se justifica pelo aumento das denúncias desses casos. Contudo, a violência contra a mulher em situação de prostituição é velada e, possivelmente, não está contabilizada nesses dados estatísticos, e como consequência não encontramos políticas específicas de enfrentamento.

Quando perguntava com quem contar em situações de violências elas eram enfáticas em dizer que *“contar com quem? Comigo mesma e com minhas pernas para correr”* (RAQUEL, E1, 01/10/2013), com as outras colegas, com os seguranças das casas e boates. Lú esclarece que *“com família não se conta, pois muitos nem sabe que a gente tá aqui, e se souber vão achar é pouco por a gente escolher ta aqui”* (LÚ, DC 31, 26/11/2013). Sobre a polícia, Nati diz que *“na hora mesmo, de uma reação, não se conta ou espera por polícia”*, Raquel também compartilha dessa percepção *“eles aqui dentro vem para ficar de sassarico, fica vendo a gente se arrumar, dançar, se diverte com nós, sabe dos parangolé que acontece mas não faz nada, não quer criar problema com a casa e nem com os caras”* (RAQUEL, DC 24, 14/10/2013). Como se pode perceber, elas não procuram os serviços ou instâncias específicas para solucionar as situações de violência, contando com soluções locais e privatizadas, e quando tenta esbarram um outro desafio.

No Brasil, no dia 22 de setembro de 2006, depois de uma punição na corte internacional, entrou em vigor uma legislação especial para tratar da violência contra mulher. A Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, tem por objetivo *“criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher”* (artigo 1º), e é um marco histórico por marcar o reconhecimento da violência contra mulher um problema social no nosso país.

Esse dispositivo jurídico legitima o movimento feminista que desde os anos de 1970 intensificou no Brasil a organização e a luta pelos direitos das mulheres. Apresenta-se como uma abordagem integral no enfrentamento à violência, articulando três dimensões: combate, proteção e prevenção. Os eixos se organizam assim: 1º) Medidas criminais, envolvendo inquérito policial, prisão e a possibilidade da queixa também ser prestada por testemunhas indiretas, não necessariamente pela mulher agredida; 2º) Medidas de proteção da integridade física e dos direitos da mulher, que envolve um conjunto de medidas com caráter de urgência

e que se voltam ao agressor, e ficam disponíveis assistência psicológica, jurídica e social; 3º) Medidas de prevenção e educação, desenvolvendo-se a partir da reprodução da violência e de inúmeras formas de discriminação de gênero (PASINATO, 2010).

A articulação destes três eixos e a efetivação da Lei é ainda um desafio quase 7 anos após ter entrado em vigor. A aplicabilidade da lei envolve, em certa medida, a articulação entre as Delegacias especializadas no atendimento à mulher (DEAM), os Juizados de Violência Doméstica e Familiar, os Centros de Referência especializada da Assistência Social (CREAS), as Secretárias Municipais, Estaduais e Nacional das Mulheres, bem como os diversos movimentos sociais do segmento. Destacamos como uma das muitas tentativas de fiscalização, articulação e implementação o Observatório da Lei Maria da Penha²⁷ que acompanha a realidade das capitais do país e os desafios da aplicação da lei.

No mês de março de 2013 estive em Salvador para participar do seminário “Mulheres rompendo silêncios e denunciando violências²⁸”, onde foi debatida a questão da violência contra a mulher, a aplicabilidade da Lei Maria da Penha e o cotidiano da baixa prostituição. Durante minha explanação, que trazia em tom de denúncia o pano de fundo desta pesquisa, que é a naturalização e invisibilidade da violência contra a prostituta, questionei a aplicação da Lei e a exclusão da proteção à prostituta nesse aparato jurídico. Inicialmente, ouvi de pessoas da mesa e da plateia o espanto quanto às questões levantadas, visto que nunca foi uma questão para suas pesquisas e bandeira de luta – sim, não haviam percebido, nem questionado a presença da violência no contexto da prostituição.

Essa reação de espanto também foi feita por Raquel e Bia quando conversamos sobre isso

[...] pronto, isso aí eu não sabia, acho que isso aí tem que ser mudado. Porque a Maria da Penha é uma mulher, e nós também somos mulheres, independente do que a gente faça. Então quer dizer que se eu for agredida eu não posso usar da lei porque ela não protege garota de programa? Como aqui eu vejo muito passar as garotas que se drogam, visivelmente elas são agredidas muito no meio da rua, não pode usar a lei de maneira nenhuma? Pois eu acho que o governo é um tremendo covarde. Isso eu não sabia, é discriminação por parte de todo o governo (tom mais sério) (RAQUEL, E1, 01/10/2013).

Eu tava totalmente ignorante sobre a isso, porque eu imaginei que por ser mulher eu seria protegida pela Maria da Penha, ne? E isso me deixa indignada [...] então eu acho esse aí um motivo pra realmente, é preciso se um dia algum grupo for fazer alguma coisa, passeata, porque é necessário (BIA, DC 19, 16/09/2013).

²⁷ Informações sobre o Observe – Observatório Lei Maria da Penha, podem ser obtidas na página da web <www.observe.ufba.br>.

²⁸ O seminário organizado pelo Projeto Força Feminina em articulação com o Ministério Público do estado da Bahia e com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de Salvador.

Especificamente a lei restringe a proteção “aos casos de violência que ocorrem em ambiente doméstico (independente de vínculo familiar), nas relações familiares ou em relações íntimas de afeto (artigo 5º)” (PASIONATO, 2010, p. 220). Justifica-se tal restrição por considerar que o contexto doméstico é o lugar que a mulher mais sofre violência e por trazer para considerar a proteção individual ainda que essas situações ocorram no “seio” familiar – fato que dificultava moralmente a denúncia e a responsabilização dos agressores.

É preciso reconhecer que a lei amplia a proteção para qualquer mulher, independente de classe, etnia, orientação e identidade sexual (SANTOS; IZULMINO, 2005). Contudo, ao restringir a proteção para o contexto doméstico e para relação familiar abre brecha para lacunas como a dos casos da prostituta. Diariamente muitas delas são espancadas, estupradas, torturadas (física, psicológica e simbolicamente) e mortas nos locais de “batalha”, visto que nesses locais, o uso da violência é um código legitimado como coerção ou defesa, e o domínio se dá pelas relações de poder que se efetivam pela existência de tais violências (SILVA, 2006), ocorrendo indiscriminadamente entre as prostitutas, com os clientes, policiais e membros da cafetinagem.

Ela legisla diante de relações íntimas de afeto, contudo condiciona ao contexto doméstico. Diante disso, questiono o que é familiar? E doméstico? Se uma prostituta for agredida por seu companheiro ela terá a mesma atenção quando for fazer denúncia? E até onde tal recorte não reproduz um viés moralista das experiências sexuais, relacionais, afetivas das mulheres. Raquel questiona esta leitura da lei ao expor que

[...] eu tenho clientes de toda semana, fixo mesmo, tem garotas que tem o marido. O marido sabe que a garota vem para trabalhar num ambiente desse. Tem várias. Tem garota que tem um namorado. Ele sabe. Então quer dizer que se tem marido e namorado e for agredida por ele, for na delegacia, mas ele vai dizer que era garota de programa, aí fica assim, tudo bem? (RAQUEL, E1, 01/10/2013).

Raquel é brilhante ao questionar a aplicabilidade da lei por perceber que ela não dar conta dos diferentes formatos de relacionamento e inclusive de família. Sempre questiono quando penso sobre esse aspecto se é uma limitação da lei a ser superada a partir da luta e dos movimentos feministas e de prostitutas, ou se é uma limitação na interpretação de quem opera a lei e é responsável pelo registro do caso. O moralismo não estaria em quem recebe esses casos? Acredito que o preconceito e a discriminação à prostituição estão presentes no recebimento e na análise dos casos. A violência contra mulher, quando analisada amplamente, tem correlação com a sociedade machista e sexista que marca a vida das mulheres, independente das atividades que exercem, dos locais que frequentam e das relações que mantêm. Raquel finalizada a entrevista dizendo,

Sabe sobre aquilo da violência, não vou contar pros clientes, jamais. Porque assim, são muitas donas de casa que são agredidas, tudo bem. Mas, e quantas garotas também não? Eu tive sorte, só fui uma vez. Mas sabe lá o que me reserva para mais tarde? Eles morrem de medo da Penha, vou deixar continuando tendo (E1, 01/10/2013).

As violências que essas mulheres estão expostas articulam-se como uma espécie de teia ou de rede de violências na prostituição, estando para além de um ato ou uma agressão isolada de um cliente, passando a ser compreendida como um modo de relação. Essas violências às quais as prostitutas estão vulneráveis envolvem assim os códigos e signos culturais que compõem aspectos laborais, as dinâmicas territoriais, institucionais e estruturais, em planos micro e macrorelacionais, acabando por marcar a constituição de seu psiquismo, de suas relações, impondo lugares sociais a serem ocupados – ou esperando que as mesmas os ocupe. A tolerância a sua presença é ampliada e como Martin-Baró (2003) problematiza, em espiral, passa progressivamente a ter desdobramentos nas relações que essas mulheres estabelecem com outras pessoas, com o mundo e consigo mesmas.

Freire (2004) trabalha a ideia de cadeias de opressão, referindo-se aos processos e relações de opressão que os indivíduos excluídos sócio-educacionalmente participam, referindo-se desse modo para estruturas de níveis micro e macrosociais. Ele articula a relação entre as instâncias macro e microsociais na constituição dos sujeitos, pois a proximidade com situações de violência acabam por reproduzir entre os sujeitos e as tais violências. Desse modo, essa teia ou rede de violências na prostituição marcam suas visões de mundo, sua capacidade de colaborar com os outros, sua socialização, sua abertura para o diálogo e exigindo a criação de resistências e sobrevivência.

7.3 Ensaando uma concepção das implicações psicossociais da violência

Como vem sendo desenvolvido ao longo do texto, a violência não é um conceito estático e dado, é um modo de sociabilização e da dinâmica social (PERES, RUOTTI, VICENTIN, 2010). Pensá-la especificamente no contexto da baixa prostituição é pensar complexamente seus símbolos, suas políticas e suas materialidades no cotidiano das mulheres, reconhecendo suas implicações, suas marcas, seus traços em suas vidas. Estudar as implicações da violência nos modos de vida das prostitutas convida a uma compreensão que tem como centro os sentidos, significados, pensamentos, comportamentos e afetos singulares e coletivos de quem a produz e a vivência.

Nepomuceno (2013, p. 58) compreende que o termo psicossocial busca “dar destaque aos atravessamentos do social no humano, assim como sua reversibilidade, do humano no social”. No seu estudo sobre as implicações psicossociais da pobreza com usuários do sistema de saúde mental de Fortaleza, ela destaca como a constituição das subjetividades é tecida a partir das condições e contradições da pobreza, considerando que os aspectos socioeconômicos possuem dimensões estrutural, social e singular/particular (NEPOMUCENO, 2013). Com isso, os processos psicossociais devem ser analisados em um movimento constante do “coletivo ao particular, do particular ao coletivo” (p. 60).

A partir de uma leitura Vygotskiana compreendo que o ser humano se constitui em meio a jogos relacionais, a apropriação dos instrumentos, a criação e compartilhamentos dos signos, a inserção na cultura (VYGOTSKY, 2000). Essa inserção cultural, em um momento histórico, marca dialeticamente as condições de vida social e sua ação no mundo, onde o desenvolvimento psíquico é marcado pelo social, e essa realidade social pela ação do indivíduo. Essa marca social no psiquismo humano se dá pela compreensão de que a atividade psicológica é reconstruída a partir da internalização de formas culturais, e não das coisas, tendo como base os signos – inicialmente uma atividade externa é reconstruída e começa a ocorrer internamente, em um processo onde o interpessoal é transformado em intrapessoal (PINO, 2000).

De maneira inter-relacional, o sujeito apropria-se e internaliza os significados culturais de maneira particular, atribuindo interpretação própria, visto que “a singularidade do sujeito envolve uma conjunção de elementos de convergência e divergência em relação ao outro, de aproximação e afastamento frente a este” (NEPOMUCENO, 2013, p. 59). Assim sendo, ainda que compartilhem inúmeras situações na zona de prostituição as implicações e compreensões desta vivência são profundamente particulares.

Para Martin-Baró (2005), o social possui um caráter fundamental do humano, destacando a centralidade dos lugares ocupados na trama relacional e estrutural da sociedade, sendo a unidade de análise dos processos psicossociais a relação sujeito-mundo-sujeito. O modo de vida é esse lugar privilegiado para observarmos essa unidade de análise. De acordo com Valsiner (2011, p. 250) vivemos dessas “construções subjetivas episódicas” que são significadas pelas mais diversas vivências, por mais simples que possam parecer ser. Tais construções envolvem diferentes afetos, sentidos e reflexões sobre os contextos e relações, onde de forma integrada o cognitivo, afetivo e simbólico produzem signos e elaboram as experiências de vida.

É no cenário cotidiano, no contexto vivido que a microgênese ocorre, ou seja, é onde se dá a criação de significados e a organização das tensões e desequilíbrios produzidos pela experiência imediata. Esse cenário, ou campo genético, é a mesogênese (VALSINER, 2011). O autor propõe a mesogênese como o campo mediador da transição entre microgênese e ontogênese, entre o imediato e transformação de certas experiências em estruturas de significados relativamente estáveis. Seria na mesogênese que as vivências passam a fazer parte do curso de vida – vivências essas de diferentes ordens, podendo ser destacados o trabalho, as experiências amorosas, familiares, religiosas, comunitárias.

Para Valsiner (2011), o nível mesogenético é justamente onde ocorre o processo de humanização do sujeito no desenvolvimento cultural proposto por Vygotsky (1994) – ao se debruçar sobre esse momento do desenvolvimento humano. Valsiner (2011) contribuiu com o aprofundamento e desdobramento das ideias propostas pela Teoria Histórico-Cultural. Vygotsky (1994) compreendeu o desenvolvimento humano articulado com a história da espécie dos animais, como um todo, que define os limites e as possibilidades do funcionamento psicológico humano; com a história do indivíduo da espécie humana; com a cultura onde esse ser humano vive; com aspectos mais microssocial, particular²⁹). No trânsito desses planos, o ser humano vai criando as condições psicológicas e materiais para transformação do ambiente e das relações em que vive – desse modo, tais aprendizagens passam a ser elaboradas e significadas. A partir de Vygotsky, a análise do desenvolvimento humano se daria assim, com a compreensão dos reflexos psíquicos na realidade e no modo como a consciência e o processo histórico do modo de vida se correlacionam (REBOUÇAS JUNIOR; XIMENES, 2010).

Ao propor a mesogênese, Valsiner (2011) chama atenção para os fenômenos culturais-psicológicos e sua relação com a experiência afetiva, apostando no afeto para pensar a mediação semiótica. Se a significação é a mediadora universal no processo do ser humano tornar-se ser cultural, o portador dessa significação é o outro (PINO, 2000), sendo o afeto um elemento circunscrito que marca o curso da vida, tanto a partir das experiências das pessoas, como do contexto mesogenético, implicando nas escolhas, nas reflexões e nas posturas. A cultura se materializa na mesogênese, e é na mesogênese que é possível compreender seu sentido e seus desdobramentos nas relações sociais e institucionais.

A cultura é compreendida como uma produção humana, que tem como fontes desta produção a vida social e a atividade humana (PINO, 2005). É a partir da inserção na cultura

²⁹ Filogênese, Ontogênese, Sociogênese e Microgênese, respectivamente.

que o ser humano passa a adaptar-se e a transformar a realidade, criando condições de existência e modificando o curso “natural” das coisas. A cultura se expressa assim, as mais diferentes produções do ser humano, relacionando-se com as produções artísticas, tradicionais, científicas, organizativas, comunicativas, envolvendo desde a acumulação de informação partilhada cotidianamente, até a organização das regras e códigos construídos socialmente.

Valsiner (2011) entende que é a partir do nível mesogenético que as experiências imediatas são organizadas, significadas e possibilitam a vida cotidiana, estando a cultura como mediadora desse processo. Os símbolos e os instrumentos, que são construções humanas, possibilitam a criação dessas condições, sendo ao mesmo tempo meios de produção de cultura, por mediarem a ação humana sobre a natureza e sobre outras pessoas, e produtos dessa própria cultura, da marca humana (PINO, 2005).

Pela imersão na cultura o mundo adquire significado para o indivíduo. Em um movimento dialético, o indivíduo inserido em sua cultura se torna sujeito, da mesma forma que nele se expressa a sua cultura, ou seja, a pessoa carrega em si as características de seu contexto cultural e as idiosincrasias que a torna singular e única.

Uma vez que todas as ferramentas semióticas utilizadas na criação de campos afetivos são construções culturais, pode-se dizer que todos os campos afetivos pessoais são culturais em sua natureza. Além disso, são ferramentas históricas: podem ser construídas sob as condições históricas de uma geração e transcorrê-la para próxima (VALSINER, 2011, p. 269).

A questão para se pensar a cultura e o desenvolvimento humano envolveria material e politicamente não apenas a capacidade do sujeito de adquirir e produzir cultura, mas os contextos e as condições de praticar, de observar, de relacionar-se e desenvolver-se, sendo fundamental desnaturalizar e considerar os impactos das desigualdades e privação no processo de desenvolvimento (LEONTIEV, 1978). A cultura é entendida desta forma, como um dispositivo mediador dos modos de significação e construtora dos signos que transformam os contextos e as relações, a partir de relações cotidianas, micro e macrosociais, políticas e complexas, sendo crucial para compreender o psiquismo humano.

As implicações psicossociais da violência no modo de vida da prostituição aborda a relação entre a violência e o modo de vida. Essa relação se dá a partir dos elementos que estão neste entre. Entre o pessoal e o coletivo, o familiar e o territorial, entre as formas de organização da zona de prostituição e o modo de trabalhar mais pessoal. Possui desdobramentos ético-políticos na construção da dignidade e da sobrevivência diante de si, da casa de prostituição e do território.

A grande categoria implicações psicossociais da violência se apresenta como um recurso analítico na compreensão dos aspectos materiais e simbólicos que marcam as compreensões particulares dos indivíduos sobre a presença, a convivência, o confronto, o questionamento e a utilização da violência como modos de relação. Essas implicações psicossociais são expressões do encontro dos significados coletivos e os sentidos pessoais sobre violência construídos por quem a vivencia a partir de sua imersão cultural.

Na busca por uma aproximação compreensiva de tais implicações o conceito de Rede de significações (RedSig) surge como uma perspectiva teórico-metodológica de análise dos trânsitos entre os significados e os sentidos construídos pelos sujeitos em um contexto (ROSSETI-FERREIRA, 2004). Ao propor um novo olhar para o processo de desenvolvimento humano, a RedSig possibilita conhecer o universo semiótico estruturado a partir da “rede de significados e sentidos presentes na ação de significar o mundo, o outro e a si mesmo, efetivada de modo interativo” (ROSSETI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004, p. 24), considerando a possibilidade de reconfiguração da rede ao longo desse desenvolvimento.

A configuração da rede disponibiliza um conjunto de significados, os quais se constituem como mediadores de cursos prováveis da ação do conjunto de pessoas participantes de uma situação. Esses significados canalizam ações/emoções/concepções em determinadas direções, mais do que em outras; promovem certas possibilidades de atuação dos parceiros em interação. Portanto, a configuração atua como impulsionadora para determinadas direções e aquisições, ao mesmo tempo em que distancia ou, mesmo, impede ou interdita outras (p. 29).

A rede é a metáfora da articulação dialética entre os diferentes contextos e as perspectivas pessoais, articulação essa que por ser dialética é dinâmica, inclusiva, original, e pode reconfigura-se. Os circunscritores (VALSINER, 1987) são um conjunto de elementos de ordem material e simbólica que regulam os limites e possibilidades de organização da RedeSig (SILVA; ROSSETI-FERREIRA; CARVALHO, 2004). Esses circunscritores perpassam os códigos e padrões culturais, os contextos, servindo como referência para organização dos pensamentos, sentimentos, ideais e para os sentidos pessoais. Para Gonzáles-Rey (2004) está no estudo dos sentidos a chave para compreensão da configuração dessa rede de significados, por entender “o sentido como categoria psicológica complexa em que o corpo e a cultura se integram numa dimensão diferente: a dimensão do sentido” (GONZÁLES-REY, 2004, p. 60), capaz de integrar emoção, intelecto, consciência. Ouso dizer que os sentidos contribuem também para termos uma dimensão dos circunscritores que regulam de modo significativo a construção dos nossos modos de vida e dos nossos processos de significação.

Assim, inquieta-me compreender os sentidos construídos a partir das vivências de violência, por entender que o sentido é a singularização dos significados que envolvem o contexto e as relações onde estamos inseridos. O que realmente é compreendido por essas mulheres como violência? Como se dá esse processo de elaboração?

7.3.1 Os sentidos construídos sobre violência

De acordo com Barros et al. (2009), o sentido é o processo particular de significação, que dialeticamente é compreendido “através de relações sociais, onde uma gama de signos é posta em jogo, o que permite a emergência de processos de singularização em uma trama interacional histórica e culturalmente situada” (BARROS et al., 2009, p. 179). Tal categoria psicológica tem relação direta com os significados, contudo é uma zona mais fluida, dinâmica e extremamente contextual, ocorrendo transformações a partir das diferentes interações e afetos produzidos, diferentemente dos significados que são mais estáveis e duradouros, sendo historicamente compartilhados culturalmente.

O sentido diz da experiência do sujeito em uma zona de encontros entre processos coletivos e individuais, entre dimensões cognitivas, afetivas e simbólicas, marcadas pelo contexto e pelas interações sociais, sendo para Vygotsky (1994) o significado apenas uma das zonas ou dimensões do sentido, afirmando assim a diferença entre ambos. O conceito de sentido serviria assim “como recurso analítico para a superação de cisões e dualismos interno-externo, social-individual, cognição-emoção, mente-corpo” (BARROS et al., 2009, p. 180). Ainda que os significados sejam compartilhados coletivamente e façam parte dos códigos e entendimentos culturais, o que fica e como cada pessoa percebe os processos?

A partir da análise dos dados encontrei seis principais sentidos sobre a violência na prostituição, tentando agrupar os entendimentos, posicionamentos e expressões das entrevistadas em núcleos temáticos que falam delas e da multiplicidade de perfis e posturas na prostituição: Violência como “desrespeito da alma”; Violência como o que faz se sentir lixo; Violência como crueldade e doença de quem pratica; Violência como lei dos mais fortes; Violência como dificuldade de se impor; Violência como “acabar com uma parte e redescobrir outra”.

Ana acredita que falar da violência do lugar de expectadora, pois como ela batalhou apenas até os 22 anos ela diz não ter vivido agressões significativas. Hoje, há mais de 30 anos administrando bares na zona de prostituição, analisando tudo o que viu e ouviu acredita que a

violência “*é um ato de covardia, crueldade, é você usar de uma força com alguém que tá podendo menos ali, é um desrespeito sabe, bem forte, bem fundo. É desrespeito na alma, na pessoa mesmo, no eu*” (ANA, E1, 22/11/2013). Ela relata que viu muita gente “se diminuindo” diante da exposição e agressão sofrida na prostituição, apontando assim para uma construção negativa de autoconceito (FERNANDES et al., 2005). Esse desrespeito da alma seria a negação do outro e de sua capacidade de criação, sendo a violência assim um instrumento de manutenção do binômio dominação-opressão (CIDADE, MOURA JR, XIMENES, 2012).

A manutenção desse binômio seria perpetuação pelo que Góis (2008, p.53) chamou de Ideologia de Submissão e Resignação que é: “uma lógica de dominação ou sistema de ideias, valores, crenças, conhecimentos, atitudes, normas, leis, práticas sociais e institucionais que defina as condições e o modo coletivo de viver da classe oprimida” O autor está pensando a população oprimida e compreende essa ideologia como a instalação e reprodução de relações injustas e desiguais de poder.

Ana aponta que o fato das prostitutas conviverem com a violência cotidianamente, em diferentes situações, contribui para que se acostumem com aquilo, como se passasse a aceitar. Dessa forma, quando há o que Ana chama de costume, estamos falando da captação dessa relação para si, para o seu autoconceito. Assim, a própria crença em si e em sua capacidade de agir é posta em jogo, estando o desrespeito da alma ocupando esse lugar de acomodação diante da violência sofrida e a adoção do autoconceito negativo.

O sentido apontado a partir da experiência de Raquel também pode ser analisado à luz destas questões, pois ela, que fala do lugar de quem sofreu e sofre violências revela se sentir “*Um lixo... um lixo! A pessoa já não tá bem e vem alguém e te joga lá para baixo. É muita humilhação mesmo, é você ser lixo, pior que sei lá o que*” (RAQUEL, E2, 14/10/2013). Raquel revela sentir-se lixo porque para estar na prostituição abriu mão de muitas coisas e essa forma de ser tratada mexe profundamente com o que pensa sobre si, onde a cada nova exposição revive a sensação de culpa “*mais uma vez. Você mesmo gosta*”. A cada nova agressão é como se a ideologia fosse reforçada e entre um misto de sofrimento e culpabilização, acaba por aceitar essa condição, produzindo comportamentos e sentimentos que agravam tal sentido (GÓIS, 2008). Esse sentido de lixo acaba por ocultar a faceta social da violência, naturalizando-a em um problema ou uma questão dela.

O desrespeito na alma e o sentir-se lixo se encontram em meio a sentimentos de humilhação, vergonha, desmerecimento, gerando sofrimento. Tais sofrimentos são gestados em meio a situações de exclusão social, sendo de acordo com Sawaia (2011), um sofrimento

ético-político, por retratar “especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (SAWAIA, 2011, p. 108). Quando Ana diz que viu pessoas se diminuírem, com muita vergonha diante da agressão, e Raquel diz que é humilhação, elas estão falando de um sentimento de inferiorização.

La Taille (2004) conceitua a vergonha e a humilhação, como sentimentos distintos, ainda que empregados com sentidos próximos, onde a humilhação é identificada quando há alguma forma de violência que objetiva inferiorizar alguém ou um grupo, e a vergonha quando efetivamente a pessoa compartilha essa imagem negativa. Assim, na humilhação pode ou não ser aceita a imagem imposta, e na vergonha é compartilhada o sujeito negativo de si. Ana e Raquel usam esses sentimentos com sentidos contrários ao que La Taille (2004) teorizou, quando Ana diz que acha que as mulheres que sofrem violência sentem vergonha, diante do lugar de expectadora ela está supondo, logo ela assiste a tentativa de humilhar e inferiorizar o outro. Raquel, quando diz que se sente tocada e marcada pelo que os outros dizem dela, mais do que sendo humilhada, ela passa a sentir vergonha, já que ela mesmo relata que ouvir isso é reviver o peso de suas escolhas, aceitando de algum modo o peso de ser lixo.

Para Lú a violência é

[...] uma maldade, crueldade, é tipo uma sacanagem, bandidagem... eu penso que fazer o que certos homi faz com nos é doidice, só pode, só pode, só pode, porque tem que ser muito maluco para querer entrar em um quarto e bater em uma mulher para dor [doer]. Assim, Né bater gostosinho não, se é que me entende, é bater valendo, forte, deixar marca forte no bumbum, na perna, no braço, no rosto, já, já, já vi até deixar roxo na barriga. E eu te pergunto: como pode? Porque eu te juro, fia, que eu não sei, né não dona Ana? Depois só falam mais do cara lá de cima, tem muita gente pior aqui em baixo! Ai, ai, viu? (LÚ, DC 29, 06/11/2013).

Lú se emociona quando fala disso, terminando esta frase em lágrimas. Ela é uma mulher com o corpo muito marcado, marcas de diferentes agressões, seja durante programas com seus clientes, seja em briga com outras mulheres, seja quando está embregada e leva algum tipo de queda. Como disse anteriormente, Lú possui uma profunda dificuldade em organizar suas ideias porque para ela é muito difícil se deixar falar. O campo afetivo envolve todo o processo de significação, e quanto mais difícil se dá o processo de nomeação, elaboração, as experiências ficam em um nível descritivo, difuso e muito pouco elaborado. Desse modo, quanto mais elaboramos e nomeamos as vivências, mais compreendemos o que sentimos e os contextos e relações que nos rodeiam (VALSINER, 2011).

Contudo, em meio a sua emoção fica entendido que o seu sentido sobre violência é permeado pela figura do agressor, supondo que para comportar-se de modo tão violento este

deve possuir algum tipo de doença psíquica. Lú toca em uma questão delicada quando nos propomos a pensar a violência contra a mulher: o papel ou o entendimento sobre o agressor. Lima e Mello (2012) questionam inicialmente porque se utilizar o termo agressor, quando se está discutindo sobre situações de crimes, devendo ser considerando assim os autores dos atos violentos como criminosos. Outra questão apontada é: prisão ou tratamento? Qual distância entre os encaminhamentos a serem dados?

Para os autores conspirar a possibilidade de tratamento psiquiátrico exclusivamente, e como saída óbvia, especialmente em caso de violência contra a mulher, é justificar de algum modo algum desajustamento psíquico que explique o fato, colocando nos aspectos psicológicos os porquês dessa violência. Seria uma legitimação ou uma flexibilização? Quando Lu constrói este sentido sobre violência ela questiona a saúde psíquica de quem a agrediu e parece não querer acreditar em modos de relações deste tipo. Contudo, Lima e Mello (2012, p. 6), apontam que “não é ‘tratamento’”, mas sim uma reflexão capaz de questionar as relações de gênero que produzem a violência contra a mulher”, pois, para os autores, pensar sobre violência contra a mulher é pensar em relações violências e envolve desnaturalizar os papéis ocupados, tirando o homem do lugar de agressor e a mulher do lugar de vítima.

É interessante fazer um esforço para compreender que a lógica agressor-agredida; violentador-violentada compõe falsas polaridades de uma relação violenta. Quando observamos de um modo mais ampliado podemos perceber que tais polaridade podem ser analisadas de maneira integradas (ROSSETI-FERREIRA, 2004), visto que os lugares e os papéis são ocupados/atribuídos em meio às contradições ou oposições que compõe o fenômeno da violência, nesse caso da violência contra a mulher.

Pensando essa relação, apresento mais dois sentidos surgidos. Para Luana, a violência se baseia na Lei dos mais fortes, “*você precisa se posicionar, ser firme, manter sua moral diante do outro, diante das garotas. Rola agressão, rola? Mas é preciso não deixar repetir mais, não ir mais com o cliente, aprender com o fato*” (Luana, DC). Agir de modo mais impositivo, agressivo, no contexto compartilhado pela mulher é uma estratégia de sobrevivência, de garantir um lugar na prostituição, é a representação de pessoas que conseguem transitar e manter-se neste espaço.

São a partir das relações sociais e das interações que vamos delimitando, negociando, reformulando, recriando os papéis e os lugares que ocupamos ou queremos ocupar, em um processo em que transformamos os membros das interações e a nós mesmos (ROSSETI-

FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004). Assim, para Luana ela ganha ao ser violenta, visto que poderá não sentir-se inferiorizada ou envergonhada como trouxe Raquel e Ana.

Já Bia, que assim como Ana, é responsável por uma casa na zona, ela pontua que o problema da violência está na dificuldade de se impor, “*tem mulher que parece que pede, que fica se humilhando por cliente, que aceita tudo sempre, que não sabe dizer não, que apanha e volta para o programa com a pessoa, não tem moral, entendeu?*” (DC 9, 27/01/2013). Ouvi isso de Bia em uma das nossas primeiras conversas e ela falava isso, no tom impositivo de costume, do lugar da mãe de santo e da dona da casa. Progressivamente, fui aprendendo que Bia também falava isso do lugar de quem foi aprendendo a ser Bia ao longo dos anos na prostituição. Ela, em meio aos elementos contextuais da zona, ativamente no processo se forjou como a mulher forte e que impõe, e que questiona suas “meninas” quando não o fazem. Assim,

[...] não se pode pensar o contexto sem considerar as pessoas que dele participam e as interações que nele se estabelecem. Essas facetas não podem ser pensadas de forma desarticulada, separada, pois não existe contexto sem pessoas nem pessoas sem contexto, sendo que ambos se constituem reciprocamente (ROSSETI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004, p. 26).

Essa compreensão da relação entre contexto e pessoa é importante para porque se essa relação é dinâmica, esse sujeito e sua ação no mundo também o são. Fanon (1972 apud MARTÍN-BARÓ, 1998) ao pensar sobre a realidade de dominação psicológica do sujeito colonizado afirma que ela nunca é completa, pois ainda que o sujeito esteja dominado ele não é domesticado e mesmo inferiorizado não está por completo convencido de sua inferioridade. Ainda que em determinadas situações de violência Ana, Raquel, Lú, Luana e Bia possam aparentemente ser tomadas pelos sentidos compartilhados, no mesmo contexto da prostituição elas transitam por diferentes posicionamentos e lugares.

Mesmo que possa existir uma negação do potencial de vida, Sawaia (2009) considera que há existência de uma reação cotidiana e criativa que faz do ser humano um ser em expansão capaz de transformar as significações hegemônicas e buscar sua superação e reconhecimento. Essa potência de vida surge da capacidade de subverter e de se reinventar. Nati, mais uma vez, mostra fragmentos de suas histórias que demonstram essa capacidade de recomeçar, quando narra sua relação com um italiano que inicialmente era seu cliente e passou a ser companheiro há 5 anos atrás. Ela conta que ele tratou a ela e as filhas muito bem, pouco a pouco começou a constantemente a agredir verbalmente e a destratar suas filhas, diante disso ameaçou sair de casa. Ele não aceitou, usando como justificativa o amor e o apego à família, com o tempo já não aceitava conversar. A partir daí as agressões ficaram

mais constantes e ele passou a agredi-la fisicamente, tentando em uma das vezes lhe matar sufocada – tendo necessidade neste fato de ter a intervenção do vizinho. As cenas de agressões continuaram até o dia que conseguiu fugir da casa, nesse período já estava sob cárcere privado, e foi ameaçada mais diretamente de morte.

Por um tempo, deixou de ir a boate na praia de Iracema e depois de quase dois meses decidiu retomar porque tinha acabado com a reserva de dinheiro,

[...] nunca esqueci ele dizer: ‘eu vou te achar, não se esqueça’, e ele realmente me achou. Em uma noite, quase fim da noite, quando eu estou tomando uma em um bar da P.I. avisto aquele homem alto me sacando. Lorena, nem precisei olhar eu senti que era ele. Avisei a uma colega que precisava de ajudar para sair dali e já senti ele se direcionando a porta. Chamei um segurança amigo meu, o Emilio saiu e eu esperei um tempo para sair. Só que eu tremia de medo e eu sabia que não conseguiria sair dali. Apertava os braços do cara. Resultado, quando a gente saiu correndo, era perto da boate lá, e tá chegando do outro lado da rua só vejo o sonzão de motor em minha direção. Ele ia nos atropelar se a gente não corresse. Ele parou e vinha me pegar, só que lá todo mundo me conhece e foram para cima dele.

No outro dia, ela relata que ele deixou uma mensagem em sua página do facebook dizendo que “*sabia que meus planos era ficar com você e com suas filhas, elas dariam umas putinhas lindas, e depois de tirar muito dinheiro de você, te mataria e ficava com elas*” (NATI, E2, 6/12/2013). Após relatar o caso, ela revelou que pensou que iria morrer inúmeras vezes enquanto estava com ele, mas que ler aquilo teria a machucado profundamente, “*é como se uma parte de mim tivesse se acabado*”, dizia. Contudo, em outro momento quando faz um balanço de sua vida e das coisas que aprendeu diz “*eu olho para as coisas e dou glória, pois sou guerreira, dei a voltar por cima, superei. Tenho meus problemas, minhas depressão, tomo meus remédios, mas eu me superei, tenho um noivo, amo uma pessoa, tô bonita, feliz*” (NATI, E2, 6/12/2013).

O sentido de violência como “acabar com uma parte de si e redescobrir outra” é essa capacidade de resistência, de formas de enfrentamento, de resiliência, de adaptação por parte dos sujeitos em meio a situações adversas (SAWAIA, 2009). Ainda que reconheça o quanto ficou impactada com a vivência da situação de violência, requisitando ter um acompanhamento sistemático e longitudinal, ela reconhece que não paralisou para a vida e percebe ter se superado por retomar relações amorosas e por ter resgatado a crença em si e a vontade de viver.

7.3.2 As marcas das implicações psicossociais da violência

As marcas das implicações psicossociais da violência são as expressões dessas implicações no modo de vida das prostitutas pobres. É a forma como a violência e o modo de vida se articulam concretamente. Contudo, essas marcas para serem vistas dependem de um observador, e desde já digo que essas marcas foram vistas por mim no meu processo de campo, a partir das conversas vividas, das análises das entrevistas, dos sentidos construídos pelas mulheres sobre as violências por elas vivenciadas. Percebi três principais dimensões dessas expressões das implicações: em nível mais territorial, como se de algum modo dialeticamente revelam a faceta protetiva e restritiva das zonas de prostituição; em nível relacional, que possibilitam uma compreensão do modo como experienciam as relações; e em nível psicológico, que diz das reações e dos afetos que emergem.

A marca territorial é representada pelo modo como as mulheres entrevistadas circulam e convivem com o território. De maneira geral, a Fortaleza das entrevistadas é a Barra do Ceará, mais especificamente o lugar onde trabalham na Barra. Esses são lugares em que se sentem seguras, onde reconhecem os modos de organização, onde reconhecem as pessoas e são reconhecidas. Contudo, esse trânsito apresenta variação a depender dos papéis que ocupam.

Irene, que é agente de saúde percorre com muita tranquilidade os diferentes pontos do bairro, seu trabalho implica em conhecer os lugares, as dinâmicas e as pessoas, estabelecendo boas relações com os mesmos (BONET, 2013). Ana e Bia, que são donas dos pontos de prostituição se deslocam com facilidade da Barra para outros locais da cidade, visto que mantem uma vida social para além do papel da cafetina, exigindo das mesmas participar de uma série de compromissos e espaços. Ainda que transitem na zona, não ocupam uma posição que as marque com o estigma da puta, estando indiretamente na composição da rede prostitucional (OLIVAR, 2012). Porém quando na Barra costumam dedicar-se à dinâmica de suas casas.

Com as prostitutas, essa circulação acontece de modo diferente ou quase inexistente. Nati tem com a Barra a relação de moradora, logo seu trânsito é regulado a partir das mesmas leis que regulam os demais: circula pelos lugares comuns com os demais moradores como praças, praia, bares, CUCA e quadras, reconhece os espaços de cuidado e aprendeu a identificar e evitar os espaços de disputa ou conflito entre as gangues – para ela a violência na Barra se dá de modo descentralizado o que a faz temer a circulação dos filhos sozinhos pelo

local, fazendo com que evite deixá-los brincando na porta de casa por conta das constantes balas perdidas. Lú e Luana batalham na avenida da praia, variando de bar ou de ponto, não tendo assim uma casa ou pontos específicos, como Raquel. Circulam pela avenida, possuem relações com diferentes grupos e pessoas, contudo o lugar que ocupam na Barra é esse. Raquel tem na casa de massagem o seu lugar, evitando qualquer contato externo com o bairro, relatando diversas vezes que sai pouco e quando sai é de carona.

A presença da violência na zona ganha assim um significado dialético na vida dessas mulheres (MEDEIROS, 2006), diante da ocorrência de situações conflituosas e de disputas no bairro e nas casas de prostituição, acabam por construir suas vidas reduzidas aos seus locais de trabalhos, relacionando-se apenas com as pessoas que circulam por lá (MARADOLA; HOGAN, 2009). Contudo, nesse lugar também investem nas relações que consideram seguras, apoiando-se nessas relações como redes de proteção (VALLA, 1999).

A marca relacional apresenta-se como desdobramento deste aspecto territorial anteriormente citado. Percebi que de algum modo eles passam a aumentar o nível de tolerância ou a se habituarem às cenas de agressão e violência. Passam a comparar as situações que passaram, sempre colocando a sua experiência como mais perigosa que a da outra, e apresentando suas soluções como mais criativas e impositivas, alimentando as imagens construídas e compartilhadas sobre si (SILVA, 2012). Com o passar do tempo, não é qualquer situação que efetivamente as impacta ou desperta algum tipo de sensibilidade ao outro, estando o fenômeno em si da violência naturalizado. É como se diante de tantas negações e rótulos recebidos passam a cristalizar-se, ficando impenetráveis, se afastando da possibilidade de se relacionar (SILVA, 2012).

A violência estaria baseada na capacidade de destruir o público, o social, ao dificultar a expressão, tornando-se oposto ao diálogo. Para Freire (2004), a proibição do ser humano de dizer sua palavra, de dialogar, seria o mesmo que proibir sua construção enquanto sujeito, escravizando-o em uma denominada cultura de silêncio. Esta cultura de silêncio é produzida pela impossibilidade dos sujeitos de interferirem na realidade que os cercam, de manifestarem-se sujeitos de práxis, perdendo o direito de construir a identidade, criatividade, subjetividade. Essa realidade geralmente opressora e/ou desvinculada da sua própria cultura diminui a capacidade de transformação e criação de novas ideias ou de manifestar práticas culturais diferentes daquelas às quais estão submetidas (OSOWSKI, 2010).

A marca emocional diz das expressões, dos afetos e das emoções de modo mais preocupante. Nati e Raquel foram as duas entrevistadas com quem mais dialoguei nestas investigações e que pude observar as marcas dessa questão. Nati tem um acompanhamento

psiquiátrico, tendo desenvolvido depressão e síndrome do pânico na idade adulta. Tem um histórico familiar de agravo psíquico, e acredito que as vivências de violência aceleraram ou potencializaram o aparecimento desses sofrimentos mais intensos. É comum a crise de choro, o tremor nas mãos e a elevação do tom da voz quando lembra fatos de sua história, situação que ele define como “*é como se eu voltasse a viver*”.

Raquel, também foi diagnosticada de depressão e quando passa por situações de estresse tem crises de alergia emocional, onde suas mãos coçam muito e começam a despelar. Para Raquel, esse é o sinal de que não está bem, de que precisa parar, dar um tempo da zona, e ficar com sua família. Esse estresse, que é fruto do desequilíbrio entre as demandas do meio e as do próprio sujeito e sua capacidade de responder a estas solicitações (GÓIS, 2008), diminui a eficiência do sistema imunológico, atuando no sistema celular e hormonal (VALLA, 2002; GRIEP, 2003). Góis (2008, p. 127) afirma que

[...] o estresse é uma condição facilitadora e potencializadora do organismo para a ação (combate e defesa), seja esta uma ação de adaptação ou uma ação de transformação do entorno físico-social (trabalho). Porém, quando o estresse se apresenta de modo continuado, crônico, passa a ser altamente prejudicial ao organismo, passa a gerar doenças e problemas psicológicos e sociais.

De acordo com o autor, os sujeitos que vivem em condição de pobreza estão submetidos ao estresse de forma continuada, distresse, originado da vulnerabilidade social em que está imerso e do risco. Raquel diz que essas coisas agravaram-se quando começou a andar no mundo, e relata inclusive ter medo de dormir no escuro, “*não sei porque tenho medo, faço de tudo, vivo de tudo, mas não durmo no escuro. Só consigo quando estou de mão dada com minha mãe*” (RAQUEL, E2, 14/10/2013).

A rede de violência assim é uma teia relacional e dinâmica, tecida por diferentes posicionamentos, olhares, conceitos, sentimentos, signos, em movimentos. Os arranjos visualizados desta rede seriam os significados, as compreensões compartilhadas que contribuem nas leituras de mundo. Os sentidos por serem a expressão das singularidades em meio as totalidades compartilhadas, alimentam essa rede, apresentando-se como os nós, como os acúmulos, os pontos que garantem sua sustentação desta rede. Em contextos de vulnerabilidade, o tempo todo está em jogo a cristalização desta rede, a captação de si por meio dos binômios de dominação e opressão que envolve a rede. Contudo, está nesses nós também a capacidade de desatar a rede, de possibilitar novas configurações. Esse desatar de nós da rede da violência na prostituição assim seria os modos de enfrentamento.

7.3.3 Os modos de enfrentamento ou “os escudos da prostituição”

Também, é um objetivo dessa investigação identificar os modos de enfrentamento da violência construídos e compartilhados. Dentro da amplitude presente da violência, as prostitutas não vivem um processo de exclusão por completo. Em suas realidades encontram-se diferentes formas de manutenção, de tensionamento e de estratégias para lidar, conviver e transformar essas situações. Assim, inquietavam-me na construção da problemática desta pesquisa algumas questões: Quais os desdobramentos que essas vivências têm encontrado? Quais modos de enfrentamento, solidariedade e convivência têm sido construídos? São cuidados e precauções individuais? São estratégias coletivas de proteção mútua? As figuras da rede da prostituição agem neste sentido também? As linhas que seguem buscam encontrar os caminhos construídos por elas.

O enfrentamento tem relação com os sujeitos que estão vivenciando o contexto e remete a uma política cotidiana que perpassa as pessoas, enquanto forma de ação e de atuação. Ele tem correlação com modos construídos e vivenciados de maneira compartilhada, seja através de solução construída conjuntamente ou repassada a partir das histórias individualmente vividas, e surge como uma forma de lidar com situações adversas.

Na literatura disponível utiliza-se sem discriminação o termo enfrentamento e o conceito inglês *coping* (FOLKMAN; LAZARUS, 1980; LAZARUS; FOLKMAN, 1984; FOLKMAN; MOSKOWITZ, 2004), bem como estratégias de enfrentamento e de *coping*. O termo utilizado será modos de enfrentamento por reconhecer o caráter amplo, plural e, sobretudo, relacional das maneiras como as pessoas criam e articulam possibilidades de transformação e de melhoria da qualidade de vida.

O enfrentamento apresenta-se como uma possibilidade de ampliar as respostas cognitivas, comportamentais e afetivas utilizadas com o objetivo de lidar com o estresse, sofrimento e estagnação das situações cotidianas. Ainda que as implicações psicossociais da violência possam minar as possibilidades de articulação e de um desenvolvimento saudável do psiquismo humano, não se pode deixar de compreender esse ser humano e sua potência transformadora.

Góis (2012) vê no processo de ressignificação das situações vividas a possibilidade de gerar novos sentidos, sentimentos de autovalorização e saída de uma condição fatalista frente à vida. Nesse sentido, para entendermos os modos de enfrentamento pode-se recorrer ao

pressuposto defendido pelo autor: a criação de formas de viver mais saudáveis, o reconhecimento e o sentimento de potência de vida.

Rodrigues (2010) nos lembra que a realidade da prostituição apresenta-se como uma maneira de sociabilidade, que particularmente, possibilita a vivência de diversas práticas sociais. De acordo com a autora, a prostituição configura-se como um “território que, agrupando os indivíduos através de redes subterrâneas de convivência e solidariedade, viabiliza a experiência de relacionamentos multifacetados e plurais, num contexto de distensão” (RODRIGUES, 2010, p. 5). Assim, a prostituição também é constituída de elementos agregativos, de uma rede de sociabilidade e compartilhamentos.

De acordo com Blanco (2008), a violência contra a mulher surge como o modo de discriminação mais explícita de gênero, impedindo os direitos das mulheres. Estamos tratando de um tipo de maus-tratos permanente, universal e descentralizado, que está presente em diferentes classes sociais, “ainda que as sequelas e os modos de lidar com a violência sejam diversos de estrato para estrato” (p. 113). Essas formas de lidar vão depender das experiências pessoais e coletivas e dos acessos a fontes de apoios sociais.

Nati nomeou os modos de enfrentamento de escudos, “*ah, essa palavra difícil é isso? Pois para mim isso é escudo, esquiva, ligação*” dizia isso quando eu quis complementar a pergunta e utilizei a expressão – passei assim a chamar de escudos os modos de enfrentamento. O escudo é a forma de proteção e cuidado que as mulheres da vida constroem para ir e voltar para o trabalho bem.

Os escudos que eu arranjei para mim foram: Brasileiro, nunca! Rua, nunca! Travestis, acompanhada com travestis, nunca! Carro com mais de um, nunca! Só o taxista e o passageiro que vai comigo... outra coisa que eu também prestava muita atenção, homem com excesso de álcool, muito bêbado, NUNCA! Homem que a gente nota que tá totalmente drogado, nunca! Esses era os escudos que eu arrumava pra mim... (NATI, E2, 06/12/2013).

Para Nati cliente brasileiro é certeza de maus tratos, pois “*se eu sofri com homem brasileiro, não vai ser com cliente que será diferente. Eles são uns grossos, mãos de vaca e nojentos. Odeio!*” (NATI, E2, 6/12/2013). Ela também visualiza no cliente sob efeito de drogas um cliente violento em potencial e previne-se não saindo quando estão nesse estado. Por já ter sido abusada por 3 clientes não aceita sair com grupo de amigos, mesmo que vá com outras mulheres no carro, e complementa

Quem vai me garantir que eu vou entrar naquele carro ali e o carro deles não vai parar, vamos dizer, na baixa da égua que ninguém nem sabe nem onde é? Nos matagal da vida? Né? Eles vão de... eu pego meu taxi, outra coisa, meu taxi, de confiança. La fora ele me via e dizia aqui, aqui, aqui. O meu acompanhante: vamo nesse? Eu dizia, não eu vou naquele ali. Porque? Porque eu digo, ele é meu amigo. “Você vem me deixar, você vem me buscar

tal hora aqui na portaria”. Tinha os meus taxistas, taxista desconhecido também? Nunca!(NATI, E2, 6/12/2013).

Nati revela a rede que envolve a prostituição e o modo como ela pode ser usada ao seu favor. Ao criar esse círculo de proteção, diminui, não significando que evita, a possibilidade de contratempo no exercício de sua profissão, revelando reflexão sobre a organização e a articulação no seu trabalho (SILVA, 2012). Outro código que Raquel acredita contribuir para evitar situações conflituosas na zona é evitar entrar em briga ou história entre as mulheres:

Olhe só, não foram poucas as brigas que eu vi rolar por conta de disse e me disse. Já entrei em várias, não te mentir, rrsrsrs, mas eu tô aqui vem uma fulana falar que cicrana é feia, é azul, é zaroia, roubou o homi da outra, blábláblá, eu boto minha carinha no quadro e fico na minha. Me chame do que quiser, não entro em história. Isso só dá desamizade e intriga.(RAQUEL, E2, 14/11/2013).

Assim para Raquel manter relações harmoniosas na zona também é uma forma de enfrentar conflitos, principalmente pensando em situações futuras. Essa parceria descrita por Raquel pode ser compreendida como apoio social, definido por Valla (1999) como um processo de reciprocidade, onde há uma troca ou oferecimento dos mais variados tipos de informação, de auxílio material e/ou emocional, surgindo como um suporte diante das situações adversas.

Ela diz da importância dessa articulação, quando sofreu uma agressão na casa de Bia há um tempo. Segundo ela, o cliente aparentemente não aparentava perigo, já haviam acertado muito bem os valores e o perfil de programa antes de entrarem no quarto. Contudo,

Quando ele entrou no quarto se transformou. Ele já foi me empurrando contra a parede, me informando, xingando, dando socos e cabeçadas. Eu fui pega de surpresa e não tava conseguindo empurrar ele, só consegui gritar. Só que o som dá boate estava muito alto e acho que não conseguiam ouvir na sala. Quando menos esperei o segurança e algumas mulheres entraram no quarto empurrando e imobilizando ele. Nessa altura eu já estava sangrando, com a roupa rasgada e com muitas marcas pelo corpo. Não gosto nem de lembrar... (RAQUEL, E1, 01/10/2013).

Raquel foi socorrida porque um dos clientes que estavam passando pela porta do quarto para ir ao banheiro ouviu os gritos e avisou ao segurança. Ela conta que por conta desse caso, que não havia sido o primeiro na casa, duas soluções foram criadas: sempre que uma mulher estiver no quarto, outra ficara passando pela frente do quarto, e se passar do tempo combinado para o programa alguém vai ao quarto sinalizar o fim do mesmo – assim, sabe-se se está tudo bem e mostra para o cliente que ele está sendo observado. Raquel também disse que, caso todas as mulheres estejam nos quartos, o som no salão é reduzido e uma funcionária da casa faz o papel de circular pelos corredores.

Na casa de Bia, local onde Raquel trabalha, pude observar forma de enfrentamento construída. Bia, faz questão de deixar claro que leva o negócio com muito cuidado e atenção para quem chegar na casa, e justifica esse o motivo de ter colocado quatro câmeras no ambiente social da casa: uma com visão para o portão de entrada principal, uma para o salão principal, uma para o corredor dos quartos e a outra para a varanda onde ficam mesas e cadeiras. Essa estratégia serve para controlar o comportamento das mulheres na casa já serviu algumas vezes para resolver conflitos com clientes, *“quando olho lá de casa fico de olho na tv vendo o movimento, principalmente quando tá cheio, se algo for suspeito, indicio de confusão vem eu e meu pedaço de pau resolver. Eles têm mais medo de mim do que do segurança, pois comigo não tem acordo”* (BIA, DC 10, 31/01/2013). A presença de dois seguranças também inibe para o comportamento dos clientes.

No caso das mulheres que trabalham nos bares e na Av. Radialista Lima Verde, as estratégias construídas tem relação com a experiência, seja com suas próprias vivencias ou a partir do que outras colegas as dizem. *“Olhe só, normalmente é assim, se alguém já teve problema com o cliente passa a informação para as colegas, seja porque não pagou ou porque é estressadinho, dai a pessoa tira sua opinião, se vai ou não”*, diz Lú (E1, 21 de novembro/2013). É essa informação compartilhada e a experiência anterior que vão possibilitando algum tipo de prevenção em casos de violência com cliente. Luana também utiliza do método citado e diz que *“se o cara for muito escroto eu dou a real pro dono casa, pois se for calote o dono mesmo acertar o dinheiro dele, e se for agressão com nós ele já bota o cara na listinha de suspeito, se repetir apanha aqui mesmo”* (LUANA, DC 42, p. 68). Luana e Lú nos mostram que a zona possui sua ética e seus códigos, onde quem ultrapassa o limite tolerado de algum modo passa a responder ao coletivo pela situação.

Luana (DC 42, p.68) complementa que

[...] quando eu passo por alguma situação difícil, uma ameaça, um aperto, uma posição que não gostei, eu não entro logo em conflito, eu evito... o cara voltou todo pronto pro meu lado? eu dou uma desculpa, vou dá umas voltas, e talvez. Tem dia que dá, mas tem outros...

Ela está falando de algo que Raquel chama de *“reconhecer até onde a gente pode ir”* (E2, 14/10/2013), elas acreditam que reconhecer o limite e o que tolera é uma forma de enfrentar e se proteger das adversidades. A escassez de políticas sociais de segurança e de fontes de apoios institucionais acaba por potencializar estratégias informais e individuais de proteção e cuidado, sendo este motivo novamente uma maneira de discriminação e exclusão.

Ana, no que diz respeito aos conflitos territoriais, pontua que

[...] eu não vou entregar, nem causar problema com ninguém para depois não sobrar para mim. Exemplo, no meu bar vem PM e eu sei que os caras [do tráfico] não gostam, o que faço? Sou uma múmia! Desconverso, saiu de fininho, dou notícia desencontrada (E1, 22/11/2013).

Ana diz saber que há comunicação entre a PM e o tráfico e que aprendeu a não se envolver no movimento deles, não se envolvendo em conflito que diz não ser dela. “*Claro que pro dono da boca a cerveja é de graça, assim como para o PM, mas nenhum, nem outro precisa saber*” (ANA, E1, 22/11/2013). Diante da captação da polícia, representante direto do estado no enfrentamento a violência, pelo tráfico essas mulheres acabam ainda mais inseguras e expostas à criminalidade (SOUZA, 2013), necessitando silenciar para se proteger e para garantir sua sobrevivência.

A espacialidade, o lugar, é outro elemento importante no entendimento da vulnerabilidade e suas potencialidades de superação, uma vez que é o território por excelência que gera vulnerabilidades sociais. Os lugares, então, também podem ser entendidos como vulneráveis ou expostos a riscos, principalmente nos espaços urbanos (MARADOLA; HOGAN, 2009). Estes, juntamente com as condições estruturais das pessoas em condições da pobreza, contribuem para a compreensão do contexto vulnerável.

Gostaria de compartilhar uma ação de enfrentamento ocorrida posteriormente a morte de uma colega de trabalho de Raquel,

Quando eu trabalhei no centro, uma garota, isso foi no ano rereretrado, uma garota chegou e três clientes, ela saiu com um deles. Levaram para um programa. O dono pedindo para ela não ir, e o cliente no caso prometeu pagar mais, alguma coisa do tipo, no outro dia ela foi encontrada assassinada, dentro de um mato aí. Aí fica a duvida, quem era realmente esse cliente? Porque ele não foi preso se todo mundo viu? É isso. Agora eu entendo porque, porque ela não era casada, era garota (E2, 14/10/2013).

Raquel contou esse caso depois de conversarmos sobre a Lei Maria da Penha, e talvez a indignação fez com que expressasse os detalhes de um caso de violência. Ela sempre esquivou-se de detalhar os casos, evitando assim mostrar-se. O caso nunca teve uma solução e o assassino da mulher não foi identificado. Porém essa situação fez com que as mulheres da boate tomassem juntas uma decisão, fato que chamou de protesto. Nesse período, ela batalhava em uma boate no centro e disse que por uma semana nenhuma garota fez programa com cliente brasileiro, por um mês não fizeram programas externos à boate e fizeram uma camisa, que usaram por um bom tempo, que tinha escrito “*se continuar violência, não faremos programas com vocês*”. Esse fato, que confesso ter ficado muito emocionada quando soube, revela de maneira explícita que é possível haver articulação e tensionamentos de maneira coletiva. Ainda que elas não contassem com o apoio de nenhum movimento

organizado, elas souberam encontrar formas de se posicionar diante de uma situação que impactava a todas elas, visto que qualquer uma delas poderia estar naquele lugar.

Ao me debruçar sobre todas essas histórias fica explícito que na zona existe muito mais que programa, que suspeita, que disputa, que silenciamento, que estagnação, que violências, que opressão. A zona é o encontro das mais variadas expressões de articulação e de encontro, de oportunidades e possibilidades de agregação, criação e diálogo. Essas mulheres ainda que tenham marcas de relações desiguais e de privação, reinventam-se. Para Rego (1995, p. 94) “o indivíduo ao mesmo tempo em que internaliza as formas culturais, as transforma e intervém em seu meio. É, portanto na relação dialética com o mundo que o sujeito se constitui e se liberta”. Quem conhece, transita, pesquisa, trabalho em espaços como os de prostituição reconhece cotidianamente o modo com uma dinâmica muito própria é construída e compartilhada. Dinâmica essa que criam guetos, se formos pensar os bairros e as cidades de maneira geral, porém criam-se também universos paralelos que possuem dinâmicas próprias, e ricas e intensas. Entre rupturas e sociabilidades, essas mulheres constroem e experimentam outras formas criativas de viver e significar suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram muitos, e ainda são, os encantamentos e os desafios diante das questões que envolvem esta pesquisa. Quando inicialmente foi traçada como pergunta de partida “como as implicações psicossociais da violência impactam no modo de vida das prostitutas em situação de pobreza?” era sabido da necessidade de uma aproximação e vinculação intensa com o campo de pesquisa. Afinal, antes de responder a essa pergunta, eu teria que fazer e responder muitas outras. Como abordar este tema sem cair em vitimizações? Como falar desta questão sem expor pessoalmente as participantes? Como criar um campo de pesquisa em uma cidade desconhecida? Como criar uma vinculação que permitisse bons diálogos? De que violência eu estava falando? Porque falar de violência e não de outros aspectos da prostituição? Ainda têm perguntas que ficam em aberto, outras que foram bem respondidas e muitas outras surgiram ao longo no desenvolvido do estudo.

Esta pesquisa me possibilitou conhecer a Barra do Ceará, um cenário que congrega beleza, vulnerabilidades e potências. Um lugar que historicamente abriga zonas de prostituição de rua, revelando assim seus desafios do ponto de vista socioeconômico e simbólico, afinal quem conhece, transita, pesquisa, trabalha em zonas de baixa prostituição sabe que esses pontos se instalam em espaços da cidade esquecidos ou invisíveis e que são marcados por dinâmicas e códigos extremamente próprios.

Entrar na Barra por conta de sua dinâmica territorial não foi fácil. E entrar na zona de prostituição dela também não. Isso já revelava aspectos para pensar o meu problema, pois essa dificuldade de acessar o lugar e identificar instituições parcerias e pessoas de referência revela das possíveis fragilidades da atenção psicossocial disponíveis para os moradores. Também revela a faceta silenciadora e privatista da violência, que tende a enfraquecer e distanciar relações. Contudo, a partir de uma ponte fortalecida (Estratégia de Saúde da Família) pude entrar e me envolver na comunidade e na zona de prostituição – e acredito que essa parceria foi o que efetivamente abriu e possibilitou este campo acontecer.

Ter optado por uma perspectiva etnográfica contribuiu para essa dificuldade inicial e para a complexidade e riqueza dos achados desta pesquisa. Poderia ter feito pontuais entrevistas individuais e coletivas? Poderia. Poderia ter encontrado algumas respostas para a pergunta? Também poderia. Contudo, a pergunta inicial que me guiava pedia um “outro nível de vínculo”, como diria Caetano Veloso. Ter realizado um longo período de observação participante e de visitas dialógicas contribuiu para me inserir no campo e na vida das

mulheres. Pude compartilhar da dinâmica dos pontos, do cotidiano delas, dos seus trânsitos pela comunidade, acompanhar o desenvolvimento de atividades profissionais e pessoais.

É importante destacar que ao estudar sobre violência contra a mulher, pois em primeira e última instância é disso que estamos falando, vivenciei o desafio que é ser mulher investigando este tema. Isso fazia com que a insegurança do bairro e de seus guetos também fosse sentida por mim, e eu entendia um pouco mais do quanto era difícil para elas transitar em certos pontos do bairro por não ter nenhum tipo de proteção naqueles lugares – eu também não tinha. Este recorte de gênero não pode ser desconsiderado quando se trata da temática em questão, assim como outros de classe, etnia, geração, de origem.

Nesse sentido, a Teoria da Interseccionalidade se apresentou com um uma perspectiva analítica, metodológica e política muito bem vinda no desafio de olhar para questões extremamente complexas de gênero, que de modo intenso articulam-se e desdobram-se sutilmente na realidade específica de cada uma das mulheres entrevistadas. Aponto a necessidade de continuar caminhando em busca de um olhar feminina que (des)oculte matrizes de subornização, privilégios e opressões que naturalizam e de modo ingênuo negam diferenças e direitos.

Com isso, e retomando o objetivo geral desta pesquisa, que foi “compreender as implicações psicossociais da violência no modo de vida de prostitutas pobres” pode-se perceber que responder a pergunta de partida só foi possível a partir da delimitação de objetivos específicos, que ao estarem articulados com os percursos metodológicos, me conduziram às questões e aos saberes construídos.

Todos os procedimentos metodológicos perpassaram o objetivo de “descrever os modos de vida das prostitutas”, visto que essa descrição envolvia tanto o meu olhar e participação em seu cotidiano, como as suas percepções e significações sobre o lugar, sobre suas rotinas, suas relações. Contudo, a técnica dos objetos geradores causou boas surpresas e risadas, pois os objetos foram excelentes instrumentos para mediar nossa aproximação e para explicitar para as mulheres percepções sobre sua vida e trabalho que em muitos momentos nem elas tinham consciência.

Sobre os modos de vida das prostitutas, é possível compreender que os mesmos são forjados segundo a dinâmica da zona de prostituição, sendo esta a atividade central. Assim é na zona que trabalham, mas que também se relacionam, que aprendem, que participam, que entram e medeiam conflitos, que desenvolvem outras atividades financeiras, que constroem hábitos de cuidado e que possuem atividades de lazer. É perceptível uma convivência com conflitos territoriais, sobretudo que envolvem disputas internas do tráfico e do tráfico com a

polícia. Há pouca garantia de direitos sociais, principalmente no que diz respeito à: saúde, educação, segurança, cultura e lazer.

De maneira geral, as políticas públicas e ações não governamentais de atenção às prostitutas são escassas, tendo sido percebido a presença da Estratégia de Saúde da Família. Somada a ESF, as próprias casas de prostituição, e em alguns casos, espaços religiosos apresentam-se como fontes de apoio social. No que diz respeito à diversão, a própria rotina de trabalho dá conta deste quesito, visto que o clima festivo constantemente está presente na zona, tendo acesso também a bebidas e outras drogas. Além disso, algumas das mulheres frequentam a praia e um bar na comunidade. Percebeu-se um uso abusivo, ou um convívio com, de drogas, sendo este potencializado pela exposição à vulnerabilidade social. As redes da prostituição também se apresentam como redes de sociabilização para as mulheres, estando aqui suas relações de parceria e amizade.

Assim, foi possível perceber que seus modos de vida são construídos integrados à dinâmica da prostituição, tendo elas apresentado dificuldade em se pensar para além das atividades, horários e acontecimentos dos locais onde exercem a prostituição. A grande maioria é prostituta há mais de 10 anos e o estigma da atividade acaba por afastá-las de outras relações. Suas principais memórias e relações estão constituídas aí, dizendo do quanto este lugar ultrapassa a função de espaço de trabalho. Ainda por isso, acabam circulando pouco pela cidade e desenvolvendo outras atividades culturais, de lazer e socialização.

Por conseguinte, a compreensão dos sentidos construídos pelas entrevistadas foi possível a partir de uma identificação sobre o que seria violência na concepção delas, e nesse sentido as entrevistas individuais e a observação participante foram extremamente importantes. A violência inicialmente foi identificada como as agressões físicas sofridas nos espaços de prostituição, principalmente realizadas pelos clientes, contudo progressivamente, a partir da vinculação e confiança, elas passaram a relatar as situações de violência psicológica e simbólica pelo estigma de ser prostituta. Narraram casos de violências sexuais e de tortura em alguns programas realizados, fazendo questão de manter esses episódios em um tempo distante. Também relataram os conflitos no território e a humilhação quando necessitam de algum tipo de serviço público.

Assim, a violência passou a ser compreendida como uma metáfora de teia de relações, diante da forma como perpassa os modos de vida das prostitutas. Nessa teia, além das situações ocorridas na prática laboral, elas estão marcadas pela violência estrutural (pobreza, vulnerabilidade e problemáticas urbanas) e cultural (gênero e institucional). Os principais sentidos construídos foram a compreensão da violência como uma humilhação e anulação de

si, como forma de coersão e estabelecimento de regras locais, forma de defesa, sobrevivência e sociabilidade na zona e na periferia. E diante desta complexidade percebe-se como desdobramento algumas expressões psicossociais em níveis territorial, relacional e psicológico, diante do modo como passam a ter a vida restrita à zona, suas relações passam a ser enfraquecidas e sinais de sofrimento psíquico e distanciamento emocional passam a surgir. A violência na prostituição assim tem um caráter do que Bader Sawaia compreendeu como Sofrimento ético político, por retratar as “tonalidades éticas da vivência cotidiana das desigualdades sociais” (SAWAIA, 2011, p. 104) que envolvem a prostituição, diante das negações e tentativas sutis de anulação pessoal e social, diante do estigma de puta, e de inclusão diante do mal necessário.

Por fim, identificar os modos de enfrentamento construídos pelas entrevistadas nos faz perceber que diante das adversidades existe confronto, inquietude, resistência. A observação participante e a entrevista individual me auxiliam em um contínuo aprofundamento dos entendimentos sobre essas estratégias de enfrentamento, visto que algumas delas não são elaboradas por elas, sendo apenas desenvolvidas sem maiores reflexões. No que diz respeito à realização do programa elas procuram fazer uma análise do perfil do cliente e das condições para realização do mesmo, evitando clientes com histórico de agressão ou sob uso de substâncias psicoativas. Inclusive clientes que praticam violência com prostitutas passam ser evitados em programas seguintes. Elas revelam evitar fazer programa com mais de 1 cliente caso forem única prostituta para o programa.

Também são estabelecidas rotinas e organização pessoal para o trabalho, onde são escolhidos os pontos específicos, os turnos de batalha e são realizados acordos com motéis, taxistas, seguranças para garantir proteção pessoal. Estar vinculada a pontos de prostituição específicos também garante maior segurança, sendo esses pontos ou espaços privados de bares e casas, ou lugares onde constrói uma rede de parceria a partir do tempo que trabalham por lá. Em busca de fortalecimento pessoal participam de espaços religiosos, principalmente umbandistas.

A teia relacional da violência acaba por impedir o reconhecimento do outro (classe, gênero ou etnia) mediante o uso da força física ou simbólica, minando as possibilidades de diálogo, por um lado, e criando outros códigos, parcerias e sociabilidades por outros. Isso dá a violência um caráter dinâmico, múltiplo e polissêmico. Não é uma violência estática, ainda que elas estejam expostas a situações deste tipo há muitos anos. Convivem com ela, e a partir dessa convivência criam-se formas de sobrevivência, de esquiva e de transformação de si e das relações. Assim, a definição de Martin-Baró foi bastante bem vinda por justamente

apontar o caráter multidimensional, histórico e espiral da violência, me auxiliando em uma análise que fosse tensionando e questionando as primeiras percepções, porquês, descobertas. Era como se quando pensamos em espiral e em teia como propus o pensamento não encerrasse em si, há sempre outras possibilidades, outros olhares, outros diálogos a serem travados.

A partir destas questões compreendi que as implicações psicossociais da violência são os desdobramentos da violência na construção da subjetividade e nos jeitos de viver das prostitutas, em níveis psicológicos, relacionais, culturais, econômicos, territoriais. Essas implicações são mais do que sofrer atos de violência e ficar com marcas ou sequelas físicas, são ficar com marcas e sequelas físicas, mas também ter seu direito de ir e vir ameaçado, ter a crença em si e no outro estremecida, perder a sensibilidade com a dor do outro diante de uma naturalização das situações, passar a culpabilizar o outro ou a si sem considerar a faceta social da violência sofrida, sentir-se humilhada e negada enquanto ser humano por conta de um estigma por conta de seu trabalho, perder o interesse por aprender e por fazer planos para suas vidas.

A rede de violência constrói significados que em tensionamentos com os sentidos pessoais vão estabelecer os níveis de tolerância, de aceitação, de negação dessas violências, sendo que quando mais instalados processos de naturalização pode-se perceber maior convivência com a violência e com as consequências recorrentes. Nessa disputa entre o pessoal e o coletivo, o familiar e o territorial, entre as formas de organização da zona de prostituição e o modo de trabalhar mais pessoal ético-politicamente são construídas a dignidade e a sobrevivência diante de si, da casa de prostituição, do território. Dessa forma, as implicações psicossociais da violência se apresentam como um recurso analítico na compreensão dos aspectos materiais e simbólicos que marcam as compreensões particulares dos indivíduos sobre a presença, a convivência, o confronto, o questionamento e a utilização da violência como modos de relação.

Com Paulo Freire aprendi que fazemos as leituras das palavras a partir das leituras do mundo, e diante das experiências investigativas e pessoais vividas ao longo do mestrado e da pesquisa, as leituras das palavras e das questões iniciais mudaram, pois o meu olhar sobre o mundo também mudou. Assim, percebo como um dos meus maiores avanços analíticos o fato de ter saído de uma preocupação em identificar os tipos de violência e/ou saber os critérios para quando uma situação é considerada violência na prostituição, para buscar compreender os tensionamentos, as disputas, as articulações de seus modos de relação em contextos considerados violentos. Ficam como questões em aberto, para desdobrar-se em outras

investigações, como são os trânsitos e alianças são estabelecidas nos territórios, quais os itinerários psicossociais de cuidado que constroem em zonas de prostituição e como as histórias de vida marcam as visões de mundo e as construções dos sentidos pessoais.

Por fim, gostaria de dizer que as aprendizagens com essa pesquisa foram mais do que saberes teóricos, tive a oportunidade e o prazer de me encontrar com mulheres que com toda certeza me convidaram a ser mais. O modo como em meio a situações para mim tão delicadas e urgentes elas conseguem criar formas de recomeçar e transformar a lágrima em um belo sorriso me comove e inquieta. Trago pessoalmente esta memória e essa inspiração.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELI, C. C. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.
- ACCORSSI, Aline. **Materializações do pensamento social sobre a pobreza**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Psicologia, Pós-Graduação Psicologia Social, PUCRS. – Porto Alegre, 2011.
- ACCORSSI, A.; SCARPARO, H. B.; GUARESCHI, P. A. **O conceito de pobreza: Uma reflexão sobre os interesses do conhecimento**. *Psicol. Argum.*, Curitiba, v. 30, n. 71, p. 651-658, out./dez. 2012.
- ALEMANY, C. **Violências**. IN: HIRATA, H ...[*et al.*]. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.
- AMARAL, L. **O Imaginário do Medo: violência urbana e segregação espacial na cidade do Rio de Janeiro**. *Revista Contemporânea*, v. 8, n. 1, 2010.
- ANDRADE, F. C. B. **Violência**. IN: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKSKI, J. J. **Dicionário Paulo Freire**. – 2º ed., ver. Amp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. **Sobre a Revolução**. Trad. I. Moraes. Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2001.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 279p., 2011.
- BARRETO, L. C. **PROSTITUIÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE: Hierarquias sociais e enfrentamento no contexto de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- BARRETO, L. C.; GROSSI, M. P.; MAYORGA, C. A. B. **Pensando a prostituição, a pesquisa e a militância**. IN: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, N 3, 2013. UNEB. Anais do encontro. Salvador/BA, 2013.
- BARRETO, L. C. e PRADO, M. A. M. **Identidade das Prostitutas de Belo Horizonte: as Representações, as Regras e os Espaços**. *Psicol. estud*;15(3):547-556, set. 2010.
- BARROS, J. P. P., PAULA, L. R. C. de, PASCUAL, J. G., COLAÇO, V. de F. R. e XIMENES, V. M. **O conceito de “sentido” em Vygotsky: Cconsiderações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica**. *Psicologia & Sociedade*; 21 (2): 174-181, 2009.

BARROS, S. C. M.; DIMENSTEIN, M. **Apoio institucional como dispositivo de reordenamento dos processos de trabalho na atenção básica.** *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.48-61, 2010.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2008.

BEIRAS, A.; NUERNBERG, A. H; ADRIÃO, K. G.. **Estudos de gênero na Psicologia Brasileira – perspectivas e atuações da terceira geração.** *Athenea Digital*, 12(3), 203-216, 2012.

BONET, O. **Discriminação, violência simbólica e a Estratégia Saúde da Família: reflexões a partir do texto de Richard Parker.** IN: MONTEIRO, S; VILLELA, W. (Orgs). *Estigma e saúde.* Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais.** *Revista eletrônica EM Tese*, Vol. 2, nº 1, jan-jul, 2005.

BRANCO, P. **Do gênero à interseccionalidade: considerações sobre as mulheres, hoje e em contextos europeus.** *Revista JULGAR*, n. 4, 2008.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAVALCANTE, J. A. M. **Soeciopoetizando a participação nos entre-lugares de crianças, adolescentes e adultos/as conselheiros/as do orçamento participativo de Fortaleza/CE.** Dissertação (mestrado) da Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, 2011.

CIDADE, E.C. **Juventude em condições de pobreza: modos de vida e fatalismo.** Dissertação (mestrado), Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

CIDADE, E. C.; MOURA JÚNIOR; J. F.; XIMENES, V. M. **Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano.** *Psicol. Argum.*, Curitiba, v. 30, n. 68, p. 87-98, jan./mar. 2012.

CODES, A.L.M. **A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza: em direção a uma visão complexa.** Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf. Acesso em: 12 fev 2012.

COELHO, B. **Olhar os quadros que nos enquadram a visão: perspectivas teóricas sobre a prostituição e a prostituta.** Lisboa: Publicação do Centro de Investigação e estudos de sociologia, 2009.

COSTA, M. R.; PIMENTA, C. A. M. **A violência: natural ou sociocultural?** São Paulo: Paulus, 2006.

DEMO, Pedro. **Dureza: pobreza política de mulheres pobres.** – Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

DINIZ, M.I. **Silenciosas e silenciadas: descortinando as violências contra a mulher no cotidiano da prostituição em Natal/ RN.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Rio Grande do Norte: 2009.

DUARTE, J. 2006. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2ª edição, São Paulo: Atlas, 2006;

ESPOSITO, A. P. G.; KAHHALE, E. M. **Profissionais do Sexo: Sentidos Produzidos no Cotidiano de Trabalho e Aspectos Relacionados ao HIV.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 19 (2), 329-339, 2006.

FERNANDES, D.C. **Auto concepto y rasgos de personalidad: un estudio correlacional.** Psicologia Escolar e Educacional, v. 9, n.1, p. 15-25, 2005.

FLICK, U. **Desenho da Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. **Mapa da criminalidade e da violência em Fortaleza. Perfil Regional 1.** Fortaleza, 2011.

FREIRE, P. **Conscientização.** São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 39 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5ª edição – São Paulo: Atlas, 2010.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** – 4ª edição, Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GÓIS, C. W. L. **Psicologia Comunitária no Ceará: uma caminhada.** Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire, 2003.

_____. **Saúde Comunitária: pensar e fazer.** São Paulo: Editora HUCITEC, 2008.

_____. **Psicologia clínico-comunitária.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

GONZÁLES-REY, F. L. **Sobre a Rede de Significação, o sentido e a pessoa: uma reflexão para o debate.** IN: ROSSETI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S.; CARVALHO, A. M. A. (Orgs). Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GRIEP, Rosane Harter. **Confiabilidade e Validade de Instrumentos de Medida de Rede Social e de Apoio Social Utilizados no Estudo Pró-Saúde.** 2003. 177f.: Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Ministério da Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

IBGE. **Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2011.

IPECE. **A caracterização da extrema pobreza no Estado do Ceará.** Informe nº 9. Fortaleza, 2011. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_09_junho_2011.pdf. Acesso em: 5 de fev. 2012.

IPECE. **Perfil Municipal de Fortaleza.** Tema VIII: O Mapa da Extrema Pobreza. Informe nº 43. Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_43_05_novembro_2012.pdf> Acesso em: 12 de dezembro de 2013.

JULIANO, D. **El trabajo sexual en la mira. Polémicas y esteriotipos.** Cadernos Pagu (25), pp.79-106, jul./-dez., 2005.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, conciencia y personalidad.** Buenos Aires: Ediciones Ciencias Del Hombre, 1978.

_____. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa: Livros horizontes, 1994 – 2004.

LA TAILLE, Y. **Vergonha, a ferida moral.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LIMA, D. M. A.; BOMFIM, Z. A. C. **Mapeamento psicossocial participativo: Metodologia de facilitação Comunitária.** Psicol. Argum., Curitiba, v. 30, n. 71, p. 679-689, out./dez. 2012.

LIMA, M. L.; MELLO, R. P. **As Vicissitudes da Noção de Gênero: por uma concepção estética e antiessencialista.** Gênero na Amazônia, Belém, n. 1, jan./jun., 2012.

LOPES, C. S.; RABELO, I. V.; PIMENTA, R. P. B. **A bela adormecida: estudo com profissionais do sexo que atendem à classe média alta e alta na cidade de Goiânia.** Psicologia & Sociedade; 19(1): 69-76, jan/abr, 2007.

MARADOLA JR., E.; HOGAN, D. J. **Vulnerabilidade do lugar vs. Vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão.** *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, n.26, v.2, p.161-181, 2009.

MARTIN-BARÓ, I. **Psicología de la liberación.** Madrid: Trotta, 1998.

_____. **Poder, ideologia y violência.** Madrid: Trotta, 2003.

_____. **Acción e Ideología: psicología social desde centroamérica.** 2 Ed. San Salvador: UCA Editores, 2005.

_____. **Para uma Psicologia da Libertação.** IN: GUZZU, R. S. L.; LACERDA JR., F. **Psicologia Social para a América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação.** Campinas: Alínea, 2011.

MAYORGA, C. A. B. **Identidade, Migração e Gênero: O Caso de Mulheres Brasileiras Prostitutas em Madrid.** Trabalho completo apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos. Florianópolis, 2006.

_____. **Cruzando fronteiras: Prostituição e imigração.** Cadernos pagu (37), julho-dezembro, 323-355, 2011.

_____. **ARTICULACIONES DE LA EXCLUSIÓN. La política de atención a prostitutas inmigrantes en madrid.** Volumen XII / N°1 / enero - junio / pp. 49-74, 2012.

_____. **Algumas contribuições do feminismo à Psicologia Social Comunitária.** Athenea Digital, n. 14, pg. 221-236, março, 2014.

MAYORGA, C. A. B.; COURA, A.; MIRALLES, N.; CUNHA, V. M. **As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual.** Estudos Feministas, Florianópolis, 21(2): 463-484, mai.-agos.,2013.

MEDEIROS, R. **Prostituição e imaginário Popular.** V Encontro da Rede pastoral Oblata, Salvador, 2006.

MERHY, E. **Anormais do desejo : os novos não humanos? Os sinais que vêm da vida cotidiana e da rua.** IN: CRP, Conselho Federal de Psicologia. Drogas e Cidadania: em debate / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2012.

MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social.** In: MYNAIO, M. C. S. (org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. **Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva.** IN: NJAINE, K.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. Impactos da violência na saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009.

_____. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MOLINA, A. M. R.; KODATO, S. **Trajetória de vida e representações sociais acerca da prostituição juvenil segundo suas participantes.** Temas em Psicologia da SBP, v. 13, n.1, p. 9-17, 2005.

MONTERO, M. **CAP 1. El método em la psicología comunitária.** IN: Hacer para transformar: el método em la psicología comunitária. – Buenos aires: Paídos, 2007.

NEPOMUCENO, B. B. **Pobreza e saúde mental: uma análise psicossocial a partir da perspectiva de usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará, 2013.

NOGUEIRA, C. **Feminismo e ‘Discurso’ do Gênero na Psicologia Social.** Psicologia e Sociedade, v. 13, pp. 107-128, 2001.

_____. **“Ter” ou “fazer” o gênero: O dilema das opções epistemológicas em Psicologia Social.** In Neuza Maria de Fátima Guareshi (org.). Estratégias de intervenção do presente: a psicologia social no contemporâneo. Porto Alegre: EDIPUCRS, pp. 249-283, 2004.

_____. **A teoria da interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica.** IN: BRIZOLA, A. L. C.; ZANELLA, A. V.; GRESSER, M. (Orgs). Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos. 1. Ed. – Florianópolis/SC, 2013.

OBSERVEM, Observatório da violência contra a mulher. **OBSERVEM: relato de uma experiência exitosa – quadriênio 2009 a 2012.** Fortaleza: EDMETA, 2013.

OLIVAR, J. M. N. **Prostituição feminina e direitos sexuais...diálogos possíveis?** *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n.11, PP. 88 – 121, 2012.

OLTRAMARI, L. C. e CAMARGO, B. V. **Representações sociais de profissionais do sexo sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e contracepção.** *Psicologia(São Paulo)*, 6(2), 75-87, 2004.

OMS, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Geneva, OMS, 2002.

OSBORNE, Raquel (ed). **Trabajador@s del sexo: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI.** Barcelona: Bellaterra, p.181-191, 2004.

OSOWSKI, C. I. **Cultura do Silêncio.** IN: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKSKI, J. J. **Dicionário Paulo Freire.** – 2º ed., ver. Amp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

PARKER, R. **Interseções entre Estigma, Preconceito e Discriminação na saúde pública mundial.** IN: MONTEIRO, S; VILLELA, W. (Orgs). *Estigma e saúde.* Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

PASINATO, W. **Lei Maria da Penha: Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos?** Porto alegre: Civitas, v. 10, n. 2, 2010.

PERES, M. F. T.; RUOTTI, C.; VICENTIN, D. **Violência: definição, tipos e representações.** IN: WESRPHAL, M.F.; BYDŁOWSKI, C. R. *Violência e juventude.* São Paulo: HUCITEC, 2010.

PFF, Projeto Força Feminina. **Um olhar a respeito da prostituição: Diagnostico das mulheres em situação de prostituição atendidas pelo Projeto Força Feminina.** Salvador, 2007.

PHETERSON, G. **The prostitution prism.** Amsterdam: Amsterdam University Press, 1996.

PIMENTEL, Adelma. **Violência psicológica nas relações conjugais: pesquisa e intervenção clínica.** São Paulo: Summus, 2011.

PINHEIRO, V. **Sociabilização, violência e prostituição.** Tese (doutorado) em educação da Universidade estadual de são paulo, 2006.

PINO, A. **O social e o cultural na obra de Vygostky.** *Educação & Sociedade*, ano XXI, nº 71, Julho, 2000.

_____. **As marcas do humano: às origens da constituição cultural e a criança na perspectiva de Lev. S. Vigotski.** São Paulo: Cortez, 2005.

PISCITELLI, A. “**Apresentação: gênero no mercado do sexo**”. Cadernos Pagu (25). Campinas: 7-23, 2005.

_____. s/d. **Estigma e Trabalho Sexual: comentários a partir de leituras sobre Turismo Sexual.** Mimeo.

PNUD. **Indicador do RDH avalia novas dimensões da pobreza mundial.** 2010b. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/noticias/impresao.php?id01=3597>>. Acesso em: 10 de nov. de 2010.

PORTO, M. **Violência contra a Mulher e Atendimento Psicológico: o que pensam os/as gestores/as municipais do SUS.** Psicologia ciência e Profissão, 26 (3),426-439, 2006.

QUINJANO, A. **Colonialidade do poder e classificação social.** IN: SOUZA SANTOS, B.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história.** Chapecó: Argos, 2004.

REBOUÇAS JUNIOR, F. G.; XIMENES, V. M. **Psicologia Comunitária e Psicologia Histórico-Cultural: Análise e Vivência da Atividade Comunitária pelo Método Dialógico-Vivencial.** Pesquisas e Práticas Psicossociais 5(2), São João del-Rei, agosto/dezembro, 2010.

RECH, T. **Dimensões psicossociais da entrevista.** IN: SCAPARO, H. **Psicologia e Pesquisa: Perspectivas metodológicas.** Porto Alegre: Sulina, 2008.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

RODRIGUES, Marilene Teixeira. **A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?** Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 68-76 jan./jun. 2009.

_____. **PROSTITUIÇÃO E FEMINISMO – uma aproximação ao debate contemporâneo.** IN: **Fazendo gênero 9, diáspora, diversidades e deslocamentos.** Florianópolis: UFSC, 2010.

ROMANELLI, G. **Dálogos metodológicos sobre a prática de pesquisa.** Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

ROSSETI-FERREIRA, M. C. **Seguindo a receita do poeta, tecemos a Rede de significações e este livro.** IN: ROSSETI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S.; CARVALHO, A. M. A. (Orgs). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROSSETI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S. **Rede de significações: alguns conceitos básicos.** IN: ROSSETI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S.; CARVALHO, A. M. A. (Orgs). Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROSTAGNOL, Suzana. **Regulamentação: controle social ou dignidade do/ no trabalho?.** IN: Na batalha – identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição. Porto Alegre: GAPA, 2000.

RUBIN, Gayle. **Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade.** *Cadernos Pagu*, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Função Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, C. W.; IZULMINO, W. P. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil.** Revista Eletrônica Estudos Interdisciplinares de América Latina y El Caribe, da Universidade de Tel Aviv, 2005.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SAWAIA, B. B. **Psicologia e desigualdade social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social.** *Psicologia & Sociedade*, v. 21 n. 3, p. 364-372, 2009.

_____. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão.** In: SAWAIA, Bader Burihan (Org.). *As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.* 11ed. Petrópolis: Vozes, p. 99-119, 2011.

SCAPARO, H. **Psicologia e Pesquisa: Perspectivas metodológicas.** Porto Alegre: Sulina, 2008.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Recife: SOS Corpo, 1995.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** Companhia das Letras: São Paulo, 2010.

SILVA, A. P.; BLANCHETE, T. **“Nossa Senhora do Help”: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana.** *Cadernos Pagu*, 25, 249-280, 2005.

SILVA, A. P. S.; ROSSETI-FERREIRA, M. C.; CARVALHO, A. M. **Circunscritores: limites e possibilidades no desenvolvimento.** IN: ROSSETI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S.; CARVALHO, A. M. A. (Orgs). Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, E. F. S.; COSTA, D. B.; NASCIMENTO, J. U. **O trabalho das profissionais do sexo em diferentes lócus de prostituição da cidade.** *Psicologia: Teoria e Prática* – 12(1):109-122, 2010.

SILVA, L. B. **Re-existências em cirandas cotidianas: Diálogos sobre processos formativos/ organizativos com mulheres em situação de prostituição.** IN: *Entre becos*,

ladeiras e bordéis: Ensaio e vivências sobre as mulheres em situação de prostituição, Minas Gerais, p. 1 - 80, 10 nov. 2010.

_____. **Entendendo e potencializando os modos de organização de mulheres em situação de prostituição no centro histórico de Salvador/BA.** Fato&Versões, Uberlândia, v. 4, n. 7, 2012.

SILVA, R. A. **Prostituição: Artes e manhas do ofício.** Goiânia: Cãnone, editorial. Ed. UCG, 2006.

SOUZA SANTOS, B.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, F. M.; VALENCIA, E.; DAHL, C.; CAVALCANTI, M. T. **A Violência Urbana e Suas Consequências em um Centro de Atenção Psicossocial na Zona Norte do Município do Rio de Janeiro.** Saúde Soc. São Paulo, v.20, n.2, p.363-376, 2011.

SOUZA, J. S. R. B. **DROGAS E VIOLÊNCIA URBANA BRASILEIRA: BREVES REFLEXÕES .** Revista UNIABEU Belford Roxo v.6, n. 14, p. 332-347, set./dez. 2006.

STOTZ, E.N. Pobreza e capitalismo. In: VALLA, V.V; STOTZ, E.N.; ALGEBAILLE, E.B. **Para compreender a pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

STROPPA, A.; MOREIRA-ALMEIDA, A. **Religiosidade e saúde.** In: SALGADO, M. I.; FREIRE, G. (Orgs). *Saúde e Espiritualidade: uma nova visão da medicina.* Belo Horizonte: Inede, p. 427-443, 2008.

TELLES, V. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal.** Belo Horizonte: Argumentvm, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: A Perspectiva da Experiência.** Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VALSINER, J. **Fundamentos da Psicologia Cultural.** São Paulo: Artmed, 2011.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fonte, 1994.

_____. Manuscrito de 1929. *Educ. Soc.* [online]. v.21, n.71, pp. 21-44. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n71/a02v2171.pdf>> Acessado em: 13 de ago. de 2013.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência: Os novos padrões da violência homicida no Brasil.** São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

VALLA, V. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.15, sup. 2, p.7-14, 1999.

_____. Pobreza, emoção e saúde: uma discussão sobre pentecostalismo e saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Educação.** Nº 19, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

WESTPHAL, D. L.; BARBOSA, C. M. **TRABALHADORES INVISÍVEIS: A SITUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SEXO NO BRASIL.** Revista Jurídica Cesumar - Mestrado, v. 12, n. 2, p. 605-621, jul./dez, 2012.

WIJERS, M. **Delincuente, víctima, mal social o mujer trabajadora: perspectivas legales sobre la prostitución.** In: OSBORNE, R. (Ed.). *Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y tráfico em el siglo XXI.* Barcelona: Edicions Bellaterra, . p. 209-221, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

ROTEIRO DO ENCONTRO DO OBJETO GERADOR

- 1) Poderia me apresentar seu objeto?
- 2) Porque o escolheu?
- 3) O que esse objeto significa para você?
- 4) Qual relação dele com a vida, seu trabalho?
- 5) Qual relação desse objeto com a questão da violência?
- 6) Como foi escolher esse objeto? O que sentiu?

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1 – Cotidiano

- Como é o seu dia-a-dia?
- Como se organiza?
- Quais locais frequenta?
- Que coisas você faz?
- Com quais pessoas você convive?

2 – Prostituição

- Há quanto tempo batalha?
- Principal local de batalha (pontos)?
- Qual seu horário de trabalho?
- Em média, qual preço por programa? Quais variações?
- Faz quantos programas por dia?
- Paga diária/ aluguel?
- O que pensa da prostituição? Aspectos positivos/ negativos;
- Poderia definir prostituição? E prostituta?
- Já batalhou em outros lugares? Cidades? Quais? Percebe diferenças?
- Quando você declara que é prostituta? Quais reações?
- Tem alguma profissão declarada?
- Conhece alguma informação sobre a legalização da prostituição? Que acha disso? (gerente, cafetão, casas)
- Acha que prostitutas deveriam ter acesso a direito trabalhista? Quais outros direitos deveriam ter direito?

3 – Violência

- Quando escuta falar de violência, o que vem a sua cabeça?
- Percebe violência no seu trabalho? Porque acha que isso acontece?
- Para você, o que seria violência?
- Já sofreu algum tipo de discriminação por ser prostituta? Como foi? Como reagiu?
- Já sofreu alguma violência física por ser prostituta? Como foi? Como reagiu?
- Já correu risco de vida?

- Nessas situações de violência, contou com alguém?
- Poderia contar algo sobre essas ajudas?
- Como se protege?
- Sabe identificar sinais/ indícios de violência?
- Já usou de violência? Quando usa?

- Tem algum medo?

4 – Organização das prostitutas

- Conhece algum grupo formado por prostitutas ou que faz trabalhos com prostitutas? Qual?

- Como conheceu?
- Participa de alguma atividade? Qual? Com qual frequência?
- Já participou de alguma manifestação? Qual?
- Contar como foi (quem organizou, quem participou, onde foi)

- Concorda com o que é feito?

- Se não conhece algum grupo ou trabalho, acha que deveria existir?
- Que tipo de trabalho deveria ser feito?

5 – Fechamento

- O que a prostituição significa em sua vida?
- o que acha de violência?
- Qual recado que mandam para a sociedade?
- Tem alguma coisa que ainda acha importante dizer?

ANEXOS

ANEXO A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ/ PROPESQ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Implicações Psicossociais da violência no modo de vida de prostitutas em condições de pobreza

Pesquisador: LORENA BRITO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 16465813.3.0000.5054

Instituição Proponente: Departamento de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 382.246

Data da Relatoria: 19/09/2013

Apresentação do Projeto:

Projeto de Mestrado da discente Lorena Brito da Silva sob orientação da professora doutora Verônica Moraes Ximenes. O projeto trata do estudo da naturalização da violência no modo de vida de mulheres que exercem a prostituição em situação de pobreza, mais ainda, como as implicações psicossociais da violência impactam no modo de vida das prostitutas em situação de pobreza. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com uso de técnicas diversas (entrevista de profundidade de caráter semi-estruturado e diário de campo), a ser realizada na cidade de Fortaleza, mais especificamente na Barra do Ceará. Neste local serão identificados os perfis da prostituição e será escolhido os pontos onde o contato com as mulheres serão intensificados. As participantes da pesquisa serão mulheres adultas (maiores de 18 anos) e o critério de escolha considerará o tempo em que vivenciam a prostituição na Barra do Ceará, disponibilidade e tempo para a participação. Não existe uma previsão acerca da quantidade de participantes, o que é comum em pesquisas dessa natureza, e que ocorrem quando localizado o ponto de saturação de sentido. Os dados serão analisados com o software Atlas Ti 5.2.

Objetivo da Pesquisa:

Geral: compreender as implicações psicossociais da violência no modo de vida das prostitutas em situação de pobreza.

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1127

Bairro: Rodolfo Teófilo **CEP:** 60.430-270

UF: CE **Município:** FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344 **Fax:** (85)3223-2903 **E-mail:** comepe@ufc.br

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E)

Você está sendo convidada para participar, como voluntária, de uma pesquisa. Pode decidir sem pressa se quer participar ou não. Leia cuidadosamente o que se segue e fique a vontade para tirar qualquer dúvida. Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é minha. Em caso de recusa, você não será penalizado/a de forma alguma. Segue meus dados.

Universidade Federal do Ceará Título do projeto: Prostituição feminina, modo de vida e violência Orientadora: Verônica Morais Ximenes Pesquisadora: Lorena Brito da Silva Telefone: 85. 9695-0374, E-mail: lorena.nessin@gmail.com
--

Estou realizando essa pesquisa junto a mulheres, maiores de 18 anos, que exercem a prostituição no bairro da Barra do Ceará e que aceitem participar do estudo. O objetivo é compreender as implicações da violência no modo de vida de prostitutas em Fortaleza. Quero saber o que as prostitutas entendem por violência e quais as formas que são desenvolvidas para enfrenta-la.

Caso decida fazer parte desta pesquisa, você deverá responder a algumas perguntas, de acordo com o roteiro elaborado pelos pesquisadores. Você só precisará responder o que se sentir confortável, caso contrario pode negar-se ou remarcar a entrevista. O tempo da entrevista é variável e pode ser necessário que seja feita em mais de um dia, para reduzir alguns desconfortos dos entrevistados.

Caso seja consentido, todas as informações disponibilizadas serão gravadas e serão utilizada para a pesquisa, onde junto com minha orientadora, irei ler o material e fazer algumas considerações para elaborar minha pesquisa de mestrado. Sua contribuição possibilitará a construção de propostas de intervenções coerentes com a realidade da prostituição. O texto produzido a partir das informações coletadas será publicado e ficará disponível para consultas. Como parte da entrevista poderá ser usada na dissertação de mestrado da pesquisadora e em artigos científicos, você poderá optar por ter ou não o seu nome revelado.

Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Eles não oferecem riscos à dignidade dos participantes, e também não traz complicações legais. Durante todo o processo da pesquisa, você terá direito de optar pelo término de sua participação e poderá retirar o seu consentimento. Neste caso, não haverá nenhum prejuízo para você.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que possa participar desta pesquisa.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO

Tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Fortaleza,

(Assinatura da voluntária)	(Assinatura da pesquisadora)